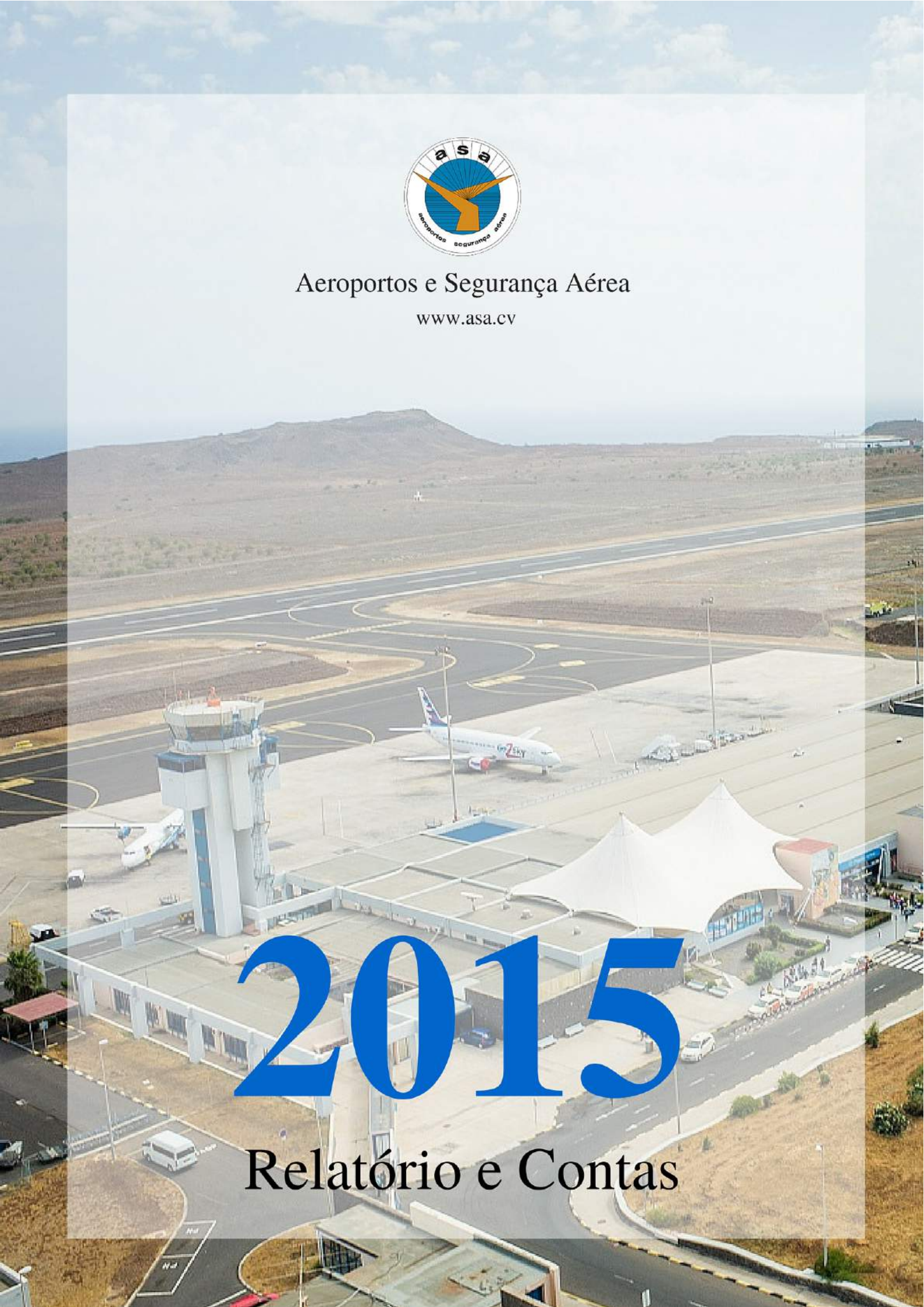
Aeroportos e Segurança Aérea

www.asa.cv



2015

Relatório e Contas

ÍNDICE

PRINCIPAIS INDICADORES 6
INFORMAÇÃO CORPORATIVA 7
ENQUADRAMENTO 8
1 EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO 9
1.1 SOBREVOOS (FIR OCEÂNICA DO SAL) 9
1.2 MOVIMENTO DE AERONAVES 10
1.3 MOVIMENTO DE PASSAGEIROS 11
1.4 MOVIMENTO DE CARGAS 12
1.5 MOVIMENTO DE CORREIOS 13
2 ATIVIDADES 15
2.1 SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL - *SECURITY* 15
2.2 SEGURANÇA OPERACIONAL - *SAFETY* 15
2.3 QUALIDADE 16
2.4 SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL 16
2.5 RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS 16
2.6 GESTÃO DE SLOTS 17
2.7 NAVEGAÇÃO AÉREA 18
2.8 PROJETOS RELEVANTES 18
2.9 FORMAÇÃO 19
2.10 RECURSOS 20
2.10.1 Órgãos de Gestão 20
2.10.2 Recursos Humanos 21
2.10.3 Instalações 23
3 DESEMPENHO ECONÓMICO 25
3.1 RESULTADOS 25
3.2 INDICADORES DE DESEMPENHO 26
3.3 GASTOS 27
3.3.1 Fornecimentos e serviços externos 28
3.3.2 Gastos com o pessoal 30
3.3.3 Gastos de depreciação e de amortização 31
3.3.4 Perdas por imparidade 31
3.3.5 Provisões do período 31
3.3.6 Outros gastos 32
3.3.7 Gastos e perdas de financiamento 32
3.4 RENDIMENTOS 33
3.4.1 Prestações de Serviços 33
3.4.2 Reversões 36
3.4.3 Outros rendimentos 36
3.4.4 Ganhos de financiamento 36
3.5 UNIDADES DE NEGÓCIO E SEDE 37
4 CLIENTES E GESTÃO DE CRÉDITO 40
5 INVESTIMENTOS 41
6 SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL 42

6.1 POSIÇÃO FINANCEIRA 42
6.2 FLUXOS DE CAIXA 43
6.3 INDICADORES FINANCEIROS 44

7 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 45

7.1 BALANÇO 45
7.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 47
7.3 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 48
7.4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA 49
7.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 50

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2015 51

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Principais Indicadores 6
Quadro 2 - Evolução do Tráfego 2013-2015. 9
Quadro 3 - Movimentos de Sobrevoos na FIR – Por Trimestre. 9
Quadro 4 - Movimentos de Aeronaves, Por Natureza- Aeroportos e Aeródromos 10
Quadro 5 - Movimentos de Passageiros, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos 11
Quadro 6 - Movimentos de Cargas, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos 12
Quadro 7 - Movimentos de Correios, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos 13
Quadro 8 - Tipo de Formação e Carga Horária 19
Quadro 9 - Formação por Função e Colaboradores 19
Quadro 10 - Tipo de Pessoal – Efetivos e Contratados a Termo 21
Quadro 11 - Quadro de Pessoal por Unidades de Negócio e Sede 21
Quadro 12 - Outros Indicadores RH 22
Quadro 13 – Habilitações Literárias 22
Quadro 14 - Resultados 25
Quadro 15 - Resultados 2015* (expurgando as Reversões e parte de Outros Rendimentos) 26
Quadro 16 - Indicadores Económicos 26
Quadro 17 - VAB por estrutura de negócio 27
Quadro 18 - Gastos 27
Quadro 19 - Fornecimentos e Serviços Externos 29
Quadro 20 - Fornecimentos e Serviços Externos por estrutura 30
Quadro 21 - Gastos com o Pessoal 30
Quadro 22 - Gastos de Depreciação e Amortização 31
Quadro 23 - Perdas por Imparidade 31
Quadro 24 - Provisões 32
Quadro 25 - Outros gastos 32
Quadro 26 - Gastos e Perdas de financiamento 33
Quadro 27 - Rendimentos 33
Quadro 28 - Prestações de Serviços 33
Quadro 29 - Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos por aeroporto 34
Quadro 30 - Rendimentos comerciais por aeroporto 35
Quadro 31 - Reversões 36
Quadro 32 - Outros rendimentos 36
Quadro 33 - Ganhos de Financiamento 36
Quadro 34 – Gastos e Rendimentos Por Unidades de Negócio e Sede + Cenário 2015* 37
Quadro 35- Demonstração de Resultados por Estrutura 39
Quadro 36 – Investimentos Realizados 41
Quadro 37 - Aplicação de Fundos 42
Quadro 38 - Origem de Fundos 42
Quadro 39 - Fluxos de Caixa 43
Quadro 40 - Principais indicadores financeiros 44

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Movimentos Anuais de Cargas - Por Aeroportos e Aeródromos....13
Figura 2 - Movimentos Anuais de Correios - Por Aeroportos e Aeródromos....14
Figura 3 - Aeroporto Internacional Amílcar Cabral....23
Figura 4 - Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela....23
Figura 5 - Aeroporto Internacional Cesária Évora....24
Figura 6 - Aeroporto Internacional Aristides Pereira....24
Figura 7 - Centro de Controlo Oceânico do Sal....24
Figura 8 – Tipologia de Gastos e peso no total de Gastos....28
Figura 9 - Fornecimentos e Serviços Externos....29
Figura 10 - Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos....34
Figura 11 - Rendimentos Aeroportuários Comerciais....35
Figura 12 - Aplicação e Origem de Fundos....43

ACRÓNIMOS

- AAC – Agência de Aviação Civil;
- AD – Aeródromo;
- AIAC - Aeroporto Internacional Amílcar Cabral;
- AIAP - Aeroporto Internacional Aristides Pereira;
- AICE - Aeroporto Internacional Cesária Évora;
- AIPNM - Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela;
- APCER – Associação Portuguesa de Certificação;
- ASA – Aeroportos e Segurança Aérea;
- AVSEC – *Aviation Security*;
- BP – *Business Plan;*
- CA – Conselho de Administração;
- CVFF – Cabo Verde *Fast Ferry*;
- CVH – Cabo Verde *Handling*;
- DAIAC – Direção do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral;
- DAIAP – Direção do Aeroporto Internacional Aristides Pereira;
- DAICE – Direção do Aeroporto Internacional Cesária Évora;
- DAIPNM – Direção do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela;
- DEMIA – Direção de Engenharia e Manutenção de Infraestruturas Aeroportuárias;
- DNA – Direção de Navegação Aérea;
- DRH – Direção de Recursos Humanos;
- EPI – Equipamentos de Proteção Individual;
- FIR – Região de Informação de Voo;
- GCMI – Gabinete de Comunicação e Marketing Institucional;
- GMCG – Gabinete de Monitorização e Controlo de Gestão;
- GNSS – *Global Navigation Satellite System;*
- GSQA – Gabinete de Segurança Qualidade e Ambiente;
- GSS- Gabinete de *Security&Safety;*
- IATA – Associação Internacional de Transportes Aéreos;
- ICAO – *International Civil Aviation Organization;*
- NOTAM- *Notice to Airmen;*
- OJT – *On-the-Job-Training;*
- PNSAC – Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil;
- SOGEI – Sociedade de Gestão de Investimentos;
- TACV – Transportes Aéreos de Cabo Verde.

PRINCIPAIS INDICADORES

PRINCIPAIS INDICADORES	2013	2014	2015	Δ 14/13 %	Δ 15/14 %
OPERACIONAIS					
Tráfego					
FIR (Nº Sobrevoos)	43.037	41.735	41.648	-3,0	-0,2
Número de Passageiros	1.905.355	1.915.285	1.986.882	0,5	3,7
Movimentos de Aeronaves	28.729	28.163	27.690	-2,0	-1,7
Carga (kg.)	3.072.902	3.323.358	2.831.753	8,2	-14,8
Correio (kg.)	286.225	335.340	318.037	17,2	-5,2
Negócio (contos)					
Volume de Negócio	4.825.890	4.697.561	4.722.053	-2,7	0,5
Rendimentos de Naveg. Aérea	3.066.542	2.703.192	2.571.422	-11,8	-4,9
Rendimentos Aerop. Aeronáut.	1.617.214	1.846.362	1.958.915	14,2	6,1
Rendimentos Aerop. Comerc.	144.501	150.112	193.744	3,9	29,1
Pessoal					
Número de Efetivos	467	479	469	2,6	-2,1
Gastos com o Pessoal (contos)	1.242.282	1.234.613	1.231.712	-0,6	-0,2
Produtividade					
Número de Passageiros / Efetivos	4.080	3.999	4.236	-2,0	6,0
Resultados					
EBITDA (contos)	1.580.586	2.023.085	3.052.509	28,0	50,9
Margem EBITDA (%)	33	43	65	31,5	50,1
EBIT (contos)	390.564	787.552	1.950.208	101,6	147,6
Margem EBIT (%)	8	17	41	107,2	146,3
FINANCEIRO					
Resultados					
Resultado Líquido (contos)	126.040	280.630	1.377.166	122,7	390,7
Estrutura Financeira (contos)					
Capital Próprio (a)	8.707.845	8.988.475	10.365.640	3,2	15,3
Capital Alheio (MLP) (b)	6.557.826	6.142.175	5.020.936	-6,3	-18,3
Capitais Permanentes (a+b)	15.265.671	15.130.650	15.386.576	-0,9	1,7
Cash Flow					
Cash Flow Operacional (contos)	1.405.132	1.598.275	1.939.555	13,7	21,4

Quadro 1 – Principais Indicadores

INFORMAÇÃO CORPORATIVA

A Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, abreviadamente designada ASA, é uma sociedade anónima com Sede na ilha do Sal, com um capital social de 5.500.000.000$00 totalmente subscrito e realizado, representado por 550.000 ações com valor nominal de 10.000$00 cada, detidas, na sua globalidade, pelo Estado de Cabo Verde. A ASA é detentora, desde 2014, de 100% do capital social da CV Handling S.A, no valor de 188.000.000$00.

A ASA tem por **missão** gerir eficientemente os aeroportos e aeródromos do país e da Região de Informação de Voo (FIR Oceânica) do Sal e contribuir para a modernização do sistema de transportes aéreos e o desenvolvimento económico, social e cultural do arquipélago, ligando Cabo Verde ao mundo.

A **visão** da ASA é ser uma referência regional na gestão dos aeroportos e nos serviços de tráfego aéreo, orientada para a prestação de um serviço de elevada qualidade e segurança aos clientes, pautando a sua ação por objetivos de eficácia e sustentabilidade.

Os **valores** que norteiam a atividade da ASA são:

- **Qualidade e segurança** – rigor, profissionalismo e zelo no cumprimento das normas;
- **Orientação para o cliente** – propósito de servir os clientes, internos e externos, atendendo às suas necessidades, preocupações e expetativas, assente numa relação de empatia, respeito e disponibilidades;
- **Desenvolvimento dos colaboradores** – potenciar o crescimento profissional e pessoal dos trabalhadores;
- **Ética** – transparência, lealdade e confiança nas relações com todos os *stakeholders*;
- **Orientação para resultados** – proatividade e empenho na realização de objetivos ambiciosos assente numa utilização eficaz dos recursos existentes.

A atividade da ASA está centrada em dois ramos de negócio que são os serviços de Navegação Aérea e a Gestão Aeroportuária. Os serviços de Navegação Aérea são prestados a partir do Centro Oceânico de Controlo na ilha do Sal, e a rede aeroportuária engloba 4 aeroportos internacionais e 3 aeródromos, conforme a seguir indicado:

- Aeroporto Internacional Amílcar Cabral (AIAC), na ilha do Sal;
- Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela (AIPNM), na ilha de Santiago;
- Aeroporto Internacional Cesária Évora (AICE), em São Vicente, e;
- Aeroporto Internacional Aristides Pereira (AIAP), na ilha da Boa Vista.
- Aeródromo de São Nicolau;
- Aeródromo de São Filipe, no Fogo, e;
- Aeródromo do Maio.

ENQUADRAMENTO

Em 2015, a performance da economia mundial manteve-se bastante volátil, contudo dando sinais de alguma recuperação económica. Indicadores recentes indiciam uma retoma do crescimento económico na Europa, principal emissora de turistas para Cabo Verde, que teve um impacto positivo na economia cabo-verdiana.

A nível nacional, a recuperação económica continua moderada, tendo registado, em 2014, um crescimento do PIB à volta dos 2% (dados do *African Economic Outlook 2015*). Segundo a mesma fonte, os dados referentes a setembro de 2015, indiciam um crescimento económico para o ano em torno de 3%, tendo como principais impulsionadores os setores do turismo e da construção.

Historicamente, a performance do tráfego aéreo demonstra uma forte correlação com o comportamento da atividade económica. O tráfego mundial em 2015 esteve a um ritmo de crescimento ainda considerado lento, tendo em conta o clima de incertezas que se vive a nível mundial, principalmente em África e na Europa, onde vários países encontram-se ainda a recuperar de uma recessão económica profunda e o nível de insegurança encontra-se elevado. Segundo o *Air Transport Yearly Monitor* referente a 2015, da ICAO, o tráfego de passageiros, a nível mundial, cresceu 6,8% em 2015, mais 1 p.p. em relação a 2014.

Em Cabo Verde, apesar do tráfego aéreo de passageiros internacionais registar um crescimento de 7,1%, o tráfego de passageiros cresceu, na sua totalidade 3,7%, devido à performance do tráfego doméstico que registou um decréscimo de -2,0%.

Visão Estratégica para o exercício de 2015

O exercício de 2015 foi marcado pela nomeação do novo Presidente do Conselho de Administração, que levou à revisão dos objetivos estratégicos traçados para o ano, de entre outros:

a) Preparação da empresa para a eventual entrada de um operador privado na exploração do negócio aeroportuário;
b) Revisão do Plano de Negócio e consequente definição de um Plano de Marketing, devidamente alinhado com os segmentos de mercado servidos pelas diferentes Unidades de Negócio;
c) A transformação das principais fontes de receitas em Unidades de Negócio, dotando-as de maior autonomia na gestão comercial, financeira e operacional. Neste quadro, tendo em conta as características do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela, iniciou-se uma experiência piloto nesta infraestrutura, com a adoção de um novo modelo de negócio que assenta na estratégia de Unidades de Negócio ao invés do modelo de centro de custos até então em funcionamento;
d) A definição e implementação de um Programa de Eficiência Energética. Foi iniciada uma experiência piloto no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, estrutura que apresenta maiores gastos relacionados com o consumo de energia;
e) Racionalização e maior controlo nos gastos correntes/operacionais;
f) Implementação de um sistema de cobrança mais eficaz, alinhado com uma melhor programação da tesouraria;

Por outro lado, em 2015 deu-se o arranque dos projetos de Modernização e Expansão das infraestruturas no AIPNM, AIAC e AIAP.

1 EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO

A ASA registou, no final de 2015, um total de 41.648 sobrevoos, 27.690 movimentos de aeronaves, 1.986.882 passageiros[1], e um volume de 2.831.753 kg de carga e 318.037 kg de correios.

TRÁFEGO	2013	2014	2015	Variação 14/13		Variação 15/14	
				Valores	%	Valores	%
Sobrevoos	43.037	41.735	41.648	-1.302	-3,0	-87	-0,2
Aeronaves	28.729	28.163	27.690	-566	-2,0	-473	-1,7
Passageiros	1.905.355	1.915.285	1.986.882	9.930	0,5	71.597	3,7
Cargas (kg.)	3.072.902	3.323.358	2.831.753	250.456	8,2	-491.605	-14,8
Correios (kg.)	286.225	335.340	318.037	49.115	17,2	-17.303	-5,2

Quadro 2 - Evolução do Tráfego 2013-2015.

Verificou-se um aumento de 3,7% na movimentação de passageiros até ao final de 2015, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Tal comportamento deveu-se à movimentação internacional de passageiros nos aeroportos de Cabo Verde, que cresceu 7,1%.

1.1 Sobrevoos (FIR Oceânica do Sal)

Analisando os movimentos na FIR, em 2015, verifica-se que no 3º e 4º trimestre, houve uma variação positiva face ao ano passado (+1,2% e +3,0%, respetivamente), mas a nível anual, registou-se um decréscimo acumulado de -0,2%, comparativamente ao mesmo período de 2014. Note-se que esse decréscimo é menos acentuado que o verificado entre 2013 e 2014 (-3,0%).

MOVIMENTOS DE SOBREVOOS NA FIR - POR TRIMESTRE							
TRIMESTRE	2013	2014	2015	Variação 14/13		Variação 15/14	
				Valores	%	Valores	%
1ºTrimestre	10.589	10.099	9.747	-490	-4,6	-352	-3,5
2ºTrimestre	10.600	10.302	10.125	-298	-2,8	-177	-1,7
3ºTrimestre	11.272	11.019	11.154	-253	-2,2	135	1,2
4ºTrimestre	10.576	10.315	10.623	-261	-2,5	308	3,0
Total	**43.037**	**41.735**	**41.649**	**-1.302**	**-3,0**	**-86**	**-0,2**

Quadro 3 - Movimentos de Sobrevoos na FIR – Por Trimestre.

Também a faturação de rota registou uma diminuição face a 2014 na ordem dos 7% ou seja menos aproximadamente 190 mil contos. Além do decréscimo do número de sobrevoos, a quebra na faturação é justificada pela diminuição das receitas obtidas através da taxa de rota, devido a algumas companhias terem utilizado rotas de menor distância ao atravessarem o espaço aéreo nacional.

[1] Inclui 126.185 passageiros em trânsito em 2015. Em 2014 e 2013 o total de passageiros em trânsito foi de 117.285 e 118.653, respetivamente.

1.2 Movimento de Aeronaves

A ASA registou, no final do ano de 2015, um total de 27.690 movimentos de aeronaves, obtendo um decréscimo de 473 movimentos (- 1,7%), em relação ao mesmo período do ano anterior.

O quadro seguinte mostra a evolução do movimento de aeronaves por Aeroportos e Aeródromos e por natureza.

MOVIMENTO DE AERONAVES (Chegadas+Partidas)								
AEROPORTOS	NATUREZA	2013	2014	2015	Variação 14/13		Variação 15/14	
					Valores	%	Valores	%
AIAC-SAL	DOMÉSTICO	3.892	3.808	3.692	-84	-2,2	-116	-3,0
	INTERNACIONAL	6.219	6.247	6.333	28	0,5	86	1,4
	TOTAL	**10.111**	**10.055**	**10.025**	**-56**	**-0,6**	**-30**	**-0,3**
AIPNM-PRAIA	DOMÉSTICO	5.196	5.049	4.858	-147	-2,8	-191	-3,8
	INTERNACIONAL	3.139	2.980	3.030	-159	-5,1	50	1,7
	TOTAL	**8.335**	**8.029**	**7.888**	**-306**	**-3,7**	**-141**	**-1,8**
AIAP-BOAVISTA	DOMÉSTICO	1.508	1.507	1.509	-1	-0,1	2	0,1
	INTERNACIONAL	2.874	2.839	2.803	-35	-1,2	-36	-1,3
	TOTAL	**4.382**	**4.346**	**4.312**	**-36**	**-0,8**	**-34**	**-0,8**
AICE-S.VICENTE	DOMÉSTICO	2.859	2.966	2.914	107	3,7	-52	-1,8
	INTERNACIONAL	552	564	623	12	2,2	59	10,5
	TOTAL	**3.411**	**3.530**	**3.537**	**119**	**3,5**	**7**	**0,2**
AD-FOGO	DOMÉSTICO	1.643	1.367	1.184	-276	-16,8	-183	-13,4
AD-S.NICOLAU	DOMÉSTICO	578	538	492	-40	-6,9	-46	-8,6
AD-MAIO	DOMÉSTICO	269	298	252	29	10,8	-46	-15,4
TOTAL	DOMÉSTICO	15.945	15.533	14.901	-412	-2,6	-632	-4,1
	INTERNACIONAL	12.784	12.630	12.789	-154	-1,2	159	1,3
	TOTAL	28.729	28.163	27.690	-566	-2,0	-473	-1,7

Quadro 4 - Movimentos de Aeronaves, Por Natureza- Aeroportos e Aeródromos

Apesar do aumento de 1,3% registado nos movimentos internacionais, a diminuição global do movimento de aeronaves em 1,7%, é justificada pelo decréscimo de 4,1%, registado a nível doméstico. O AIPNM, aeroporto com maior peso a nível de movimentos domésticos, foi onde se registou a maior diminuição, com menos 141 movimentos de aeronaves em 2015, comparativamente ao ano passado.

Estas variações justificam-se, por um lado, pela redução dos movimentos dos TACV entre o AIPNM e os aeródromos de São Filipe e do Maio, já que o AIPNM é o principal destino/origem das aeronaves desses aeródromos. O aeródromo de São Filipe esteve inativo durante os 10 primeiros dias do ano, devido à erupção vulcânica ocorrida na ilha do Fogo, refletindo-se nos dados acumulados do período em análise, menos 13,4%, (cerca de menos 183 movimentos).

Por outro lado, destaca-se o decréscimo nas rotas efetuadas pelos TACV, entre o AIPNM e o AIAC, menos 10%, (cerca de menos 9 mil movimentos), entre o AIPNM e o AICE, menos 2%, (cerca de menos 2.500 movimentos), quando comparados com os movimentos acumulados no mesmo período de 2014.Tais decréscimos devem-se sobretudo a programação de voos dos TACV, que com os voos diretos para outras ilhas, deixaram de fazer escala no AIPNM e às avarias de aparelhos da companhia nos primeiros meses do ano.

Relativamente aos movimentos internacionais de aeronaves, no final de 2015, registou-se um ligeiro aumento global, comparativamente a 2014. À exceção da Boa Vista que registou um decréscimo de 1,3%, todos os aeroportos internacionais registaram um aumento de tráfego internacional, ainda que ligeiro. O AIAC, no Sal registou +1,4%, o AIPNM, na Praia cerca de +1,7% e o AICE cerca de +10,5%.

1.3 Movimento de Passageiros

Os aeroportos de Cabo Verde movimentaram até ao final de 2015, um total de 1.986.882 passageiros, refletindo num crescimento de 3,7%, em relação ao ano anterior. Analisando os dados por aeroporto, verificou-se que o AIAC foi o aeroporto com maior número de passageiros 780.738, seguido do AIPNM com 497.237 passageiros.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS (Embarcados+Desembarcados+Trânsitos)								
AEROPORTOS	NATUREZA	2013	2014	2015	Variação 14/13		Variação 15/14	
					Valores	%	Valores	%
AIAC-SAL	DOMÉSTICO	164.715	165.187	163.061	472	0,3	-2.126	-1,3
	INTERNACIONAL	546.545	555.415	617.677	8.870	1,6	62.262	11,2
	TOTAL	**711.260**	**720.602**	**780.738**	**9.342**	**1,3**	**60.136**	**8,3**
AIPNM-PRAIA	DOMÉSTICO	244.385	254.292	250.726	9.907	4,1	-3.566	-1,4
	INTERNACIONAL	227.032	232.096	246.511	5.064	2,2	14.415	6,2
	TOTAL	**471.417**	**486.388**	**497.237**	**14.971**	**3,2**	**10.849**	**2,2**
AIAP-BOAVISTA	DOMÉSTICO	52.662	53.316	56.955	654	1,2	3.639	6,8
	INTERNACIONAL	374.471	360.890	365.068	-13.581	-3,6	4.178	1,2
	TOTAL	**427.133**	**414.206**	**422.023**	**-12.927**	**-3,0**	**7.817**	**1,9**
AICE-S.VICENTE	DOMÉSTICO	151.802	155.121	149.769	3.319	2,2	-5.352	-3,5
	INTERNACIONAL	52.379	53.812	58.841	1.433	2,7	5.029	9,3
	TOTAL	**204.181**	**208.933**	**208.610**	**4.752**	**2,3**	**-323**	**-0,2**
AD-FOGO	DOMÉSTICO	58.148	51.818	46.921	-6.330	-10,9	-4.897	-9,5
AD-S.NICOLAU	DOMÉSTICO	23.230	22.068	21.570	-1.162	-5,0	-498	-2,3
AD-MAIO	DOMÉSTICO	9.986	11.270	9.783	1.284	12,9	-1.487	-13,2
TOTAL	DOMÉSTICO	704.928	713.072	698.785	8.144	1,2	-14.287	-2,0
	INTERNACIONAL	1.200.427	1.202.213	1.288.097	1.786	0,1	85.884	7,1
	TOTAL	1.905.355	1.915.285	1.986.882	9.930	0,5	71.597	3,7

Quadro 5 - Movimentos de Passageiros, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos

O AIAC, o aeroporto com maior movimentação de passageiros internacionais (peso de 48% sobre o total), foi o aeroporto que registou o maior aumento (+ 11,2%) em 2015, correspondendo a mais 62.262 passageiros internacionais, comparado com o mesmo período do ano anterior. Esse aumento deveu-se, essencialmente, à performance das operadoras Thomsonfly, Tuiflygmbh, Tui Air Lines Belgium e Thomascook Airlines (UK) Ltd. Salienta-se ainda a entrada de três novas operadoras charter que passaram a operar no AIAC e no AIAP, a Germania, a Privilegestyle Lineas Aereas s.a e a Orbestair.

O AIPNM foi o segundo aeroporto a registar maior movimento internacional, obteve um acréscimo de 14.415 passageiros internacionais (+ 6,2%), em relação ao ano passado devendo-se, essencialmente, ao aumento de movimentos dos TACV para alguns destinos internacionais.

O AICE aparece com resultados positivos a nível internacional, + 9,3%, comparativamente a 2014, que resulta da maior dinâmica da operadora Tap Air Portugal que intensificou movimentos na rota Lisboa - S. Vicente (+ 37%). Mas a nível doméstico o volume de passageiros a movimentar-se no aeroporto diminuiu em -3,5% representando menos 5.352 passageiros

Quanto ao tráfego doméstico, excetuando o AIAP, todos os aeroportos e aeródromos registaram decréscimos de passageiros a nível doméstico, destacando-se:

- AIPNM, que é o aeroporto que movimenta maior número de passageiros domésticos (peso de 36%), com menos 3.566 passageiros (- 1,4%);
- Aeródromo de São Filipe com menos 4.897 passageiros (- 9,5%);
- AICE com menos 5.352 passageiros (- 3,5%).

1.4 Movimento de Cargas

Até ao final de dezembro de 2015, verificou-se um decréscimo de 14,8% no total de cargas movimentadas nos aeroportos de Cabo Verde. O mercado de transporte de cargas tem verificado grandes oscilações ao longo dos últimos anos.

MOVIMENTO DE CARGAS (Embarcados+Desembarcados)								
AEROPORTOS	NATUREZA	2013	2014	2015	Variação 14/13		Variação 15/14	
					Valores	%	Valores	%
AIAC-SAL	DOMÉSTICO	592.006	599.353	481.252	7.347	1,2	-118.101	-19,7
	INTERNACIONAL	270.011	456.782	316.961	186.771	69,2	-139.821	-30,6
	TOTAL	**862.017**	**1.056.135**	**798.213**	**194.118**	**22,5**	**-257.922**	**-24,4**
AIPNM-PRAIA	DOMÉSTICO	688.920	709.573	620.031	20.653	3,0	-89.542	-12,6
	INTERNACIONAL	620.768	655.965	597.281	35.197	5,7	-58.684	-8,9
	TOTAL	**1.309.688**	**1.365.538**	**1.217.312**	**55.850**	**4,3**	**-148.226**	**-10,9**
AIAP-BOAVISTA	DOMÉSTICO	149.668	200.212	172.757	50.544	33,8	-27.455	-13,7
	INTERNACIONAL	101.215	56.334	44.916	-44.881	-44,3	-11.418	-20,3
	TOTAL	**250.883**	**256.546**	**217.673**	**5.663**	**2,3**	**-38.873**	**-15,2**
AICE-S.VICENTE	DOMÉSTICO	285.272	313.292	273.982	28.020	9,8	-39.310	-12,5
	INTERNACIONAL	274.078	242.925	255.508	-31.153	-11,4	12.583	5,2
	TOTAL	**559.350**	**556.217**	**529.490**	**-3.133**	**-0,6**	**-26.727**	**-4,8**
AD-FOGO	DOMÉSTICO	51.974	45.622	34.342	-6.352	-12,2	-11.280	-24,7
AD-S.NICOLAU	DOMÉSTICO	27.594	27.987	21.744	393	1,4	-6.243	-22,3
AD-MAIO	DOMÉSTICO	11.396	15.313	12.979	3.917	34,4	-2.334	-15,2
TOTAL	DOMÉSTICO	1.806.830	1.911.352	1.617.087	104.522	5,8	-294.265	-15,4
	INTERNACIONAL	1.266.072	1.412.006	1.214.666	145.934	11,5	-197.340	-14,0
	TOTAL	3.072.902	3.323.358	2.831.753	250.456	8,2	-491.605	-14,8

Quadro 6 - Movimentos de Cargas, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos

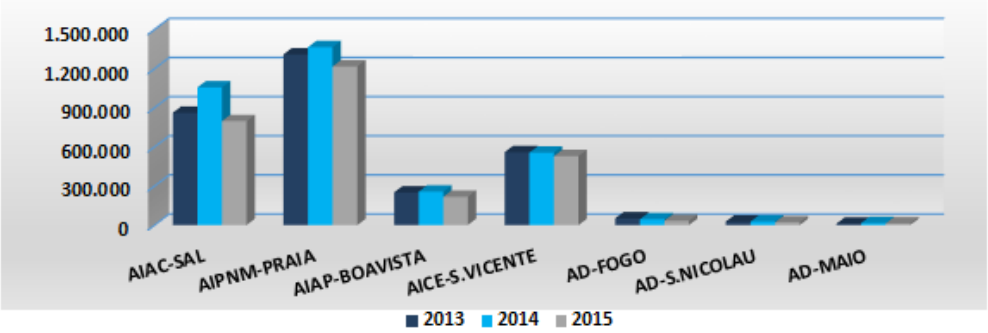


Figura 1 - Movimentos Anuais de Cargas - Por Aeroportos e Aeródromos

A nível doméstico, em 2015 registou-se uma diminuição de 15,4% no volume de cargas transportadas, comparativamente ao mesmo período de 2014. Todos os aeroportos registaram decréscimos.

A nível internacional, em 2015 a diminuição traduziu-se em menos 14,0% no volume de cargas transportadas, quando comparado com o ano anterior. Também se registaram decréscimos de performance em todos os aeroportos internacionais, à exceção do AICE, relativamente à movimentação de cargas.

1.5 Movimento de Correios

O ano de 2015 caracterizou-se por um decréscimo de 5,2% nos movimentos registados no transporte aéreo de correios, essencialmente a nível doméstico, com menos 8,9%.

MOVIMENTO DE CORREIOS (Embarcados+Desembarcados)								
AEROPORTOS	NATUREZA	2013	2014	2015	Variação 14/13		Variação 15/14	
					Valores	%	Valores	%
AIAC-SAL	DOMÉSTICO	37.370	60.321	50.078	22.951	61,4	-10.243	-17,0
	INTERNACIONAL	29.242	57.522	47.118	28.280	96,7	-10.404	-18,1
	TOTAL	**66.612**	**117.843**	**97.196**	**51.231**	**76,9**	**-20.647**	**-17,5**
AIPNM-PRAIA	DOMÉSTICO	65.384	81.276	72.506	15.892	24,3	-8.770	-10,8
	INTERNACIONAL	80.264	58.896	70.728	-21.368	-26,6	11.832	20,1
	TOTAL	**145.648**	**140.172**	**143.234**	**-5.476**	**-3,8**	**3.062**	**2,2**
AIAP-BOAVISTA	DOMÉSTICO	6.432	7.572	8.524	1.140	17,7	952	12,6
	INTERNACIONAL	81	51	106	-30	-37,0	55	107,8
	TOTAL	**6.513**	**7.623**	**8.630**	**1.110**	**17,0**	**1.007**	**13,2**
AICE-S.VICENTE	DOMÉSTICO	33.719	36.718	38.311	2.999	8,9	1.593	4,3
	INTERNACIONAL	19.936	19.936	18.835	0	0,0	-1.101	-5,5
	TOTAL	**53.655**	**56.654**	**57.146**	**2.999**	**5,6**	**492**	**0,9**
AD-FOGO	DOMÉSTICO	5.277	4.750	4.409	-527	-10,0	-341	-7,2
AD-S.NICOLAU	DOMÉSTICO	5.346	5.302	4.815	-44	-0,8	-487	-9,2
AD-MAIO	DOMÉSTICO	3.174	2.996	2.607	-178	-5,6	-389	-13,0
TOTAL	DOMÉSTICO	156.702	198.935	181.250	42.233	27,0	-17.685	-8,9
	INTERNACIONAL	129.523	136.405	136.787	6.882	5,3	382	0,3
	TOTAL	286.225	335.340	318.037	49.115	17,2	-17.303	-5,2

Quadro 7 - Movimentos de Correios, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos

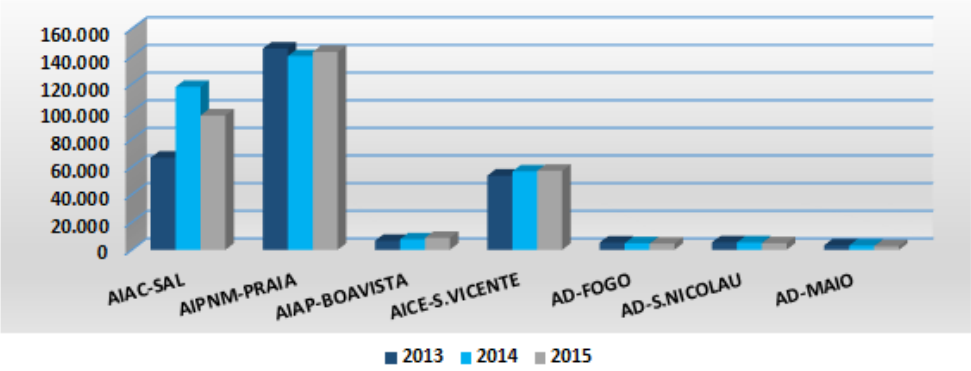


Figura 2 - Movimentos Anuais de Correios - Por Aeroportos e Aeródromos

A nível doméstico, o decréscimo deve-se aos dois principais aeroportos do país, o AIAC e o AIPNM, com diminuições de 17,0% e 10,8%, respetivamente, face a 2014.

O AICE e o AIAP registaram aumentos no movimento doméstico de correios, mais 12,6% e 4,3%, respetivamente. Quanto ao tráfego de correio internacional, a ligeira variação (0,3%) deveu-se, por um lado, ao aumento de 20,1% registado no AIPNM, contrastando por outro lado, com o decréscimo de 18,1% registado no AIAC.

2 ATIVIDADES

2.1 Segurança da Aviação Civil - *Security*

Neste âmbito, além do acompanhamento da implementação de medidas de segurança e das atividades de monitorização, destacaram-se as seguintes atividades:

Revisão e acompanhamento da documentação técnica/operacional AVSEC

Na sequência da publicação da nova documentação regulamentar nacional, houve a necessidade de se iniciar a adequação da documentação interna às novas publicações, pelo que se reviu o Programa de Segurança dos Aeroportos (PSA's), tendo-se iniciado a revisão do Programa Interno de Controlo da Qualidade e o Programa Interno de Formação e Treino, ambos AVSEC.

Início do processo *Security* na Navegação Aérea

Iniciou-se a preparação dos Procedimentos *Security* para a Navegação Aérea, inserido no Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil (PNSAC), que tem como um dos requisitos a implementação de medidas preventivas de segurança nas instalações da Navegação Aérea e a proteção dos pontos vulneráveis de ajuda à navegação.

Terceirização do Serviço de Rastreio

Foi lançado um concurso para terceirização do serviço de rastreio de modo a promover ganhos de eficiência e produtividade na aplicação de medidas de rastreio, em todos os aeroportos internacionais, tendo resultado na contratação de empresa de segurança externa para fazer o serviço.

Centralização dos Postos de Inspeção e Filtragem

Tendo em conta os constrangimentos em cumprir com o rastreio de passageiros e bagagens de cabine optou-se pela centralização de todos os postos de rastreio nos aeroportos internacionais dando maior flexibilidade e eficiência na gestão deste serviço. Esta reforma irá também facilitar a terceirização do serviço de rastreio.

2.2 Segurança Operacional - *Safety*

Deu-se prioridade à estratégia de implementação do Sistema de Gestão de Segurança Operacional (SMS) nos Aeroportos e na Navegação Aérea. Iniciou-se uma nova abordagem onde a responsabilidade de implementação do SMS passou a ser de cada estrutura (Aeroportos Internacionais e Navegação Aérea).

As atividades de natureza *Safety* tiveram por base as observações rotineiras efetuadas no lado ar, através de *check list* do manual SMS, e denotou-se um alto nível de cumprimento dos objetivos definidos para o corrente ano, justificando assim a redução de ocorrências registadas.

2.3 Qualidade

A ASA, como empresa certificada de acordo com a norma ISO 9001, continuou a apostar na melhoria do sistema de gestão da qualidade. As atividades desenvolvidas em 2015 sustentaram a necessidade de consolidação de todos os processos da qualidade a fim de assegurar a manutenção dos certificados obtidos e garantir a recertificação em 2017.

2.4 Saúde e Segurança Ocupacional

As atividades desenvolvidas no âmbito do sistema de gestão de higiene e segurança no trabalho, certificado de acordo com a norma OSHAS 18001, tem por objetivo garantir ambientes de trabalho seguros para os colaboradores. Durante o ano, de entre outras, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Criação de ferramentas para avaliação e seleção dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e equipamentos de emergência médica;
- Pareceres técnicos sobre Planos de Segurança e Saúde – PSS das obras;
- Elaboração das plantas de emergência dos edifícios e na definição da sinalização dos caminhos de evacuação e saídas de emergência;

As atividades desenvolvidas em 2015 e o plano de atividades para 2016 deverão garantir a recertificação de acordo com a norma OSHAS 18001, em 2017.

2.5 Racionalização de Gastos

Os objetivos estabelecidos para o ano de 2015, estiveram relacionados com as diretrizes do Plano de Negócios de 2014-2018 da ASA, principalmente no tocante a organização de processos (otimização de recursos) e racionalização de gastos em diversas rubricas.

Em todas as estruturas, salvaguardando sempre a segurança operacional, desenvolveram-se ações, no sentido de reduzir o impacto das rubricas de eletricidade, água, combustíveis e outros fluídos no desempenho económico, imprimindo maior eficiência nas atividades.

Foi assinado um contrato para implementação de um programa de eficiência energética, que visa dotar a empresa de equipamentos e processos que permitam o acompanhamento do consumo de eletricidade em tempo real, facilitando a adoção de medidas que combatam o desperdício. Neste quadro, foi iniciado um projeto piloto no Sal (AIAC, DNA e Sede).

Destaque ainda para o projeto “Construção do Subsistema de Abastecimento de Água do Aeroporto Internacional da Praia, Nelson Mandela” e para as medidas de racionalização de gastos adotadas no Serviço dos Bombeiros que reduziram o consumo de combustíveis em cerca de 40%, bem como em outros consumíveis.

Além de medidas internas e ações de sensibilização dos colaboradores para a racionalização de gastos, a estratégia passou pela flexibilização do horário de funcionamento do Aeroporto Internacional Cesária

Évora. O horário de funcionamento do AICE foi alterado em novembro, através da publicação do NOTAM A0101/15[2], passando a abertura para as 06:00 horas da manhã e o encerramento às 22:00 horas. Com este modelo, registou-se uma melhoria significativa no cumprimento do horário de funcionamento, e ao mesmo tempo, conseguiu-se garantir maior flexibilidade na gestão dos recursos disponíveis neste aeroporto, adequando-os à procura economicamente rentável. Esta medida também contribuiu para diminuir os gastos com horas extraordinárias em 40%, face ao ano passado.

2.6 Gestão de Slots

Nos aeroportos da Boa Vista, Praia e Sal, o aumento substancial de tráfego e de voos, trouxe constrangimentos e congestionamentos em vários dias da semana, com várias horas de pico, tiveram impacto na pontualidade dos voos e na qualidade do serviço prestado.

A AAC, notando essa situação, declarou em novembro de 2014, estes aeroportos Facilitados, nível 2, a partir da estação IATA Verão 2015. Nesse âmbito a ASA foi nomeada como a Entidade Coordenadora Nacional para a aprovação de horários e atribuição de faixas horárias (Slots).

A ASA implementou o Serviço de Gestão de Slots (SGS) em Fevereiro de 2015, com a missão de garantir a utilização mais eficiente das infraestruturas aeroportuárias, de forma a atender o máximo número de utilizadores com qualidade e segurança, assegurando uma distribuição justa, eficiente, transparente e não discriminatória da capacidade declarada pelos aeroportos.

Nesse âmbito, adquiriu o sistema informático SCORE, líder na indústria de aviação, coordena mais de 10 milhões de voos por ano e é utilizado por 29 Coordenações em todo o mundo, e alocou dois técnicos, tendo estes recebido formação em *Scheduling and Airport Slot Coordination – Advanced* e na utilização do software SCORE, complementado com *On the Job Training* (OJT) na Coordenação de "Slots" de Portugal, em Fevereiro e Junho de 2015.

Fez-se membro da *Worldwide Airport Coordinators Group* (WACG), associação mundial dos coordenadores de Slots e participou em duas conferências de Slots, uma em Vancouver e outra em Singapura, tendo por objetivo possibilitar às companhias aéreas obterem Slots, mediante uma negociação com os Facilitadores/Coordenadores de Slots, através de regras e procedimentos pré definidos que se encontram no manual IATA, *Worldwide Slots Guidelines*.

Na estação IATA Verão 2015 foram alocados 10.342 Slots, destes, 1.161 ficaram em lista de espera (Slots que não puderam ser alocados conforme pretendido pelas companhias aéreas), no entanto conseguiu-se diminuir essas listas de espera em 34,4%. Na estação IATA Inverno 2015, foram alocados 8.816 Slots, destes 343 ficaram em lista de espera, diminuindo-as em 64,7%.

Com a implementação do SGS conseguiu-se mitigar o problema de capacidade nos aeroportos, resolvendo assim, vários constrangimentos e congestionamentos que prejudicavam a pontualidade dos voos e a qualidade do serviço. Ficou-se a conhecer melhor as companhias aéreas, o seu *modus operandi*, facilitando assim a busca de soluções e horários alternativos para as suas operações.

[2] Estabelece o período de funcionamento das 06:00 às 22:00 horas. Os voos não programados devem ser coordenados com o operador aeroportuário (com três horas de antecedência).

2.7 Navegação Aérea

O ano de 2015 foi relevante para a Direção de Navegação Aérea tendo em conta o início de projetos com vista à mudança nos procedimentos inerentes à atividade de prestador de serviço de navegação aérea. Consequentemente, desenvolveram-se várias atividades a nível de Recursos Humanos, de procedimentos, de equipamentos e infraestruturas.

Teve início a implementação do importante acordo de prestação de serviços entre a ASA e o Gabinete de Cooperação Técnica da ICAO, em que se destacam:

- O desenvolvimento e o início da implementação de um Sistema de Gestão de Segurança (SMS) para a Navegação Aérea, cuja mudança de procedimentos culminará na certificação do CNS/ATM (*Communications, Navigation, Surveillance/Air Traffic Management*);
- A visita de um especialista no âmbito da Informação Aeronáutica, nomeadamente para apoio na transição do AIS (*Aeronautical Information Servic*e) para o conceito AIM (*Aeronautical Information Management*);
- Concretização do projeto de reconversão do Sistema Nacional de Busca e Salvamento, que passou a ser conjunto (marítimo e aéreo), trazendo enormes vantagens em termos de otimização de recursos.

Também é de salientar a constituição de uma equipa de trabalho que teve como missão analisar as causas das variações nos sobrevoos, no sentido de desenvolver e aplicar um plano para reverter a atual situação de decréscimo da faturação na FIR Oceânica do Sal e consequentemente aumentar as receitas da ASA.

2.8 Projetos Relevantes

Em conformidade com as orientações emanadas pela carta de política de transportes e os objetivos preconizados para 2015, foram realizados vários estudos que deverão nortear as intervenções e investimentos no curto e médio prazo. De entre outros, destacam-se os seguintes:

1. Atualização de Servidões Aeronáuticas

- Adequação das servidões do Sal para a possível reabertura da pista 07-25 (como reserva estratégica);
- Alteração e adequação das zonas de proteção do ruido nos aeródromos;
- Definição das coordenadas das zonas de ocupação aeroportuária.

2. Elaboração dos Planos Diretores dos Aeródromos

Foram desenvolvidos os Planos Diretores para os Aeródromos da Preguiça em S. Nicolau, do Maio e de S. Filipe no Fogo, como ferramenta de planeamento destas infraestruturas a curto, médio e longo prazo. Com a conclusão desses estudos, todos os aeroportos e aeródromos geridos pela ASA estão dotados de um instrumento de planeamento até ao horizonte 2030.

3. Procedimentos GNSS (SID, STAR, APP) para os aeroportos AIAP e AICE

Este estudo tem como objetivo a implementação dos Sistemas de Aproximação por Satélite (GNSS-*Global Navigation Satelite System*). Em 2015, foram finalizados os procedimentos GNSS para o AIAP, ficando pendente a finalização dos procedimentos GNSS para o AICE, previsto para 2016.

4. Estudos de viabilidade para operações noturnas no AIAP e no AICE[3]

Este estudo está dividido em três componentes:

a. Estudo dos obstáculos à volta dos aeroportos;
b. Estudo da Segurança operacional dos procedimentos GNSS;
c. Avaliação CAPEX/OPEX de operações noturnas no AIAP e AICE (gastos de investimento, exploração e manutenção). O estudo deverá estar concluído em Maio de 2016.

2.9 Formação

Em 2015 de acordo com o Plano de Formação aprovado pela empresa, a DRH propôs a operacionalização das ações formativas prioritárias e regulamentadas pela AAC. Estas formações permitiram assegurar os níveis de conformidade exigidos no domínio da capacitação e treino, e ao mesmo tempo, a reciclagem do conhecimento dos colaboradores.

Durante o ano efetivaram-se 1.367 horas de formação a 294 colaboradores, com um custo total de cerca de 15 mil contos. Os quadros seguintes ilustram os tipos de formação e funções a que se destinaram:

TIPO FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Formação Gestão	62
Formação Operacional	795
Formação Técnica	510
Total	**1.367**

Quadro 8 - Tipo de Formação e Carga Horária

FORMAÇÕES POR FUNÇÕES	Nº de Colaboradores
Chefias	48
Técnicos	106
Bombeiros	125
Outros	15
Total	**294**

Quadro 9 - Formação por Função e Colaboradores

[3] Atualmente no AICE somente é permitido operações noturnas com aeronaves de classe C. O estudo em curso irá avaliar a possibilidade de operações de classe D (B737, B757, A319, A320, A321, etc.).

2.10 Recursos

2.10.1 Órgãos de Gestão

São órgãos sociais da empresa a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, cujos membros exercem funções por mandatos de 3 anos renováveis, nos termos do Estatuto da ASA (Decreto Regulamentar nº 3/2011, de 4 de Junho).

Conselho de Administração:

Presidente: Sandro de Brito[4]

Administrador de Finanças e Administração: Jorge Pedro dos Santos Fonseca

Administrador de Navegação Aérea: Américo Faria Medina

Assembleia Geral:

Presidente: António de Pina Tavares

Secretário: José Custódio da Rocha Silva.

Conselho Fiscal:

Presidente: José Carlos Tavares

Vogal: Anastácio Silva

Vogal: Carla Cruz

[4] O Presidente do Conselho de Administração também acumula o Pelouro dos Aeroportos.

2.10.2 Recursos Humanos

No final de 2015, os serviços da ASA empregavam 530 trabalhadores, menos um do que no ano anterior[5].

Situação	2015	Peso %	2014	Variação Nº	Variação %
Efetivos	469	88,5	479	-10	-2,1
Contratados a termo	61	11,5	52	9	17,3
TOTAL	**530**	**100,0**	**531**	**-1**	**-0,2**

Quadro 10 - Tipo de Pessoal – Efetivos e Contratados a Termo

O quadro de pessoal da ASA está afeto às cinco grandes estruturas orgânicas (Unidades de Negócio) e à Sede. A estrutura com o maior número de colaboradores é a Direção do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral (DAIAC) com 131 colaboradores, seguindo-se a Sede com um total de 126 colaboradores.

Estrutura	2015	Peso %	2014	Variação Nº	Variação %
SEDE	**126**	**23,8**	**123**	**3**	**2,4**
DNA	**80**	**15,1**	**84**	**-4**	**-4,8**
DAIAC	**131**	**24,7**	**134**	**-3**	**-2,2**
AIAC	118	22,3	121	-3	-2,5
AD S.Nicolau	13	2,5	13	0	0,0
DAIPNM	**112**	**21,1**	**110**	**2**	**1,8**
AIPNM	91	17,2	89	2	2,2
AD Maio	8	1,5	8	0	0,0
AD Fogo	13	2,5	13	0	0,0
DAICE	**47**	**8,9**	**47**	**0**	**0,0**
DAIAP	**34**	**6,4**	**33**	**1**	**3,0**
TOTAL	**530**	**100,0**	**531**	**-1**	**-0,2**

Quadro 11 - Quadro de Pessoal por Unidades de Negócio e Sede

[5] O nº de colaboradores totais, constante do Relatório de Gestão e Contas de 2014 foi de 529 colaboradores, mas a empresa realmente fechou o ano de 2014 com um total de 531 trabalhadores.

O emprego na ASA, no final de 2015, tinha as seguintes características:

- 88,5% dos trabalhadores eram efetivos;
- O género masculino correspondia a quase três quartos do total (74,0%);
- A média de idades dos colaboradores na ASA manteve-se em 44 anos;
- A média de idade de entrada dos colaboradores é de 27 anos. Uma tendência que não varia muito ao longo dos anos, uma vez que a empresa condiciona a idade de entrada para determinadas funções;
- A média de antiguidade, manteve-se nos 18 anos[6], repercutindo positivamente na estabilidade desse ativo na Empresa;
- A taxa de absentismo em 2015 foi de 1,9%, relatando um ligeiro aumento quando comparado com os 1,6% registados em 2014.

INDICADORES	2015	2014
Efetivos (%)	**88,5**	**90,2**
Género (%)		
Homens	74,0	73,8
Mulheres	26,0	26,2
Média (anos)		
Idade	44	44
Idade Entrada	27	26
Antiguidade	18	18
Movimentação (Nº)		
Entradas	15	22
Saídas	16	8

Quadro 12 - Outros Indicadores RH

Quanto às habilitações literárias, a empresa apresenta um total 3,2% de colaboradores com mestrado, 14,9% com licenciatura, 59,6% com o ensino secundário (incluindo os que ainda estão a estudar e ainda não completaram o 12º ano). A empresa tem como uma das suas políticas, o incentivo ao estudo dos colaboradores, comparticipando em 50% das propinas e concedendo dispensas para as aulas e exames.

Habilitações	2015	Peso %	2014	Variação Nº	Variação %
Mestrado	17	3,2	12	5	41,7
Licenciatura	79	14,9	70	9	12,9
Bacharel	17	3,2	17	0	0,0
Ensino Secundário	316	59,6	326	-10	-3,1
Outros	101	19,1	106	-5	-4,7
TOTAL	**530**	**100,0**	**531**	**-1**	**-0,2**

Quadro 13 – Habilitações Literárias

[6] O RC2014 menciona uma antiguidade média de 15 anos. Após a correção do nº de colaboradores em 2014 e de refeitos os cálculos, a antiguidade média real em 2014 foi de 18 anos, à semelhança do ano de 2015.

2.10.3 Instalações

A Sede da ASA encontra-se na ilha do Sal, na cidade de Espargos.

A rede aeroportuária gerida pela ASA engloba quatro aeroportos internacionais (AIAC, AIPNM, AIAP e AICE), três aeródromos (ADSN – Aeródromo de São Nicolau, em S. Nicolau), ADSF – Aeródromo de São Filipe, no Fogo) e (ADM – Aeródromo do Maio, no Maio) e a FIR Oceânico do Sal.

Aeroporto Internacional Amílcar Cabral (AIAC), situado na ilha do Sal

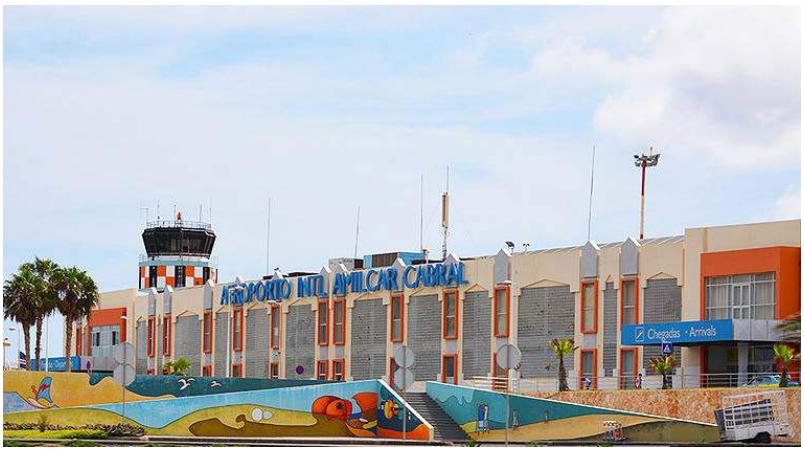


Figura 3 - Aeroporto Internacional Amílcar Cabral

Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela (AIPNM), situado na ilha de Santiago



Figura 4 - Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela

Aeroporto Internacional Cesária Évora (AICE), situado na ilha de São Vicente



Figura 5 - Aeroporto Internacional Cesária Évora

Aeroporto Internacional Aristides Pereira (AIAP), situado na ilha da Boa Vista



Figura 6 - Aeroporto Internacional Aristides Pereira

Direção de Navegação Aérea (DNA), situado no Centro de Controlo Oceânico na ilha do Sal.



Figura 7 - Centro de Controlo Oceânico do Sal

3 DESEMPENHO ECONÓMICO

3.1 Resultados

O Resultado Líquido da ASA, em 2015, foi positivo em 1.377.166 contos, refletindo uma variação positiva de 1.096.536 contos, face a 2014, em virtude do aumento dos Rendimentos (+27,9%), enquanto os Gastos registaram um decréscimo (-1,7%).

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso %	Variação 14/13		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
6	**Gastos**	**4.820.564**	**4.463.747**	**4.386.301**	**100**	**-356.817**	**-7,4**	**-77.446**	**-1,7**
62	Fornec. e Serv. Externos	1.637.697	1.331.715	1.265.237	28,8	-305.983	-18,7	-66.478	-5,0
63	Gastos com o Pessoal	1.242.282	1.234.613	1.231.712	28,1	-7.669	-0,6	-2.902	-0,2
64	Gastos de Deprec. e Amort.	1.189.732	1.114.911	1.102.301	25,1	-74.821	-6,3	-12.610	-1,1
65	Perdas por Imparidade	110.584	183.431	464.722	10,6	72.847	65,9	281.291	>100
67	Provisões do Período	38.992	19.014	32.283	0,7	-19.978	-51,2	13.268	69,8
68	Outros Gastos	360.934	128.096	104.354	2,4	-232.838	-64,5	-23.742	-18,5
69	Gastos e Perdas de Financ.	240.342	451.967	185.693	4,2	211.625	88,1	-266.274	-58,9
7	**Rendimentos**	**4.990.182**	**4.815.248**	**6.159.296**	**100**	**-174.935**	**-3,5**	**1.344.048**	**27,9**
72	Prestaçoes de Serviços	4.825.890	4.697.561	4.722.053	76,7	-128.328	-2,7	24.492	0,5
76	Reversões	59.928	0	1.036.629	16,8	-59.928	-100,0	1.036.629	-
78	Outros Rendimentos	84.969	101.774	391.846	6,4	16.805	19,8	290.073	>100
79	Ganhos de Financiamento	19.396	15.913	8.768	0,1	-3.473	-18,0	-7.145	-44,9
	Resultado antes de Imposto	**169.618**	**351.498**	**1.772.995**		**181.880**	**>100**	**1.421.497**	**>100**
	Imposto do Período	**70.911**	**160.386**	**269.998**		**89.475**	**>100**	**109.612**	**68,3**
	Imposto Diferido	**27.333**	**89.518**	**125.831**		**62.185**	**>100**	**36.313**	**40,6**
	Resultado Líquido	**126.040**	**280.630**	**1.377.166**		**154.590**	**>100**	**1.096.536**	**>100**

Quadro 14 - Resultados

O Resultado antes de Imposto foi positivo em 1.772.995 contos, um aumento de 1.421.497, contos face a 2014, muito influenciado pelo comportamento extraordinário dos Rendimentos, que atingiram os 6.159.296 contos (+1.344.048 contos), face a 2014, devido essencialmente, às Reversões (+1.036.629 contos) e Outros Rendimentos (+ 290.073 contos). Tratam-se de Reversões relativas às imparidades de dívidas dos TACV, e Rendimentos provenientes, essencialmente, da CV Handling, no âmbito da participação da ASA a 100% no capital da empresa.

Como se constata no quadro seguinte, num cenário em que se expurga o efeito positivo das Reversões (1.036.629 contos) e parte de Outros Rendimentos (273.245 contos[7]), os Rendimentos globais de 2015 somam 4.849.423 contos, fazendo com que o Resultado antes de Imposto, em 2015, atinja os 463.122 contos, superior ao de 2014, em 111.623 contos.

[7] Dos 391.846 contos em 2015, subtraiu-se um total de 273.245 contos (195.245 contos, referentes a aplicação do Método Equivalência Patrimonial na CVH e 78.000 contos, resultantes de acertos com a AAC, no âmbito do encontro de contas tripartido realizado em novembro). Assim sendo, nesse cenário apenas se considerou 118.601 contos em Outros Rendimentos.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso %	2015*	Variação 14/13 Valor	Variação 14/13 %	Variação 15/14 Valor	Variação 15/14 %	Variação 15*/14 Valor	Variação 15*/14 %
6	**Gastos**	**4.820.564**	**4.463.747**	**4.386.301**	**100**	**4.386.301**	**-356.817**	**-7,4**	**-77.446**	**-1,7**	**-77.446**	**-1,7**
7	**Rendimentos**	**4.990.182**	**4.815.248**	**6.159.296**	**100**	**4.849.423**	**-174.933**	**-3,5**	1.344.048	**27,9**	**34.175**	**0,7**
72	Prestaçoes de Serviços	4.825.890	4.697.561	4.722.053	76,7	4.722.053	-128.328	-2,7	24.492	0,5	24.492	0,5
76	Reversões	59.928	0	1.036.629	16,8	0	-59.928	-100,0	1.036.629	-	0	-
78	Outros Rendimentos	84.969	101.774	391.846	6,4	118.601	16.805	19,8	290.073	>100	16.828	16,5
79	Ganhos de Financiamento	19.396	15.913	8.768	0,1	8.768	-3.483	-18,0	-7.145	-44,9	-7.145	-44,9
	Resultado antes de Imposto	**169.618**	**351.498**	**1.772.995**		**463.122**	**181.880**	**>100**	1.421.497	**>100**	**111.624**	31,8

Quadro 15 - Resultados 2015 (expurgando as Reversões e parte de Outros Rendimentos)*

3.2 Indicadores de Desempenho

Quanto aos principais indicadores de desempenho e de criação de valor, verifica-se que a empresa tem conseguido criar valor e assim arcar com a demanda de recursos exigida pela sua expansão, quer em termos operacionais, quer em termos humanos. O autofinanciamento gerado em 2015, no montante de 1.939.555 contos foi superior em 21,4%, relativamente ao gerado em 2014.

U=Contos

Indicadores	Métrica	2013	2014	2015	Variação 14/13 Valor	Variação 14/13 %	Variação 15/14 Valor	Variação 15/14 %
Margem EBITDA	EBITDA / Receitas	32,6%	43,1%	64,6%	0,10	32,0%	0,22	50,1%
Rendibilidade Económica	EBIT / Ativo Líquido	2,2%	5,4%	13,5%	0,03	>100%	0,08	>100%
VAB	Prestações de serviços - FSE	3.188.193	3.365.846	3.456.816	177.654	5,6%	90.970	2,7%
VAB/ Efetivo médio	VAB/ Efetivo médio	1.327	1.429	1.493	102	7,7%	65	4,5%
Autofinanciamento	RL +Amortizações +Imparidades +Provisões +-var. de Justo Valor	1.405.132	1.579.809	1.939.555	174.677	12,4%	359.746	22,8%
Taxa de Cobertura do Autofinanciamento	Autofinanciamento / Volume de Investimentos	170,8%	46,1%	250,2%	-1,25	-73,0%	2,04	>100%
Investimentos	Volume de Investimentos	822.640	3.429.373	775.301	2.606.733	>100%	-2.654.072	-77,4%

Quadro 16 - Indicadores Económicos

Relativamente ao indicador de crescimento financeiro, em 2015 (Margem EBITDA), este indica um potencial de geração de caixa de 64,6% e regista um aumento de 50,1% em relação ao ano anterior. A rentabilidade líquida dos ativos é de 13,5%, um aumento superior a 100% em relação ao ano anterior.

O valor acrescentado bruto (VAB) apresenta um crescimento de 2,7%, justificado por um lado, pelo aumento em 0,5% nas prestações de serviços e por outro lado, pela contenção em 5,0% nos fornecimentos e serviços externos.

No que se refere ao VAB por estrutura de negócios[8], verifica-se que, a Direção de Navegação Aérea, setor de maior peso em termos de volume de negócios, regista um decréscimo de 167.883 contos, que se explica pela redução nos rendimentos provenientes da taxa de rota, face a 2014.

[8] No RC 2014, o VAB por estrutura não estava devidamente distribuído, pois alguns gastos dos aeródromos estavam imputados à Sede, pelo que efetuamos, neste relatório, a correção da distribuição do VAB por estruturas em 2014.

U= Contos

Estrutura	Valor Acrescentado Bruto			Peso %	Variação 14/13		Variação 15/14	
	2013	2014	2015		Valor	%	Valor.	%.
DNA	2.631.419	2.425.333	2.257.691	65,3	-206.087	-7,8	-167.642	-6,9
AIAC	388.032	503.786	641.325	18,6	115.753	29,8	137.539	27,3
SNICOLAU	-21.047	-6.030	-10.849	-0,3	15.018	-71,4	-4.819	79,9
AIPNM	129.267	201.123	280.561	8,1	71.856	55,6	79.437	39,5
FOGO	5.777	13.118	10.140	0,3	7.341	>100%	-2.978	-23
MAIO	-5.704	-1.784	-6.012	-0,2	3.920	-68,7	-4.228	>100%
AIAP	276.136	337.741	343.319	9,9	61.605	22,3	5.577	1,7
AICE	19.080	61.257	60.075	1,7	42.177	>100%	-1.182	-1,9
SEDE	-234.768	-168.698	-119.434	-3,5	66.070	-28,1	49.264	-29,2
VAB	**3.188.193**	**3.365.846**	**3.456.816**	**100,0**	**177.652**	**5,6**	**90.971**	**2,7**

Quadro 17 - VAB por estrutura de negócio

No setor aeroportuário, o cenário é positivo nos principais aeroportos do país, mais 137.539 contos no AIAC e mais 79.437 contos no AIPNM. Esta evolução positiva deve-se, por um lado, pelo aumento dos rendimentos aeroportuários (mais 77.116 contos no AIAC e mais 61.433 contos no AIPNM) e por outro lado, pela redução registada nos fornecimentos e serviços externos (menos 60.423 contos no AIAC e menos 18.004 contos no AIPNM), em resultado da política de racionalização de gastos em prática na empresa.

3.3 Gastos

Os Gastos totalizaram 4.386.301 contos em 2015, traduzindo uma diminuição de 77.446 contos face a 2014. Registou-se poupança, essencialmente, a nível de gastos desembolsáveis, nomeadamente Fornecimentos e Serviços Externos, que tiveram uma redução de 66.478 contos, face a 2014.
Como se pode observar no quadro seguinte, o efeito negativo gerado pela variação em Perdas por Imparidade[9] é praticamente anulado pelo efeito positivo gerado pelas variações conjugadas das rubricas Outros Gastos e Gastos e Perdas de Financiamento.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso %	Variação 14/13		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
6	**Gastos**	**4.820.564**	**4.463.748**	**4.386.301**	**100,0**	**-356.817**	**-7,4**	**-77.447**	**-1,7**
62	Fornec. e Serv. Externos	1.637.697	1.331.715	1.265.237	28,8	-305.983	-18,7	-66.478	-5,0
63	Gastos com o Pessoal	1.242.282	1.234.613	1.231.712	28,1	-7.669	-0,6	-2.902	-0,2
64	Gastos de Deprec. e Amort.	1.189.732	1.114.911	1.102.301	25,1	-74.821	-6,3	-12.610	-1,1
65	Perdas por Imparidade	110.584	183.431	464.722	10,6	72.847	65,9	281.291	>100
67	Provisões do Período	38.992	19.014	32.283	0,7	-19.978	-51,2	13.268	69,8
68	Outros Gastos	360.934	128.096	104.354	2,4	-232.838	-64,5	-23.742	-18,5
69	Gastos e Perdas de Financ.	240.342	451.967	185.693	4,2	211.625	88,1	-266.274	-58,9

Quadro 18 - Gastos

[9] Em 2015, por uma questão de prudência, a política adotada pela ASA foi de reconhecimento como Imparidade, a totalidade da dívida dos TACV. Em 2014, não se efetuou a constituição de Imparidade da dívida, daí a variação sentida em 2015.

Os Gastos de maior peso na empresa continuam a ser os Fornecimentos e Serviços Externos (28,8% dos gastos totais), seguidos dos Gastos com Pessoal (28,1% de peso no total) e dos Gastos de Depreciação e de Amortização (25,1%), tendo todos diminuído face a 2014.

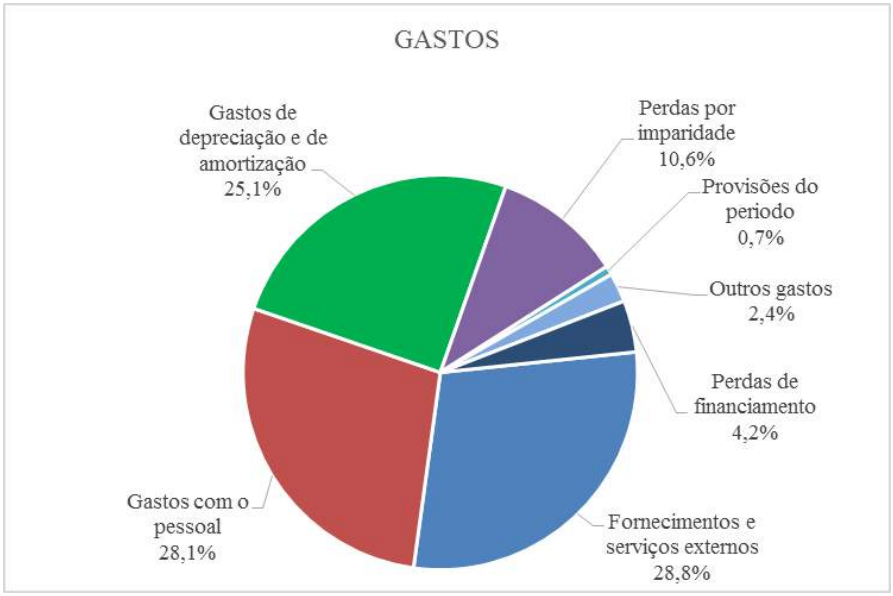


Figura 8 – Tipologia de Gastos e peso no total de Gastos

3.3.1 Fornecimentos e serviços externos

Nos Fornecimentos e Serviços Externos, os gastos atingiram 1.265.237 contos em 2015, uma diminuição de 5,0%, face a 2014. No âmbito do objetivo estratégico de racionalização de gastos, as maiores poupanças de 2015, face a 2014, verificaram-se nas rubricas de:

- Publicidade e Propaganda, com uma poupança de 50.798 contos, em função da diminuição dos patrocínios e rescisão de alguns contratos de publicidade – melhor alinhamento, financiando eventos e causas ligadas às atividades que engrandecem o destino Cabo Verde, potenciando ainda mais o negócio da ASA;
- Eletricidade, com menos 41.752 contos de gastos, justificada, essencialmente, pela implementação do programa de eficiência energética, que está em curso;
- Honorários, com um decréscimo de 37.354 contos, devido essencialmente, à não contratação no período, de serviços pontuais de consultoria, como aconteceu em 2014, no âmbito da aquisição de Cabo Verde Handling.

Quanto à rubrica Taxa de Regulação AAC, esta passou a ser constituída pelas sub-rubricas:

- Taxa de Regulação (aplicada a todas as receitas da ASA);
- Taxa de Comparticipação FIR (aplicada sobre as cobranças de taxa de rota), e
- Taxa de Comparticipação da Segurança Aeroportuária (TSA), (aplicada sobre as cobranças de taxa de segurança aeroportuária- entrou em vigor no final de Outubro 2015).

No global, o montante a entregar à AAC em 2015 registou um aumento de mais 49.130 contos, face a 2014 devido, essencialmente à comparticipação nas receitas da FIR Oceânica do Sal, pertencentes à

AAC no quadro do encontro de contas[10], levando a que uma percentagem dessa regularização fosse entregue à AAC, como manda a lei.

Em relação às deslocações e estadias, os gastos registaram um aumento de mais 27.144 contos[11], tendo em conta que, no âmbito do encontro de contas, foram aceites faturas (no montante de 39.499 contos), emitidas pelos TACV, que não estavam registadas nas contas da ASA.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso %	Variação 14/13 Valor	Variação 14/13 %	Variação 15/14 Valor	Variação 15/14 %
62	**Forneci. e Serviços Externo**	**1.637.697**	**1.331.715**	**1.265.237**	**100,0**	**-305.983**	**-18,7**	**-66.478**	**-5,0**
6211	Agua	85.167	84.374	82.711	6,5	-793	-0,9	-1.664	-2,0
6212	Electricidade	281.533	266.730	224.978	17,8	-14.804	-5,3	-41.752	-15,7
6213	Combust. e Outros Fluidos	29.560	27.379	17.887	1,4	-2.181	-7,4	-9.492	-34,7
6214	Conservação e Reparação	115.146	111.010	101.906	8,1	-4.136	-3,6	-9.104	-8,2
6217	Publicidade e Propaganda	68.747	76.671	25.873	2,0	7.925	11,5	-50.798	-66,3
6219	Limpeza, Higiene e Conforto	75.978	83.380	81.640	6,5	7.402	9,7	-1.739	-2,1
6223	Prestação Serviço Meteo	132.000	132.000	132.000	10,4	0	0,0	0	0,0
6224	Comunicação	36.838	29.236	24.860	2,0	-7.602	-20,6	-4.376	-15,0
6227	Vigilância e Segurança	116.161	118.482	128.301	10,1	2.321	2,0	9.819	8,3
6229	Estudo e Pareceres	19.402	11.368	17.566	1,4	-8.034	-41,4	6.198	54,5
6233	Deslocações e Estadias	48.864	40.688	67.832	5,4	-8.176	-16,7	27.144	66,7
6235	Honorários	159.544	64.348	26.994	2,1	-95.196	-59,7	-37.354	-58,0
6238	Taxa Regulação AAC	293.459	134.241	183.371	14,5	-159.218	-54,3	49.130	36,6
623801	Taxa de Regulação	0	134.241	28.027	2,2	134.241	-	-106.213	-79,1
623802	Comparticip. FIR	0	0	154.327	12,2	0	-	154.327	-
623803	Comparticip. TSA	0	0	1.016	0,1	0	-	1.016	-
	Outros	175.299	151.808	149.318	11,8	-23.491	-13,4	-2.490	-1,6

Quadro 19 - Fornecimentos e Serviços Externos

Observa-se na figura abaixo que, de entre os fornecimentos e serviços externos, os de maior peso na empresa são a eletricidade, as taxas AAC, o serviço de meteorologia, a vigilância e segurança e a conservação e reparação representado em conjunto 60,9% do total de 2015.

U= Contos

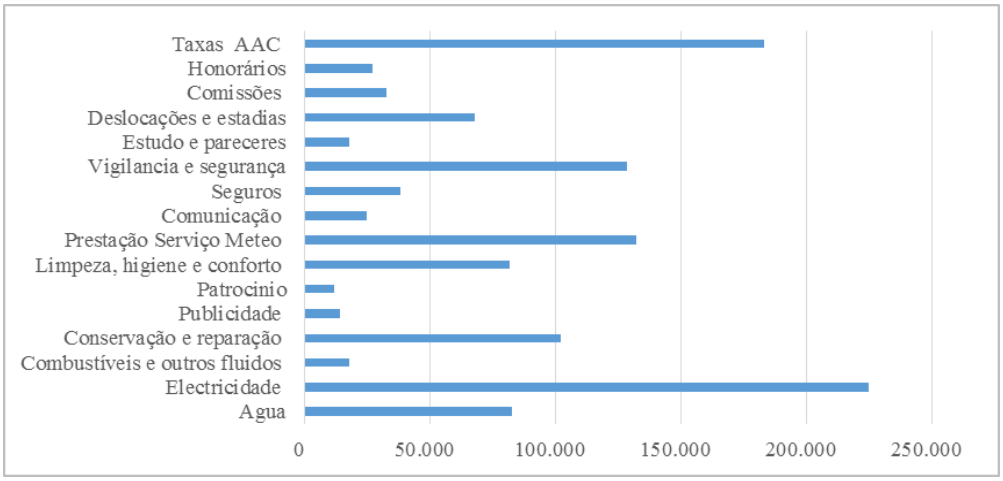


Figura 9 - Fornecimentos e Serviços Externos

[10] Encontro de contas setorial entre a ASA, os TACV, a AAC e o Estado de Cabo Verde, realizado em novembro de 2015.

[11] Inclui gastos em deslocações e estadias ligadas à formação.

Na análise aos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) por estrutura, observa-se que, o AIAC, a Sede e o AIPNM (com menos 60.385 contos, 49.925 contos e 17.789 contos, respetivamente), justificam a redução verificada no total desta rubrica[12].

U=Contos

Estrutura	Fornecimento Serviços Externos			Peso %	Variação 14/13		Variação 15/14	
	2013	2014	2015		Valor	%	Valor.	%.
DNA	435.123	277.860	313.731	24,7%	-157.263	-36,1%	35.871	12,9%
AIAC	365.286	346.203	285.780	22,6%	-19.083	-5,2%	-60.423	-17,5%
SNICOLAU	29.064	15.831	20.923	1,7%	-13.233	-45,5%	5.092	32,2%
AIPNM	325.769	312.449	294.444	23,3%	-13.320	-4,1%	-18.005	-5,8%
FOGO	14.505	10.124	12.244	1,0%	-4.381	-30,2%	2.120	20,9%
MAIO	9.535	7.032	10.404	0,8%	-2.503	-26,3%	3.372	48,0%
AIAP	122.763	109.776	116.046	9,2%	-12.987	-10,6%	6.270	5,7%
AICE	100.472	83.003	91.431	7,2%	-17.469	-17,4%	8.428	10,2%
SEDE	235.180	169.436	120.233	9,5%	-65.744	-28,0%	-49.203	-29,0%
Total	**1.637.697**	**1.331.715**	**1.265.237**	**100,0%**	**-305.982**	**-18,7%**	**-66.478**	**-5,0%**

Quadro 20 - Fornecimentos e Serviços Externos por estrutura

No AIAC, a redução deve-se às poupanças conseguidas em eletricidade e em conservação e reparação (- 36.205 e -15.131 contos, respetivamente). Na Sede, a poupança registada justifica-se pela redução nos patrocínios em menos 48.199 contos. No AIPNM, a diminuição registada deve-se principalmente à redução em 13.255 contos em eletricidade.

Por outro lado, na DNA, houve um aumento de 13%, face a 2014 justifica-se pelo valor pertencente à AAC devido à comparticipação nas receitas da FIR Oceânica do Sal, conforme explicado anteriormente, na seção 3.3.

3.3.2 Gastos com o pessoal

Os Gastos com o Pessoal totalizaram 1.231.712 contos em 2015 registando um decréscimo de 2.902 contos, face a 2014 (- 0,2%).

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso %	Variação 14/13		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
63	**Gastos com o pessoal**	**1.242.282**	**1.234.613**	**1.231.712**	**100,0**	**-7.669**	**-0,6**	**-2.902**	**-0,2**
631	Remuner. dos órg. Sociais	15.674	15.565	17.085	1,4	-109	-0,7	1.520	9,8
632	Remuner. do Pessoal	962.430	1.006.383	1.018.207	82,7	43.953	4,6	11.824	1,2
634	Indemnizações	29	29	49	0,0	0	0,0	20	68,7
635	Encargos Sobre Remuner.	151.365	157.640	158.571	12,9	6.275	4,1	931	0,6
636	Seguros de Acidentes Trab.	2.126	1.812	2.452	0,2	-314	-14,8	639	35,3
637	Gastos de Ação Social	6.673	8.416	7.874	0,6	1.743	26,1	-543	-6,4
638	Outros Gastos com Pessoal	103.985	44.768	27.474	2,2	-59.217	-56,9	-17.294	-38,6

Quadro 21 - Gastos com o Pessoal

[12] No RC 2014, os FSE por estrutura não estavam devidamente distribuídos, pelo que efetuamos, neste relatório a correção.

Apesar do aumento de 1,2% nas Remunerações do Pessoal e de 9,8% nas Remunerações dos Órgãos Sociais, os Outros Gastos com Pessoal influenciaram a diminuição do total da conta, graças à política de racionalização de gastos. Verificou-se uma redução de 38,6% no global de Outros Gastos com Pessoal, nomeadamente com formação e horas extraordinárias e por esta rubrica ter incluído em 2014 gastos com fardamentos dos bombeiros aeronáuticos.

3.3.3 Gastos de depreciação e de amortização

Os Gastos de Depreciação e Amortização totalizaram 1.102.302 contos em 2015, traduzindo uma diminuição de 12.610 contos (cerca de -1,1%), face a 2014. Esta variação deve-se a alguns bens (edifícios, materiais de carga e transporte e equipamentos administrativos) que, em 2015, chegaram ao fim do período de amortização.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso %	Variação 14/13		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
64	**Gastos de Deprec. e Amort.**	**1.189.732**	**1.114.911**	**1.102.301**	**100,0**	**-74.821**	**-6,3**	**-12.610**	**-1,1**
642	Activos Fixos Tangíveis	1.180.060	1.109.969	1.097.397	99,6	-70.091	-5,9	-12.572	-1,1
643	Activos Intangíveis	9.673	4.942	4.905	0,4	-4.730	-48,9	-37	-0,8

Quadro 22 - Gastos de Depreciação e Amortização

3.3.4 Perdas por imparidade

As Perdas por Imparidade totalizaram 464.722 contos em 2015, traduzindo um aumento de 281.291 contos, face a 2014. Esta variação deveu-se por um lado, pelo reforço da rubrica Imparidade de dívidas a receber de clientes (TACV Cabo Verde Airlines e *ARIK Air*), e por outro lado, pela constituição de imparidade sobre investimentos financeiros (Obrigações da Cabo Verde *Fast Ferry*). Em 2014 não foram consideradas, no cálculo das imparidades, as dívidas a receber dos TACV, nem a imparidade sobre investimentos financeiros (Obrigações da Cabo Verde *Fast Ferry*).

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso %	Variação 14/13		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
65	**Perdas por Imparidade**	**110.584**	**183.431**	**464.722**	**100,0**	**72.847**	**65,9**	**281.291**	**153,3**
651	Dividas a Receber	110.584	62.809	374.747	80,6	-47.775	-43,2	311.938	>100
653	Invest. Financeiros	0	0	89.975	19,4	0	-	89.975	-
655	Activos F. Tangíveis	0	120.622	0	0,0	120.622	-	-120.622	-100,0

Quadro 23 - Perdas por Imparidade

3.3.5 Provisões do período

As Provisões do Período totalizaram 32.283 contos em 2015. As provisões constituídas para impostos referem-se às possíveis correções ao montante do IVA a receber, tendo em conta as experiências anteriores. A rubrica Outras Provisões manteve-se com o mesmo montante e refere-se ao reforço das

provisões para trabalhos a mais das obras contratualizadas e efetuadas pela MSF e Armando Cunha nos aeroportos da Boa Vista, São Vicente e São Filipe, que não estão reconhecidos nas contas da ASA.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso %	Variação 14/13		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
67	**Provisões do Periodo**	**38.991**	**19.014**	**32.283**	**100,0**	**-19.977**	**-51,2**	**13.268**	**69,8**
671	Impostos	19.977	0	13.269	41,1	-19.977	-100,0	13.269	-
678	Outras Provisões	19.014	19.014	19.014	58,9	0	0,0	0	0,0

Quadro 24 - Provisões

3.3.6 Outros gastos

A rubrica Outros Gastos totalizou 104.353 contos em 2015, destacando-se os impostos com 71.755 contos, com um peso de 68,8% sobre o total da conta. Tratam-se de valores utilizados para regularização do IVA (47.568 contos), para fazer face à insuficiência de estimativa para impostos (15.465 contos) e Imposto Único sobre o Património (10.277 contos).

Por outro lado a rubrica, Outros gastos registou uma diminuição de 59 mil contos, pois em 2014 registaram-se algumas regularizações na estimativa para impostos, que este ano não foi necessário.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso %	Variação 14/13		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
68	**Outros Gastos**	**360.934**	**128.096**	**104.354**	**100,0**	**-232.838**	**-64,5**	**-23.742**	**-18,5**
681	Impostos	35.943	44.307	71.755	68,8	8.364	23,3	27.447	61,9
684	Perdas em Inventário	3.135	0	130	0,1	-3.135	-100,0	130	-
687	Gastos Invest. Não Financ.	0	0	7.608	7,3	0	-	7.608	-
688	Outros Gastos	321.856	83.789	24.860	23,8	-238.067	-74,0	-58.929	-70,3

Quadro 25 - Outros gastos

3.3.7 Gastos e perdas de financiamento

Os Gastos e Perdas de Financiamento somaram 185.693 contos em 2015, revelando uma redução de 266.274 contos, face a 2014. A poupança de 23,6% na rubrica Juros Suportados, deveu-se, em grande parte aos juros suportados com empréstimos obtidos e aos juros do empréstimo obrigacionista em carteira, com taxa de juro indexada à taxa de cedência do BCV, cuja evolução tem-se registado em decréscimo.

Na rubrica Outras Perdas de Financiamento, além de registados os gastos com seguros sobre empréstimos em carteira e as comissões de montagem de financiamentos contratados no período, também registaram ajustamentos contabilísticos (gastos de reversão) referentes às dívidas ao Estado, que em 2014 foram no montante de 209.082 contos, resultando na atual diminuição de 83,4%.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso %	Variação 14/13		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
69	**Gastos e Perdas de Financ.**	**240.342**	**451.967**	**185.693**	**100,0**	**211.625**	**88,1**	**-266.274**	**-58,9**
691	Juros Suportados	174.746	185.490	141.656	76,3	10.744	6,1	-43.834	-23,6
692	Dif. de Câmbio desfav.	1.995	1.949	0	0,0	-46	-2,3	-1.949	-100,0
698	Outras Perdas de Financ.	63.601	264.528	44.037	23,7	200.927	315,9	-220.491	-83,4

Quadro 26 - Gastos e Perdas de financiamento

3.4 Rendimentos

Os Rendimentos atingiram os 6.159.296 contos em 2015, traduzindo um aumento de 1.344.048 contos (+27,9%), face a 2014.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso %	Variação 14/13		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
7	**Rendimentos**	**4.990.182**	**4.815.248**	**6.159.296**	**100**	**-174.935**	**-3,5**	**1.344.048**	**27,9**
72	Prestações de Serviços	4.825.890	4.697.561	4.722.053	76,7	-128.328	-2,7	24.492	0,5
76	Reversões	59.928	0	1.036.629	16,8	-59.928	-100,0	1.036.629	-
77	Ganhos Aum. Justo Valor	0	0	0	0,0	0	-	0	-
78	Outros Rendimentos	84.969	101.774	391.846	6,4	16.805	19,8	290.073	>100
79	Ganhos de Financiamento	19.396	15.913	8.768	0,1	-3.484	-18,0	-7.145	-44,9

Quadro 27 - Rendimentos

A principal componente, as Prestações de Serviços registaram um aumento de 24.492 contos, face a 2014. Mas as principais variações em relação ao ano anterior destacam-se nas rubricas Reversões (+1.036.629 contos), em resultado da regularização das dívidas dos TACV, por via do encontro de contas efetuado com o Estado e Outros Rendimentos (+290.073 contos), devido ao reconhecimento de ganhos com a aquisição da CV *Handling* referentes aos exercícios de 2014 e 2015.

3.4.1 Prestações de Serviços

As Prestações de Serviços em 2015 totalizaram 4.722.053 contos, revelando um aumento de 24.492 contos, face a 2014 (+0,5%).

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso %	Variação 14/13		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
72	**Prestacoes de Serviços**	**4.825.890**	**4.697.561**	**4.722.053**	**100**	**-128.328**	**-2,7**	**24.492**	**0,5**
721	Rendimentos Aerop. Aeronáut.	1.617.214	1.846.362	1.958.915	41,5	229.148	14,2	112.552	6,1
722	Rendimentos de Naveg. Aérea	3.066.542	2.703.192	2.571.422	54,5	-363.350	-11,8	-131.770	-4,9
725	Rendimentos Aerop. Comerc.	144.501	150.112	193.744	4,1	5.611	3,9	43.632	29,1
728	Descontos e Abatimentos	-2.368	-2.106	-2.028	0,0	262	-11,1	78	-3,7

Quadro 28 - Prestações de Serviços

Embora os Rendimentos de Navegação Aérea, que continuam a ser a fonte de rendimentos de maior peso (54,5% das Prestações de Serviços) tenham diminuído em 132 mil contos (-4,9%), face a 2014,

verificou-se um aumento dos Rendimentos Comerciais em cerca de 44 mil contos (+29,1%) e dos Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos em 113 mil contos (+6,1%), este último reflexo do aumento de:

- Serviços de assistência a passageiros (mais 66 mil contos);
- Assistência a Aeronaves (mais 27 mil contos) e;
- Taxa de Segurança (mais 13 mil contos).

Este aumento colmatou parcialmente o efeito negativo da diminuição em Rendimentos da Navegação Aérea.

Observa-se no gráfico a seguir que os principais Rendimentos Aeronáuticos são os provenientes de serviços a passageiros, taxa de aterragem e descolagem e taxa de segurança aeroportuária, que em conjunto representam 86,4% do total desta categoria de rendimentos.

U= Contos

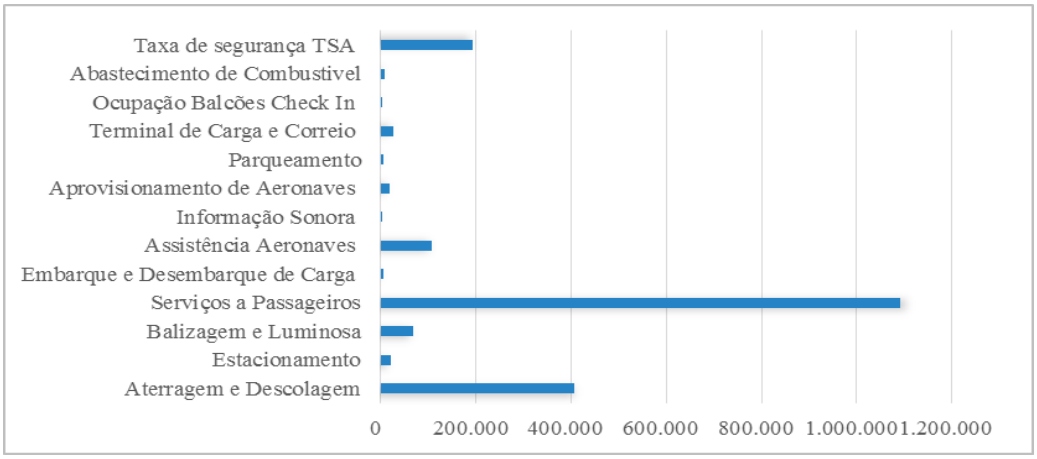


Figura 10 - Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos

Analisando os Rendimentos Aeronáuticos por aeroportos e aeródromos, verifica-se que, os aeroportos internacionais apresentam uma evolução positiva, face a 2014, com maior destaque para o AIAC, e o AIPNM com mais 58.231 e 39.633 contos, respetivamente. No caso do AIAC devido a serviços a passageiros e taxa de segurança aeroportuária, mais 50.026 e 9.376 contos, respetivamente. No caso do AIPNM, assistência a aeronaves e serviço a passageiros, mais 17.534 e 13.058 contos, respetivamente.

U= Contos

Estrutura	Rendimentos Aerop. Aeronáuticos				Variação 14/13		Variação 15/14	
	2013	2014	2015	Peso %	Valor	%	Valor.	%.
AIAC	682.163	775.772	834.003	42,6	93.610	13,7	58.231	7,5
SNICOLAU	7.698	9.299	9.337	0,5	1.601	20,8	38	0,4
AIPNM	408.623	468.762	508.394	26,0	60.139	14,7	39.633	8,5
FOGO	19.539	22.213	21.256	1,1	2.673	13,7	-956	-4,3
MAIO	3.304	4.810	4.135	0,2	1.506	45,6	-675	-14
AIAP	382.058	428.192	437.606	22,3	46.134	12,1	9.414	2,2
AICE	113.830	137.316	144.183	7,4	23.486	20,6	6.868	5,0
TOTAL	**1.617.214**	**1.846.362**	**1.958.915**	**100,0**	**229.148**	**14,2**	**112.552**	**12,4**

Quadro 29 - Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos por aeroporto

Relativamente aos Rendimentos Comerciais, em 2015 registaram-se 193.744 contos, (+43.632, face a 2014), aumento que se deve essencialmente à ocupação de edifícios (+23.652 contos), decorrente da instalação da CV Handling e à Comparticipação nas vendas de lojas e bares (+11.499 contos).

U= Contos

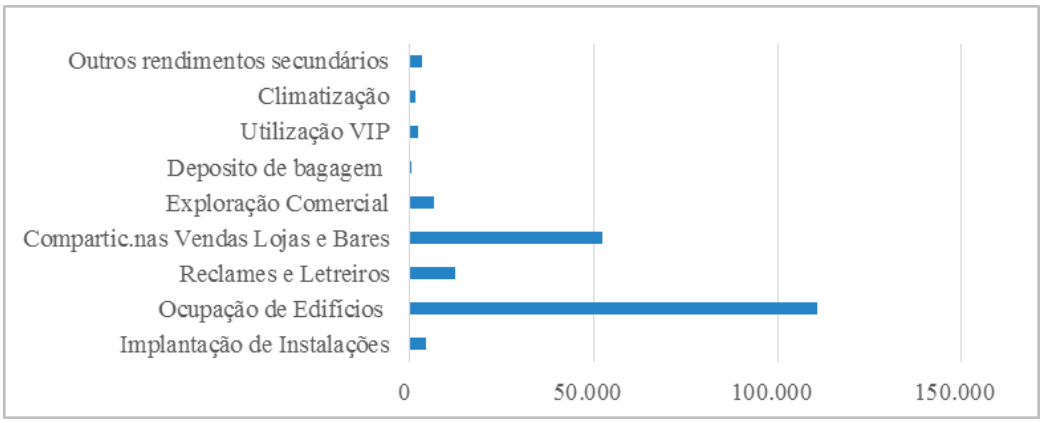


Figura 11 - Rendimentos Aeroportuários Comerciais

A distribuição dos Rendimentos Comerciais por aeroporto apresenta-se no quadro abaixo. Os principais crescimentos verificaram-se no AIPNM e o AIAC, devido ao aumento do volume de passageiros transportados.

U= Contos

Estrutura	Rendimentos Aerop. Comerciais				Variação 14/13		Variação 15/14	
	2013	2014	2015	Peso %	Valor	%	Valor.	%.
AIAC	71.927	75.017	93.848	48,4	3.090	4,3	18.830	25,1
SNICOLAU	362	549	777	0,4	187	51,8	228	41,5
AIPNM	46.769	45.111	66.896	34,5	-1.658	-3,5	21.786	48,3
FOGO	1.216	1.413	1.434	0,7	197	16,2	22	1,5
MAIO	560	456	270	0,1	-104	-19	-187	-41
AIAP	17.413	19.776	22.140	11,4	2.363	13,6	2.364	12,0
AICE	5.842	7.052	7.580	3,9	1.210	20,7	527	7,5
SEDE	412	738	799	0,4	326	78,9	61	8,3
	144.501	**150.112**	**193.744**	**100,0**	**5.611**	**3,7**	**43.632**	**29,1**

Quadro 30 - Rendimentos comerciais por aeroporto

No AIPNM, o aumento em 21.786 contos deve-se principalmente ao arrendamento de edifício, com mais 18.379 contos. No AIAC, o crescimento em 18.830 contos é justificado essencialmente por, mais 9.435 contos na comparticipação de vendas de lojas e bares, e mais 4.800 contos na ocupação de edifícios.

De notar ainda que estão imputados à Sede da empresa, rendimentos comerciais provenientes do arrendamento de espaços não diretamente relacionados com a atividade aeroportuária.

3.4.2 Reversões

As Reversões em 2015 totalizaram 1.036.629 contos com destaque para as Reversões relativas às Provisões de perdas por imparidade de dívida dos TACV (peso de 87,7% sobre o total da conta) e Reversões de Provisões, efetuadas para o Imposto sobre o Valor Acrescentado, resultantes do encontro de contas setorial e do reembolso do IVA, respetivamente.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso %	Variação 14/13		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
76	**Reversões**	**59.928**	**0**	**1.036.629**	**100**	**-59.928**	**-100,0**	**1.036.629**	**-**
762	De Perdas por Imparidade	59.928	0	909.559	87,7	-59.928	-100,0	909.559	-
763	De Provisões	0	0	127.069	12,3	0	-	127.069	-

Quadro 31 - Reversões

3.4.3 Outros rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos totalizou 391.846 contos em 2015, tendo registado um aumento de 290.073 contos, face a 2014, devido essencialmente, ao reconhecimento de ganhos relativos à detenção de 100% do capital da CVH, na conta Rendimentos de Subsidiárias e Associadas, no montante de 195.245 contos.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso %	Variação 14/13		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
78	**Outros Rendimentos**	**84.969**	**101.774**	**391.846**	**100**	**16.805**	**19,8**	**290.073**	**285,0**
781	Rendimentos Suplementares	54.443	52.703	50.177	12,8	-1.740	-3,2	-2.525	-4,8
782	Descontos de P. Pag. Obtidos	142	183	65	0,0	42	29,4	-119	-64,7
784	Ganhos em Inventários	2.452	75	2.161	0,6	-2.378	-97,0	2.086	>100
785	Rend. Subsid., Associadas	0	0	196.860	50,2	0	-	196.860	-
787	Rendim. em Invest. não Financ.	18.475	318	3.964	1,0	-18.157	-98,3	3.646	>100
788	Outros	9.457	48.495	138.620	35,4	39.038	>100	90.124	>100

Quadro 32 - Outros rendimentos

3.4.4 Ganhos de financiamento

Os Ganhos de Financiamento registaram uma diminuição de 7.145 contos, (-44,9%), face a 2014 devido, essencialmente, à diminuição em juros obtidos (-11.709 contos), resultante de Juros de aplicações financeiras (3.034 contos) e do não recebimento do rendimento de obrigações da CVFF (7.473 contos).

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso %	Variação 14/13		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
79	**Ganhos de Financiamento**	**19.396**	**15.913**	**8.768**	**100**	**-3.484**	**-18,0**	**-7.145**	**-44,9**
791	Juros Obtidos	18.400	15.474	3.765	42,9	-2.926	-15,9	-11.709	-75,7
792	Dif. de Câmbio Favoráveis	709	439	4.715	53,8	-270	-38,1	4.277	>100
798	Outros Ganhos de Financiamento	288	0	288	3,3	-288	-100,0	288	-

Quadro 33 - Ganhos de Financiamento

3.5 Unidades de Negócio e Sede

O quadro seguinte apresenta o total de Gastos e Rendimentos por Aeroportos, Aeródromos, Navegação Aérea e Sede. Verifica-se que a Direção do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral e a Direção do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela, pela sua dimensão, representam cerca de 50% dos gastos da ASA, em 2015. Quanto aos Rendimentos, a Direção de Navegação Aérea, através da FIR Oceânica do Sal, contribui para a maior parte de Rendimentos da ASA, com um peso de 44% sobre o total de Rendimentos.

O Aeroporto Internacional Amílcar Cabral e o Aeroporto Internacional Aristides Pereira foram os aeroportos que registaram as maiores diminuições de gastos (-14,5% e -14,6%), respetivamente. O projeto de eficiência energética contribuiu de forma considerável na redução dos gastos operacionais.

U = Contos

UNIDADES DE NEGÓCIO e SEDE	2014	2015	2015*	Peso %	Variação 15/14		Variação 15*/15	
					Valor	%	Valor	%
GASTOS	**4.463.747**	**4.386.301**	**4.386.301**	**100**	**-77.446**	**-1,7**	**0**	**-1,7**
Direção de Navegação Aérea	**668.598**	**726.468**	**726.468**	**16,6**	**57.870**	**8,7**	**0**	**8,7**
Direção do Aeroporto Inter. Amílcar Cabral	**1.195.137**	**1.041.513**	**1.041.513**	**23,7**	**-153.624**	**-12,9**	**0**	**-12,9**
Aeroporto Inter. Amílcar Cabral	1.117.817	956.258	956.258	21,8	-161.559	-14,5	0	-14,5
Aeródromo de São Nicolau	77.320	85.255	85.255	1,9	7.935	10,3	0	10,3
Direção do Aeroporto Inter. Praia Nelson Mandela	**1.035.087**	**1.101.826**	**1.101.826**	**25,1**	**66.739**	**6,4**	**0**	**6,4**
Aeroporto Inter. Praia Nelson Mandela	924.672	985.754	985.754	22,5	61.082	6,6	0	6,6
Aeródromo do Fogo	61.206	66.788	66.788	1,5	5.582	9,1	0	9,1
Aeródromo do Maio	49.209	49.284	49.284	1,1	75	0,2	0	0,2
Direção do Aeroporto Inter. Aristides Pereira	**447.707**	**382.427**	**382.427**	**8,7**	**-65.280**	**-14,6**	**0**	**-14,6**
Direção do Aeroporto Inter. Cesária Évora	**500.198**	**481.427**	**481.427**	**11,0**	**-18.771**	**-3,8**	**0**	**-3,8**
Sede	**617.019**	**652.640**	**652.640**	**14,9**	**35.621**	**5,8**	**0**	**5,8**
RENDIMENTOS	**4.815.248**	**6.159.296**	**4.849.422**	**100,0**	**1.344.048**	**27,9**	**-1.309.874**	**0,7**
Direção de Navegação Aérea	**2.732.757**	**2.710.044**	**2.574.097**	**44,0**	**-22.713**	**-0,8**	**-135.946**	**-5,8**
Direção do Aeroporto Inter. Amílcar Cabral	**884.607**	**1.206.872**	**953.750**	**19,6**	**322.265**	**36,4**	**-253.122**	**7,8**
Aeroporto Inter. Amílcar Cabral	874.515	1.186.190	943.676	19,3	311.674	35,6	-242.514	7,9
Aeródromo de São Nicolau	10.092	20.683	10.074	0,3	10.591	>100	-10.608	-0,2
Direção do Aeroporto Inter. Praia Nelson Mandela	**581.820**	**1.046.614**	**632.459**	**17,0**	**464.794**	**79,9**	**-414.155**	**8,7**
Aeroporto Inter. Praia Nelson Mandela	552.750	992.629	605.682	16,1	439.880	79,6	-386.947	9,6
Aeródromo do Fogo	23.532	44.453	22.384	0,7	20.921	88,9	-22.069	-4,9
Aeródromo do Maio	5.538	9.531	4.392	0,2	3.993	72,1	-5.139	-20,7
Direção do Aeroporto Inter. Aristides Pereira	**451.996**	**526.069**	**460.340**	**8,5**	**74.073**	**16,4**	**-65.729**	**1,8**
Direção do Aeroporto Inter. Cesária Évora	**144.810**	**271.906**	**153.299**	**4,4**	**127.096**	**87,8**	**-118.607**	**5,9**
Sede	**19.258**	**397.791**	**75.477**	**6,5**	**378.534**	**>100**	**-322.314**	**291,9**
RESULTADO ANTES DE IMPOSTO	**351.501**	**1.772.995**	**463.122**	**100,0**	**1.421.494**	**>100**	**-1.309.874**	**31,8**
Direção de Navegação Aérea	**2.064.159**	**1.983.576**	**1.847.630**	**111,9**	**-80.583**	**-3,9**	**-135.946**	**-10,5**
Direção do Aeroporto Inter. Amílcar Cabral	**-310.530**	**165.359**	**-87.763**	**9,3**	**475.889**	**<100**	**-253.122**	**-71,7**
Aeroporto Inter. Amílcar Cabral	-243.302	229.931	-12.583	13,0	473.233	<100	-242.514	-94,8
Aeródromo de São Nicolau	-67.228	-64.572	-75.181	-3,6	2.656	-4,0	-10.608	11,8
Direção do Aeroporto Inter. Praia Nelson Mandela	**-453.267**	**-55.212**	**-469.367**	**-3,1**	**398.055**	**-87,8**	**-414.155**	**3,6**
Aeroporto Inter. Praia Nelson Mandela	-371.922	6.876	-380.072	0,4	378.798	<100	-386.947	2,2
Aeródromo do Fogo	-37.674	-22.335	-44.403	-1,3	15.339	-40,7	-22.069	17,9
Aeródromo do Maio	-43.671	-39.753	-44.892	-2,2	3.918	-9,0	-5.139	2,8
Direção do Aeroporto Inter. Aristides Pereira	**4.289**	**143.642**	**77.913**	**8,1**	**139.352**	**>100**	**-65.729**	**>100**
Direção do Aeroporto Inter. Cesária Évora	**-355.388**	**-209.521**	**-328.128**	**-11,8**	**145.868**	**-41,0**	**-118.607**	**-7,7**
Sede	**-597.761**	**-254.848**	**-577.162**	**-14,4**	**342.913**	**-57,4**	**-322.314**	**-3,4**

*Quadro 34 – Gastos e Rendimentos Por Unidades de Negócio e Sede + Cenário 2015**

No quadro precedente, fez-se uma simples simulação ao introduzir um cenário (coluna 2015*), em que se expurga o efeito positivo de eventos extraordinários nos Rendimentos por estrutura (Reversões e parte de Outros Rendimentos), para se mostrar o desempenho real das estruturas, em 2015.

A partir desta análise, verifica-se que à exceção da DNA e do AIAP, os aeroportos e aeródromos apresentaram em 2015, resultados negativos.

U= Contos

Descrição da conta	ASA	DNA	AIPNM	FOGO	MAIO	AIAC	SNICOLAU	AIAP	AICE	SEDE
Vendas e prestações de serviços	4.722.053	2.571.422	575.005	22.384	4.392	927.105	10.074	459.364	151.506	799
Resultado Operacional Bruto	**4.722.053**	**2.571.422**	**575.005**	**22.384**	**4.392**	**927.105**	**10.074**	**459.364**	**151.506**	**799**
Fornecimentos e serviços externos	(1.265.237)	(313.731)	(294.444)	(12.244)	(10.404)	(285.780)	(20.923)	(116.046)	(91.431)	(120.233)
Valor acrescentado bruto	**3.456.816**	**2.257.691**	**280.561**	**10.140**	**(6.012)**	**641.325**	**(10.849)**	**343.319**	**60.075**	**(119.434)**
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	195.245	-	-	-	-	-	-	-	-	195.245
Gastos com pessoal	(1.231.712)	(280.540)	(187.043)	(17.171)	(11.067)	(262.191)	(16.782)	(63.885)	(104.503)	(288.530)
Ajustamentos em inventários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Imparidade de dívidas a receber	534.813	759	217.116	11.724	3.386	172.165	6.443	53.355	69.864	0
Provisões do período	94.786	-	-	-	-	-	-	(11.634)	(7.380)	113.801
Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis	(89.975)	-	-	-	-	-	-	-	-	(89.975)
Aumentos/reduções justo valor	288	-	-	-	-	-	-	-	-	288
Outros rendimentos e ganhos	196.601	73.402	32.516	86	15	19.640	34	2.694	2.305	65.910
Outros gastos e perdas	(104.353)	(501)	(9.103)	(46)	(24)	(10.430)	(381)	(5.768)	(557)	(77.544)
EBITDA	**3.052.510**	**2.050.811**	**334.047**	**4.732**	**(13.701)**	**560.508**	**(21.534)**	**318.080**	**19.804**	**(200.239)**
Gastos de depreciação e amortização	(1.102.302)	(38.575)	(309.390)	(27.067)	(26.052)	(304.098)	(35.444)	(153.468)	(186.521)	(21.686)
Perdas/reversões por imparidade de ativos/amortizáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EBIT	**1.950.208**	**2.012.236**	**24.657**	**(22.335)**	**(39.753)**	**256.411**	**(56.978)**	**164.612**	**(166.717)**	**(221.924)**
Juros e ganhos similares obtidos	8.480	-	-	-	-	-	-	-	-	8.480
Juros e perdas similares suportados	(185.693)	(28.660)	(17.781)	-	-	(26.479)	(7.595)	(20.970)	(42.803)	(41.404)
Resultado antes de Impostos	**1.772.995**	**1.983.576**	**6.876**	**(22.335)**	**(39.753)**	**229.931**	**(64.572)**	**143.642**	**(209.521)**	**(254.848)**
Imposto do período	(269.998)	(226.546)	(785)	-	-	(26.261)	-	(16.405)	-	-
Imposto diferido	(125.831)	(105.581)	(366)	-	-	(12.239)	-	(7.646)	-	-
Resultado Liquido	**1.377.166**	**1.651.449**	**5.724**	**(22.335)**	**(39.753)**	**191.432**	**(64.572)**	**119.590**	**(209.521)**	**(254.848)**

Quadro 35- Demonstração de Resultados por Estrutura

4 CLIENTES E GESTÃO DE CRÉDITO

A carteira total de clientes da empresa em 2015, constituída por 695 clientes ativos, dos quais 46% são filiados na *Internacional Air Transportation Association* (IATA), sendo a sua faturação cobrada através da *Clearing House*, em que as cobranças atingram 1.979.893 contos, correspondendo 80% dos valores faturados ao serviço de Navegação Aérea.

O volume de faturação[13] aos clientes durante o exercício atingiu o montante de 4.786.809 contos e as cobranças[14] efetuadas (incluindo os TACV) durante o exercício atingiram o valor de 5.687.287 contos, o que corresponde a uma taxa de cobrança de 118,8%, em 2015. Esta taxa é justificada pelo facto de terem sido regularizadas no período, por parte dos TACV e por via do encontro de contas setorial, dívidas acumuladas até junho de 2015.

Quanto à taxa de cobrança efetiva (excluindo os TACV), em 2015 atingiu-se os 82,4%, sendo um dos objetivos da ASA aumentar progressivamente esta taxa de modo a ajustá-la às necessidades de tesouraria a curto prazo.

Em relação ao volume de cobranças por área de negócio (sem o efeito da regularização de dívidas dos TACV), verifica-se que a taxa de cobrança dos Serviços de navegação aérea foi de 96,2%, superior aos restantes serviços.

Relativamente aos Serviços aeronáuticos, a taxa de cobrança verificada em 2015 foi de 65,7% (sem o efeito da regularização de dívidas dos TACV)

No que se refere aos clientes de Serviços comerciais, verificou-se em 2015, uma taxa de cobranças de 70,7% (também sem o efeito da regularização de dívidas dos TACV).

[13] Valor total faturado (Rendimentos acrescidos de Impostos).

[14] Valor correspondente à regularização de documentos faturados, incluindo regularizações por via de adiantamentos independentemente da data de recebimento dos mesmos.

5 INVESTIMENTOS

Durante o exercício de 2015 foram realizados investimentos no valor 775.301 contos, estando 92% deste montante em curso a 31 de dezembro.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2013	2014	2015	Peso	Variação 14/13		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
4	**INVESTIMENTOS**	**822.640**	**3.408.670**	**775.301**	**100,0%**	**2.586.030**	>100	**-2.633.369**	-77,3
41	**Investimentos financeiros**	**0**	**188.000**	**0**	**0,0%**	**188.000**	--	**-188.000**	-100,0
411	Participações Financeiras - MEP	0	188.000	0	0,0%	188.000	--	-188.000	-100,0
43	**Ativos fixos tangíveis**	**26.889**	**45.109**	**56.268**	**7,3%**	**18.220**	67,8	**11.159**	24,7
432	Edifícios e outras construções	157	18.824	25.011	3,2%	18.668	>100	6.187	32,9
433	Equipamento básico	2.444	14.535	22.808	2,9%	12.091	>100	8.273	56,9
434	Equipamentos de transporte	4.133	0	3.610	0,5%	-4.133	-100,0	3.610	--
435	Equipamentos administrativos	5.965	2.887	4.356	0,6%	-3.078	-51,6	1.468	50,9
437	Outos ativos fixos tangíveis	14.190	8.862	483	0,1%	-5.328	-37,5	-8.379	-94,6
44	**Ativos intangíveis**	**189**	**3.011.898**	**6.023**	**0,8%**	**3.011.708**	>100	**-3.005.875**	-99,8
441	*Goodwill*	0	3.010.260	0	0,0%	3.010.260	--	-3.010.260	-100,0
443	Programas de computador	189	1.638	6.023	0,8%	1.448	>100	4.385	>100
45	**Ativos fixos em curso**	**795.561**	**163.663**	**713.010**	**92,0%**	**-631.898**	-79,4	**549.347**	>100
452	Ativos fixos tangíveis em curso	795.561	163.663	713.010	100,0%	-631.898	-79,4	549.347	>100

Quadro 36 – Investimentos Realizados

Os investimentos em curso, por sua vez, referem-se às obras a seguir indicadas:

- **Expansão e Modernização do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela**, com valor estimado em 2.314.567 contos, tendo sido realizados, em 2015, 438.902 contos, uma taxa de execução de 19,0%. Este projeto está a ser financiado em cerca de 83% pelo Banco Africano de Desenvolvimento e o restante suportado pela ASA, por via de financiamento bancário contraído em 2015.

- **Expansão do terminal do Aeroporto Internacional Aristides Pereira e Expansão do terminal do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral,** orçados pelo montante global de 1.540.821 contos, sendo financiados pelo Governo de Espanha através de um empréstimo concedido pelo Instituto de Crédito Oficial (ICO) e pela ASA com recurso a empréstimo bancário. Em 2015, foram realizados, para a expansão do terminal do Aeroporto Internacional Aristides Pereira, 115.280 contos e para a expansão do terminal do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral 141.119 contos, representando taxas de execução de 16,1% e de 17,1%, respetivamente.

6 SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

6.1 Posição Financeira

O Balanço da empresa à data de 31 de dezembro de 2015 evidencia um património bruto de 16.803.312 contos, revelando uma redução de 684.655 contos (-3,9%) em relação ao exercício de 2014, explicada maioritariamente, no lado das aplicações, pela redução das Necessidades Cíclicas (anulação das dívidas dos TACV por encontro de contas e do Estado por reembolso do IVA). No lado das Origens a redução é explicada pela diminuição dos Recursos Cíclicos (anulação das dívidas à AAC e ao Estado por encontro de contas).

U = Contos

Aplicações	2013	2014	2015	Variação 14/13		Variação 15/14	
				Valor	%	Valor	%
Ativo Fixo (liquido)	12.310.525	14.563.434	14.423.915	2.252.909	18,3	-139.519	-1,0
Necessidades Cíclicas	5.069.575	2.658.225	1.684.555	-2.411.350	-47,6	-973.670	-36,6
Tesouraria Ativa	476.622	266.308	694.842	-210.314	-44,1	428.534	>100
Total de Controlo	**17.856.722**	**17.487.967**	**16.803.312**	**-368.755**	**-2,1**	**-684.655**	**-3,9**

Quadro 37 - Aplicação de Fundos

U = Contos

Origens	2013	2014	2015	Variação 14/13		Variação 15/14	
				Valor	%	Valor	%
Capitais Permanentes	15.265.671	15.248.790	15.386.576	-16.881	-0,1	137.786	0,9
Capital Próprio	8.707.845	8.988.475	10.365.640	280.630	3,2	1.377.165	15,3
Capital Alheio (MLP)	6.557.826	6.260.315	5.020.936	-297.511	-4,5	-1.239.379	-19,8
Recursos Cíclicos	2.591.051	2.239.177	1.416.736	-351.874	-13,6	-822.441	-36,7
Total de Controlo	**17.856.722**	**17.487.967**	**16.803.312**	**-368.755**	**-2,1**	**-684.655**	**-3,9**

Quadro 38 - Origem de Fundos

De notar que alguns passivos classificados no Balanço Contabilístico como correntes (p.e. dívidas ao acionista resultantes de investimentos com financiamento de longo prazo e dívida não corrente à AAC) foram reclassificados no Balanço Funcional como Capital Alheio Estável, para efeitos de análise financeira.

A ASA observa um equilíbrio financeiro na medida em que tem uma Tesouraria Ativa de 694.842 contos, em finais de dezembro de 2015.

Como se pode observar nos gráficos abaixo o fluxo operacional da ASA é coberto por fundos estáveis (Ativo Fixo Líquido com um peso de 85% no total das Aplicações).

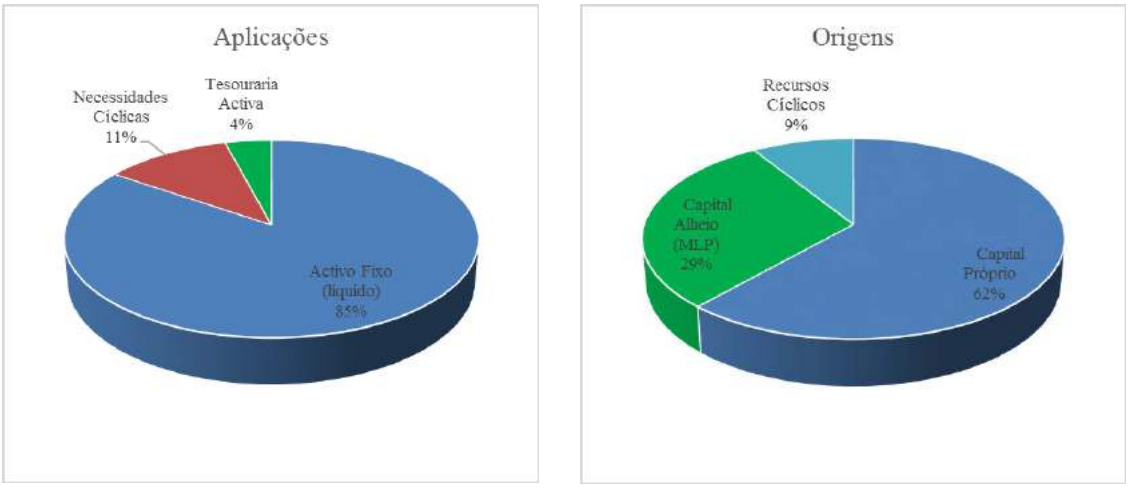


Figura 12 - Aplicação e Origem de Fundos

6.2 Fluxos de Caixa

Como se pode observar na tabela abaixo, o fluxo de caixa líquido em 2015 foi positivo em 694.842 contos, com uma variação positiva de 428.534 contos em relação ao ano transato. O saldo inicial das disponibilidades era de 266.308 contos.

U = Contos

Fluxos de Caixa	2013	2014	2015	Variação 14/13		Variação 15/14	
				Valor	%	Valor	%
Atividades operacionais	1.120.107	1.160.021	2.434.860	39.914	3,6	1.274.839	>100
Atividades de investimento	-677.033	-309.986	-391.236	367.047	-54,2	-81.250	26,2
Atividades de financiamento	-279.462	-1.061.587	-1.615.241	-782.125	>100	-553.654	52,2
Efeitos das diferenças de câmbio	-8.601	1.238	151	9.839	>100	-1.087	-87,8
Caixa e seus equivalentes no início do período	321.611	476.622	266.308	155.011	48,2	-210.314	-44,1
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**476.622**	**266.308**	**694.842**	**-210.314**	**-44,1**	**428.534**	**160,9**

Quadro 39 - Fluxos de Caixa

Os fluxos das atividades operacionais em 2015 refletem uma variação positiva de 1.274.839 contos face a 2014, devido maioritariamente, ao recebimento do montante devido pelos TACV[15].

Já os fluxos de caixa das atividades de investimento, em 2015, negativos em 391.236 contos, refletem uma variação negativa de 81.250 contos face a 2014 devido, essencialmente, a pagamentos referentes a investimentos feitos em Ativos Fixos Tangíveis e reembolso, em 2014, do capital das obrigações da TECNICIL.

Finalmente, os fluxos de caixa de financiamento de 2015, negativos em 1.615.241 contos, revelam uma variação negativa de 553.654 face a 2014, devido, essencialmente, aos pagamentos de dívidas ao acionista por via de encontro de contas (inclui pagamento de dívidas referentes a financiamento para investimentos e dividendos).

[15] O fluxo das atividades operacionais inclui, para este efeito de análise, os recebimentos dos TACV, via encontro de contas.

6.3 Indicadores financeiros

Os principais indicadores financeiros evidenciam uma situação financeira sólida e equilibrada da empresa, com uma solvabilidade de 206,4% o que significa que a empresa tem capacidade de satisfazer os seus compromissos de médio e longo prazo e tem um elevado grau de independência dos seus credores.

Indicadores	Métrica	2013	2014	2015	Variação 14/13		Variação 15/14	
					Valor	%	Valor	%
Autonomia Financeira	Capitais Próprios / Ativo	48,8%	51,4%	61,7%	0,03	5,4%	0,10	20,0%
Solvabilidade	Capital Próprio / Passivo não corrente	95,2%	105,8%	206,4%	0,11	11,1%	1,01	95,2%
ROE - Rendibilidade dos Capitais Próprios	Resultados Líquidos / Capital Próprio	1,4%	3,1%	13,3%	0,02	>100%	0,10	>100%
ROI - Rendibilidade Económica do Ativo	EBIT / Ativo	2,2%	4,5%	11,6%	0,02	>100%	0,07	>100%
Debt to Equity (Endívidamento)	Passivo com Juro / Capital Próprio	46,2%	35,4%	28,7%	-0,11	-23,3%	-0,07	-19,0%
Estrutura dos Financiamentos Obtidos	Financiamentos de Curto Prazo / Financiamentos Totais	21,7%	21,3%	22,5%	0,00	-1,5%	0,01	5,3%
Capacidade de Endívidamento	Capitais Próprios / Capital permanente	71,4%	75,9%	67,4%	0,04	6,2%	-0,08	-11,2%
Período de Recuperação da Dívida	Empréstimos em Dívida / Autofinanciamento	2,9	2,2	1,5	2,9	2,2	1,5	2,9
Interest Coverage Ratio (Cobertura dos Encargos Financeiros)	EBIT / Encargos Financeiros	162,6%	174,2%	1050,2%	0,12	7,1%	8,76	>100%

Quadro 40 - Principais indicadores financeiros

A rendibilidade dos capitais próprios no exercício corrente é de 13,3%, isto é, por cada 100 unidades monetárias investidas foram gerados 13 unidades monetárias em 2015. Note-se ainda que houve crescimento relativamente ao ano anterior, explicado pelo aumento registado no resultado líquido do exercício.

A rendibilidade do ativo também registou melhoria em relação a 2014, situando-se em 11,6%.

Os indicadores de endívidamento espelham uma carteira composta por 22,5% de financiamentos de curto prazo (até 1 ano) e um *Debt to Equity Ratio* de 28,7%, detendo assim a empresa elevado poder negocial para contratação de novos financiamentos.

7 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 Balanço

ASA- Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.
Balanço a 31 de Dezembro de 2015

U = Contos

Contas	Descrição	Nota	2015	2014
	ATIVO			
	Ativo não corrente			
43	Ativos Fixos Tangíveis			
431	Terrenos e recursos naturais	4	771	771
432	Edifícios e outras construções	4	7.998.685	8.588.445
433	Equipamento Básico	4	967.453	1.018.125
434	Equipamento de transporte	4	195.952	382.471
435	Equipamento administrativo	4	35.619	49.452
437	Outros ativos tangíveis	4	5.377	5.958
45	Investimentos em curso	4	868.316	322.306
			10.072.173	**10.367.528**
44	Ativos Intangíveis			
441	Goodwill	5	3.010.260	3.010.260
443	Programas de computador	5	6.863	5.744
			3.017.123	**3.016.004**
41	Investimentos financeiros			
4111	Participações Financeiras - método de equivalência patrimonial	6	383.245	188.000
	Outros ativos financeiros	7	204.055	295.828
264	Ativos por impostos diferidos	8	517.100	642.859
26	Outras contas a receber LP	15	219.368	42.364
46	Ativos não correntes detidos para venda	9	10.851	10.851
	Total de ativo não corrente		**14.423.915**	**14.563.434**
	Ativo corrente			
3	Inventários			
32	Matérias-primas subs e de consumo em curso	10	23.258	10.036
36	Matérias-primas subs e de consumo	10	100.587	103.793
21	Clientes	11	888.525	1.277.790
22	Adiantamento a Fornecedores	12	18.693	22.716
24	Estado e outros entes públicos	13	185.382	747.223
25	Acionista	14	390.000	390.000
26	Outras contas a receber	15	78.110	106.667
11 e 12	Caixa e depósitos bancários	2	694.842	266.308
	Total de ativo corrente		**2.379.397**	**2.924.533**
	Total do Ativo		**16.803.312**	**17.487.967**

U = Contos

Contas	Descrição	Nota	2015	2014
	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	Capital próprio			
51	Capital realizado	16	5.500.000	5.500.000
586	Reservas legais	17	127.449	127.449
58	Outras reservas	17	3.080.395	3.080.396
59	Resultados transitados		280.630	-
	Resultado líquido do período		1.377.166	280.630
	Total do capital próprio		**10.365.640**	**8.988.475**
	Passivo			
	Passivo não corrente			
29	Provisões	18	256.835	351.622
23	Financiamentos obtidos	19	2.304.239	2.503.809
264	Passivos por impostos diferidos	8	4.753	4.681
	Total de passivo não corrente		**2.565.827**	**2.860.112**
	Passivo corrente			
22	Fornecedores	20	117.867	257.767
24	Estado e outros entes públicos	13	384.476	214.016
25	Acionista	14	2.455.109	3.282.063
23	Financiamentos obtidos	19	667.092	678.819
26	Outras contas a pagar	21	231.153	1.188.260
28	Diferimentos	22	16.148	18.455
	Total de passivo corrente		**3.871.845**	**5.639.380**
	Total do passivo		**6.437.672**	**8.499.492**
	Total do capital próprio e passivo		**16.803.312**	**17.487.967**

As notas 1 a 35 fazem parte integrantes destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

O Director Financeiro _____
Júlio Carlos Andrade

Presidente _____
Sandro de Brito

O Técnico de Contas _____
Carla Letízia Gomes

Administrador _____
Jorge P. dos Santos Fonseca

Administrador _____
Américo Faria Medina

7.2 Demonstração de Resultados

ASA- Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.

Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro de 2015

U= Contos

Descrição	Notas	2015	2014
Vendas e prestações de serviços	23	4.722.053	4.697.561
Resultado Operacional Bruto		**4.722.053**	**4.697.561**
Fornecimentos e serviços externos	24	(1.265.237)	(1.331.715)
Valor acrescentado bruto		**3.456.816**	**3.365.846**
Ganhos/perdas imputados de sub. associadas e empreend. conjuntos	6	195.245	-
Gastos com pessoal	25	(1.231.712)	(1.234.613)
Ajustamentos em inventários	10	-	-
Imparidade de dívidas a receber	11,12,14,15	534.813	(44.345)
Provisões do período	18	94.787	(19.014)
Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis		(89.975)	-
Aumentos/reduções justo valor	7	288	(287)
Outros rendimentos e ganhos	26	196.601	83.308
Outros gastos e perdas	27	(104.354)	(127.809)
EBITDA		**3.052.509**	**2.023.085**
Gastos de depreciação e amortização	4 e 5	(1.102.301)	(1.114.911)
Perdas/reversões por imparidade de ativos/amortizáveis		-	(120.622)
EBIT		**1.950.208**	**787.552**
Juros e ganhos similares obtidos	28	8.480	15.913
Juros e perdas similares suportados	28	(185.693)	(451.967)
Resultado antes de Imposto		**1.772.995**	**351.498**
Imposto do período	29	(269.998)	(160.386)
Imposto diferido	29	(125.831)	89.518
Resultado Liquido		**1.377.166**	**280.630**

As notas 1 a 35 fazem parte integrantes destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

O Director Financeiro _____ Júlio Carlos Andrade

Presidente _____ Sandro de Brito

O Técnico de Contas _____ Carla Letízia Gomes

Administrador _____ Jorge P. dos Santos Fonseca

Administrador _____ Américo Faria Medina

7.3 Demonstração de alterações no Capital Próprio

ASA- Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.

Demonstração de Alterações do Capital Próprio a 31 de Dezembro de 2015

Descrição		Capital próprio atribuído aos detentores do capital					
		Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	5.500.000	127.449	3.080.396	-	280.630	8.988.475
							-
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO							-
Resultado Líquido do período						1.377.166	**1.377.166**
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	280.630	(280.630)	-
							-
RESULTADO EXTENSIVO	**2**	-	-	-	**280.630**	**1.096.536**	**1.377.166**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuições	**3**	-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES	4	-	-	-	-	-	-
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2015	1+2+3+4	5.500.000	127.449	3.080.396	280.630	1.377.166	10.365.641

As notas 1 a 35 fazem parte integrantes destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

O Director Financeiro _____ Presidente _____
Júlio Carlos Andrade Sandro de Brito

O Técnico de Contas _____ Administrador _____
Carla Letízia Gomes Jorge P. dos Santos Fonseca

Administrador _____
Américo Faria Medina

7.4 Demonstração de Fluxos de Caixa

ASA- Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.

Demonstração de Fluxos de caixa a 31 de Dezembro de 2015

U = Contos

Descrição	Nota	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		5.705.895	3.981.261
Pagamentos a fornecedores		(1.582.177)	(1.437.203)
Pagamentos ao pessoal		(1.245.721)	(1.184.984)
		2.877.997	**1.359.074**
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(107.924)	(97.939)
Outros recebimentos/ pagamentos		(335.213)	(101.114)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		**2.434.860**	**1.160.021**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(394.513)	(342.235)
Ativos intangíveis		(6.023)	(1.638)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3.920	318
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		-	14.379
Juros e rendimentos similares		3.765	19.190
Dividendos		1.615	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		**(391.236)**	**(309.986)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		449.379	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.253.499)	(892.525)
Juros e gastos e similares		(172.963)	(169.062)
Dividendos		(638.158)	0
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		**(1.615.241)**	**(1.061.587)**
Variação de caixa e seus equivalentes		**428.383**	**(211.552)**
Efeitos das diferenças de câmbio		151	1.238
Caixa e seus equivalentes no início do período		266.308	476.622
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2	**694.842**	**266.308**
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	2	5.508	3.590
Descobertos bancários			
Depósitos bancários	2	689.334	262.718
Outras aplicações de tesouraria		-	-
	2	**694.842**	**266.308**

As notas 1 a 35 fazem parte integrantes destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

O Director Financeiro
Júlio Carlos Andrade

Presidente
Sandro de Brito

O Técnico de Contas
Carla Letizia Gomes

Administrador
Jorge P. dos Santos Fonseca

Administrador
Américo Faria Medina

7.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta:

i. Que no exercício económico de 2015 a ASA obteve um Resultado Líquido de 1.377.166 (um milhão, trezentos e setenta e sete mil e cento e sessenta e seis contos);
ii. O Resultado Líquido de 2015 deveu-se maioritariamente à reversões de imparidades de dívidas de clientes por encontro de contas, realizado entre as partes;
iii. Os elevados investimentos em curso e em carteira no quadro estratégico de melhoramento de desempenho;
iv. Os imperativos legais em vigor;

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação do Resultado Líquido:

Aplicação	Valor em contos	%
Reservas Legais	68.858	5%
Reservas para Investimentos	688.583	50%
Dividendos	619.725	45%
Total	**1.377.166**	**100%**

O Conselho de Administração

Presidente _____
Sandro de Brito

Administrador _____
Jorge P. dos Santos Fonseca

Administrador _____
Américo Faria Medina

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2015

(Valores expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos "mECV")

INFORMAÇÃO GERAL

A ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A, adiante designada por "ASA" ou "Empresa", resultou da transformação da ASA, E.P. em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Esta transformação decorreu por via do Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 4 de Junho, por transferência à ASA, S.A. de todos os direitos, prerrogativas, poderes e obrigações de que era detentora a ASA EP. O capital social da ASA de 5.500.000.000 Escudos é, atualmente, detido integralmente pelo Estado da República de Cabo Verde, sendo representado por 550.000 ações com o valor nominal de 10.000,00 Escudos cada, encontrando-se totalmente realizado (ver Nota 16).

Os Estatutos da ASA, publicados pelo Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 4 de Junho referem como objeto da empresa: (i) a exploração e o desenvolvimento em moldes empresariais e em regime exclusivo do serviço público de apoio à aviação civil; (ii) a gestão do tráfego aéreo; (iii) garantir os serviços de partida, sobrevoo e chegada de aeronaves; e (iv) a gestão dos terminais de carga e correios, assegurando para isso as atividades e serviços inerentes às infraestruturas aeronáuticas e de navegação aérea, em todos os aeroportos e aeródromos públicos de Cabo Verde e na Região de Informação de Voo Oceânica do Sal, designada por FIR Oceânica do Sal.

Atualmente a atividade da ASA consiste: (a) na gestão e exploração do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na Ilha do Sal, do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela em Santiago, do Aeroporto Internacional Aristides Pereira na Boa Vista, do Aeroporto Internacional Cesária Évora em São Vicente e, desde Março de 1993, dos aeródromos existentes nas ilhas de São Nicolau, Fogo e Maio, através da prestação de serviços aeroportuários, comerciais e afins e (b) na gestão da FIR Oceânica do Sal, prestando os serviços relacionados com a gestão do tráfego aéreo a todas as aeronaves que utilizem este espaço aéreo.

À ASA foi atribuída a concessão do serviço público aeroportuário com o enquadramento previsto no Decreto-Legislativo nº 1/2014 de 26 de Setembro. Este diploma define:

- O quadro jurídico geral da concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos aeroportos e aeródromos do país;
- Exploração e desenvolvimento das infraestruturas e dos serviços de apoio à navegação aérea, designadamente a gestão do tráfego aéreo em todas as suas vertentes;
- Regime jurídico da subconcessão do serviço público aeroportuário;
- Regime de licenciamento do uso privativo dos bens do domínio público aeroportuário e do exercício de atividades e serviços nos aeroportos e aeródromos públicos nacionais;
- Conjunto de taxas aplicadas nos aeroportos nacionais;
- Os princípios e regras de regulação económica aplicáveis aos aeroportos nacionais.

Este enquadramento será completado pelas cláusulas do contrato de concessão geral a celebrar entre a ASA S.A. e o Estado de Cabo Verde.

A ASA conta com delegações nas ilhas de Santiago, S. Vicente, Boa Vista, São Nicolau, Maio, Fogo e tem a sua sede na Estrada do Aeroporto, Espargos, Ilha do Sal.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração por meio da resolução nº 01/CA/ASA/2016 de 02 de junho de 2016. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada às operações da ASA em todos os seus aspetos materialmente relevantes bem como a sua posição, performance financeira e fluxos de caixa, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde ("SNCRF").

0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

0.1 Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela ASA de acordo com as Normas de Relato Financeiro ("NRF") – emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2015 em Cabo Verde.

A preparação das demonstrações financeiras teve por base a convenção do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros valorizados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela ASA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 1.21.

1 – Principais Políticas Contabilísticas

1.1 Conversão cambial

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da ASA estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera também designada por moeda funcional, o escudo Cabo-verdiano. As demonstrações financeiras da ASA e as respetivas notas são apresentadas em milhares de escudos Cabo-verdianos (mECV ou mESC) salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do escudo cabo-verdiano são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de rendimentos e gastos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou na rubrica outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transações.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira a 31 de Dezembro de 2015, foram como segue:

Moeda	2015	2014
EUR	110,265	110,265
USD	100,920	90,678
CHF	101,965	91,674
GBP	149,413	140,950

1.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui o custo considerado para os ativos adquiridos até à data de transição para o SNCRF e o custo de aquisição para os ativos adquiridos após a data da transição.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a colocação do ativo na localização e condição necessária ao seu funcionamento conforme pretendido pela gestão. A ASA optou por reconhecer os gastos de financiamento relacionados com ativos em curso como gastos do exercício quando incorridos.

Os gastos subsequentes suportados com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo. Por outro lado, os gastos de natureza corrente com reparação e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incursos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados numa base sistemática, pelo método das quotas constantes por duodécimos, pelo período da vida útil estimada. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 25
Equipamento básico, outras máquinas e instalações	Entre 5 a 10
Material de carga e transporte	Entre 5 a 10
Outras activos tangíveis	Entre 4 a 12

Os terrenos e os ativos em curso não são depreciados.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos, sendo alteradas prospectivamente.

Os ativos tangíveis subsidiados pelo Governo ou entidade equiparada são depreciados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens da Empresa, sendo o respetivo gasto compensado em "Outros rendimentos e ganhos" (ver Nota 26), pela amortização dos subsídios registados em "Diferimentos" (ver Nota 22).

Os ganhos e perdas provenientes da alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o seu valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecido como rendimento ou gasto na demonstração dos resultados.

1.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados quando estão cumpridas as condições (definidos no SNCRF), para o seu reconhecimento. No reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao preço de compra, acrescidos dos custos diretos. Nos períodos subsequentes, os ativos, exceto o Goodwill, são amortizados, pelo período de vida útil estimada e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Software

A ASA capitaliza na rubrica de ativos intangíveis, a título de "Software", os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas por entidades externas bem como a aquisição de licenças de utilização e de *upgrades* de software. Estes ativos são amortizados em 3 anos.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incursos.

Goodwill

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição.

O Goodwill é sujeito a testes de imparidade anual numa base anual e é mensurado ao valor inicial deduzido de perdas de imparidade acumuladas. As perdas por imparidade não podem ser revertidas.

O Goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa para realização de testes de imparidade. Os testes são realizados uma vez por ano com referência à data do relato financeiro.

1.4 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos a amortização ou depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os gastos para venda e o seu valor de uso.

Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

No caso da ASA a unidade geradora de caixa mais baixa identificada é a própria Empresa. Embora a ASA tenha duas atividades a seu cargo: i) a gestão navegação aérea; e ii) a gestão da rede de aeroportos e aeródromos de Cabo Verde, o modelo de fixação de tarifas seguido pelo regulador determina que as duas atividades geram receitas interdependentes.

Os ativos não financeiros, que não o *Goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

1.5 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações financeiras em subsidiárias, associadas e em entidades conjuntamente controladas são mensuradas nas suas contas individuais, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo subsequentemente mensuradas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o custo de aquisição de uma participação será acrescido ou reduzido:

a) Da quantia correspondente à proporção nos resultados líquidos da entidade participada;
b) Da quantia correspondente à proporção noutras variações nos capitais próprios da entidade participada;
c) Da quantia dos lucros distribuídos à participação; e
d) Da quantia da cobertura de prejuízos que tenha sido deliberada.

Subsidiária é uma entidade que é controlada por outra Empresa. Normalmente a assunção de controlo está associada à detenção de mais de 50% do capital/ direitos de voto.

Associada é uma entidade na qual é exercida influência significativa (normalmente associada a detenção de mais de 20% do Capital).

Entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, parceria ou outra entidade em que cada empreendedor tenha um interesse, sendo estabelecido um acordo contratual entre os empreendedores de controlo conjunto sobre a atividade económica da entidade.

1.6 Ativos financeiros

A empresa determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NRF 16 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

(a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A ASA classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, para o seu valor líquido contabilístico.

São mensurados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A ASA classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São mensurados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotado em mercado ativo, contratos de derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que se qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A ASA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a ASA reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

1.7 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação da ASA. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O gasto é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

Os inventários são ajustados por imparidade por referência à intenção de uso e a sua condição. O ajustamento de inventário calculado pela ASA tem por base, por um lado, a rotatividade dos *stocks* no final do exercício e, por outro, eventuais situações detetadas durante o processo de inventário realizado anualmente (ver Nota 10).

1.8 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, se aplicável.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os saldos a receber não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. Os riscos efetivos de cobrança dos saldos de clientes e outras contas a receber, apurados por referência a critérios de gestão como a avaliação do risco de crédito e o período estimado de recebimento, são objeto de revisão a cada data de relato.

Para a determinação da imparidade sobre os saldos de cliente, o critério utilizado pela ASA é de ajustar 100% os saldos vencidos há mais de 3 meses, excluindo entidades públicas, conforme informação histórica sobre as perdas incorridas. Adicionalmente é efetuada uma análise, caso a caso, para os saldos de clientes com antiguidade inferior a 3 meses.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas na mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou se extingam.

1.9 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, na rubrica de financiamentos obtidos, no passivo corrente.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os descobertos bancários são considerados como caixa e equivalentes de caixa.

1.10 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido. A parcela não realizada do capital não é objeto de registo.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no capital próprio quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.11 Reservas

A ASA tem reconhecido as seguintes reservas:

Reserva legal

A nova redação do CEC – Código das Empresas Comerciais, estabelece no seu Artigo 262º, que "as sociedades anónimas são obrigadas a constituir uma reserva legal no mínimo igual à quinta parte do seu capital social, devendo para o efeito, anualmente, e até se achar integralmente preenchida ou reintegrada, afetar a esse fim a vigésima parte dos seus lucros".

Outras reservas

Nos termos das disposições estatutárias da ASA, aprovados no Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 4 de Junho, a Empresa, após deduzida a parte destinada à reserva legal, poderá aplicar o resultado líquido conforme decidido em assembleia-geral, nomeadamente:

i) Cobertura dos prejuízos de anos anteriores;

ii) Constituição e eventual reintegração da reserva legal e de outras reservas que a Lei determinar;

iii) Constituição, reforço ou reintegração de outras reservas que a assembleia-geral deliberar;

iv) Distribuição de dividendos aos acionistas;

v) Gratificação a atribuir aos membros dos órgãos sociais

Neste contexto, foram constituídas as seguintes reservas:

Reserva para investimentos: Esta reserva inclui, (a) a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e (b) as verbas provenientes de dotações e doações com essa finalidade expressa, de que a Empresa seja beneficiária.

A reserva para investimentos, é feita por deliberação da assembleia-geral, nos termos do artigo 31º dos estatutos (Decreto Regulamentar nº 2/2001 de 04 de junho) e visa a cobertura dos investimentos por incorporação no capital social.

Reservas gerais: A reserva geral pode ser reforçada anualmente com uma percentagem dos resultados líquidos de cada exercício, a definir em assembleia-geral. Não existem restrições legais quanto a sua utilização.

1.12 Passivos financeiros

A ASA determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NRF 16 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados:

(a) Ao custo amortizado; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados.

A ASA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, o custo com juros a reconhecer em cada período é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, para o seu valor presente.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

1.13 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação quando incorridos.

Os financiamentos obtidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo classificado como não corrente.

1.14 Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº82/VIII/2015, de 07 de Janeiro, foi aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC), segundo o qual o lucro tributável é determinado com base no somatório do Resultado líquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período e não refletidas naquele resultado determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidos nos termos do CIRPC. A taxa do imposto foi fixada em 25% no artigo 84º da referida Lei.

As declarações de impostos podem ser revistas pela administração fiscal por um período de cinco anos, pelo que as declarações fiscais de 2011 a 2015 podem vir a ser corrigidas.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação (a partir de 2015) são deduzidos aos lucros tributáveis do sujeito passivo, havendo-os, de um a mais de 7 (sete) períodos de tributação posteriores. A dedução a efetuar não pode exceder o montante correspondente a 50% do respetivo lucro tributável.

Aos prejuízos fiscais apurados até 2014 e ainda não deduzidos podem ser nas condições e prazos estabelecidos no Regulamento do IUR (de um ou mais dos três exercícios seguintes) ao lucro tributável determinados para efeitos do Código do IRPC.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do Goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Os impostos diferidos são classificados no balanço como ativos e/ou passivos não correntes.

1.15 Provisões para riscos e encargos

As provisões são reconhecidas quando a ASA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência, ou não ocorrência, de determinado evento futuro, a ASA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

1.16 Subsídios e apoios do Governo

A ASA reconhece os subsídios pelo seu justo valor, quando exista uma certeza razoável de que o subsídio será recebido.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de diferimentos, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pró-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados, ou nos períodos seguintes se recebidos posteriormente.

1.17 Locações

Locações de ativos relativamente aos quais a ASA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à sua propriedade são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

Nas locações financeiras os ativos são capitalizados no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a ASA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a ASA tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados quando incorridos, durante o período da locação.

1.18 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

1.19 Rédito

O rédito da ASA refere-se, essencialmente, à prestação de serviços, o qual é reconhecido no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

De acordo com a legislação nacional e internacional emitida, para o setor, o rédito da ASA consubstancia-se nas taxas cobradas pela utilização do espaço aéreo cabo-verdiano e pela utilização

das infraestruturas aeroportuárias, como taxas de rota, taxas de aterragem e descolagem, taxas de serviço a passageiros, taxa de segurança, entre outras.

a) Serviços de navegação

En-route air navigation charge: Corresponde à **taxa de rota** cobrada às companhias aéreas por sobrevoarem o espaço aéreo de Cabo Verde, independentemente do destino. A taxa é calculada com base na distância percorrida e no PMD (peso máximo à descolagem);

Terminal area navigation charge – TNC: corresponde a uma taxa paga pelas companhias aéreas por cada operação de aterragem e descolagem em Cabo Verde. Esta taxa varia consoante o peso máximo à descolagem do avião.

b) Serviços de operação aeroportuária

O rédito obtido dos serviços de operação aeroportuária tem as seguintes naturezas:

Serviços a passageiros: taxas cobradas aos passageiros em voos domésticos e internacionais;

Aterragem e descolagem (Landing – Take-off): taxa cobrada por unidade de tonelada métrica do peso máximo à descolagem indicado no certificado de navegabilidade da aeronave ou documento para o efeito considerado equivalente;

Estacionamento (Open airparking): taxa definida nas áreas de tráfego, nas áreas de manutenção ou outras e calculada por tonelada métrica e por hora ou fração, estabelecida em função do peso máximo à descolagem;

Balizagem e iluminação (Lighting aids): taxa devida por cada operação de aterragem ou descolagem em que seja utilizada balizagem luminosa, quer nos casos em que é obrigatória quer quando solicitada pela aeronave;

Embarque e desembarque de carga: taxa devida por cada quilo de carga embarcada ou desembarcada e separação de bagagem;

Informação sonora (Announcements): taxa cobrada por anúncio áudio divulgado no sistema sonoro do aeroporto;

Parqueamento: taxa única devida por serviço prestado por sinaleiro da ASA em cada operação de sinalização, parqueamento ou remoção de aeronaves.

Taxa de Segurança: taxa de segurança devida pelos serviços prestados aos passageiros, destinada à cobertura dos encargos respeitantes aos meios humanos e materiais afetos à segurança da aviação civil, para prevenção e repressão de atos ilícitos.

c) Locação de infraestruturas aeroportuárias

Rédito proveniente da locação de infraestruturas aeroportuárias, nomeadamente, espaços comerciais e escritórios. Nos espaços comerciais estão incluídos restaurantes, bares, lojas, agências de viagens, bancos e operadoras aéreas localizadas nos aeroportos explorados pela ASA. Os rendimentos resultantes destas locações são reconhecidos na demonstração dos resultados mensalmente com referência à fase de acabamento, à data de balanço.

1.20 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias remuneradas, que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, a empresa garante aos trabalhadores o pagamento de subsídio de férias o que, à semelhança das férias, representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica outras contas a pagar (ver nota 21).

Os trabalhadores da ASA encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.21 Estimativas e Julgamentos

As estimativas e julgamentos efetuados pelo Conselho de Administração são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente na estimativa sobre eventos futuros que seja provável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais.

Imparidade de saldos de clientes

A ASA analisa de forma periódica os saldos vencidos de clientes de forma a detetar problemas de imparidade no recebimento destes valores relativos a: (i) risco de crédito; ou (ii) período de regularização estimado.

Provisões

A ASA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Ativos tangíveis

A estimativa das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar e o valor residual dos ativos, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes pressupostos são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

2 – Caixa e depósitos bancários

O detalhe do montante considerado na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" na demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	2015	2014
Numerário		
- Caixa	5.508	3.590
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	625.713	199.097
- Depósitos a prazo	63.621	63.621
	689.334	262.718
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	**694.842**	**266.308**
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-

Parte dos recebimentos mensais da IATA (55.133 mECV)) foram domiciliados na conta do Banque et Caisse d'Èpargne de L'État (BCEE). Neste banco está aberta outra conta denominada provisão onde mensalmente fica imobilizado 1/6 do serviço da dívida referente ao empréstimo contraído no Banco Europeu de Investimentos (BEI) (ver Nota 19). O valor desta conta serve, semestralmente, para liquidar a prestação do empréstimo junto daquele organismo. A 31 de Dezembro de 2015 o valor desta conta ascendia a 74.535 mECV (2014: 74.513 mECV).

Dado o novo financiamento junto do ICO - Instituto de Crédito Oficial, a ASA deve domiciliar parte das cobranças mensais da IATA no montante suficiente e necessário para fazer face ao serviço da dívida exigível em cada momento , até ao fim do período de contrato de financiamento (ver nota 19).

3 - Gestão de riscos financeiros

A exposição da Empresa a riscos financeiros não é significativa e refere-se, principalmente, a variações de taxa de câmbio, de taxas de juro e risco de crédito.

i) Risco cambial

O risco cambial resulta de parte dos recebimentos de clientes, nomeadamente, os que são cobrados pela IATA. Embora a faturação seja efetuada em Escudos Cabo-verdianos, esta é convertida em dólares pela IATA no momento em que as receciona, sendo o valor recebido em média 60 dias depois em Escudos, ao câmbio do dólar na data do recebimento.

ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, estando a ASA sujeita ao risco da variação da taxa de juro. A ASA não tem definido qualquer política para a cobertura deste risco ou negociados quaisquer instrumentos financeiros derivados que visem a minimização destes impactos.

iii) Risco de crédito

Pela natureza do seu negócio o risco de crédito da ASA está segmentado entre:

a) Faturação efetuada às companhias aéreas que sobrevoam o espaço aéreo de Cabo Verde. Neste caso o risco de crédito das companhias filiadas na IATA é minimizado pelo controlo centralizado de cobranças efetuado por esta entidade;

b) Faturação efetuada às companhias aéreas que não estão filiadas na IATA e que utilizam os aeroportos e aeródromos geridos pela ASA. Neste caso existe uma grande concentração de risco de crédito relativamente a alguns clientes, que é alvo de avaliação regular por parte da direção financeira da ASA, tendo a empresa adotado algumas medidas que visam a redução do risco de crédito, entre as quais a cobrança cash ou pré-pagamento.

Para as prestações de serviços secundários (ex.: arrendamentos) estão definidas políticas de corte de serviço que procuram assegurar que as vendas efetuadas/ serviços prestados são cobradas.

iv) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades de fundos através de facilidades de crédito negociadas.

Tem sido efetuado um acompanhamento rigoroso na gestão de tesouraria no que se refere às principais condicionantes como monitorização de posição de clientes e a realização de investimentos.

v) Gestão do capital

O objetivo da ASA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado no balanço, é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa.

O plano de financiamento da ASA é efetuado considerando as necessidades de investimento em infraestruturas, as necessidades de capital relativas à atividade operacional e financeira e as comparticipações do Estado.

4 – Ativos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2015 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

U=Contos

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2015								
Custo de aquisição	771	15.419.176	4.397.939	1.422.006	524.980	26.472	322.306	22.113.650
Depreciações acumuladas	-	(6.760.991)	(3.343.883)	(1.029.949)	(470.383)	(20.294)	-	(11.625.500)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(69.740)	(35.931)	(9.586)	(5.145)	(220)	-	(120.622)
Valor líquido	**771**	**8.588.445**	**1.018.125**	**382.471**	**49.452**	**5.958**	**322.306**	**10.367.528**
Movimento em 2015								
Adições	-	1.921	4.977	3.609	1.248	-	793.891	805.646
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	83.379	160.702	-	3.243	557	(247.881)	-
Regularizações		(303)	(114)	-	(21)	-	-	(438)
Depreciação - exercício	-	(674.757)	(216.237)	(186.962)	(18.303)	(1.138)	-	(1.097.397)
Depreciação - alienações	-	-	-		-	-	-	-
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - regularizações	-	-	-	(3.166)	-	-	-	(3.166)
Perdas por imparidade exercicio	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	**-**	**(589.760)**	**(50.672)**	**(186.519)**	**(13.833)**	**(581)**	**546.010**	**(295.355)**
31 de Dezembro de 2015								
Custo de aquisição	771	15.504.173	4.563.504	1.425.615	529.450	27.029	868.316	22.918.858
Depreciações acumuladas	-	(7.435.748)	(3.560.120)	(1.220.077)	(488.686)	(21.432)	-	(12.726.063)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(69.740)	(35.931)	(9.586)	(5.145)	(220)	-	(120.622)
Valor líquido	**771**	**7.998.685**	**967.453**	**195.952**	**35.619**	**5.377**	**868.316**	**10.072.173**

Em 31 de Dezembro de 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

U=Contos

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2014								
Custo de aquisição	771	15.396.547	4.388.374	1.422.006	510.489	28.048	158.643	21.904.878
Depreciações acumuladas	-	(6.079.768)	(3.132.336)	(835.719)	(448.518)	(19.190)	-	(10.515.531)
Valor líquido	**771**	**9.316.779**	**1.256.038**	**586.287**	**61.971**	**8.858**	**158.643**	**11.389.347**
Movimento em 2014								
Adições	-	2.073	1.028	-	1.718	4.627	199.326	208.772
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	20.556	8.537	-	12.773	(6.203)	(35.663)	-
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	(681.223)	(211.547)	(194.230)	(21.865)	(1.104)	-	(1.109.969)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade exercicio	-	(69.740)	(35.931)	(9.586)	(5.145)	(220)	-	(120.622)
Valor líquido	**-**	**(728.334)**	**(237.913)**	**(203.816)**	**(12.519)**	**(2.900)**	**163.663**	**(1.021.819)**
31 de Dezembro de 2014								
Custo de aquisição	771	15.419.176	4.397.939	1.422.006	524.980	26.472	322.306	22.113.650
Depreciações acumuladas	-	(6.760.991)	(3.343.883)	(1.029.949)	(470.383)	(20.294)	-	(11.625.500)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(69.740)	(35.931)	(9.586)	(5.145)	(220)	-	(120.622)
Valor líquido	**771**	**8.588.445**	**1.018.125**	**382.471**	**49.452**	**5.958**	**322.306**	**10.367.528**

As adições e transferências para ativos tangíveis firmes registadas no exercício de 2015 referem-se, maioritariamente, às seguintes rubricas:

i) Edifícios e outras construções:

a) Impermeabilização Cobertura do Aeroporto Internacional Amilcar Cabral no montante de 59.760 mECV;
b) Remodelação da Torre de Controlo do Aeroporto Internacional Cesária Évora no montante de 17.751 mECV.

ii) Equipamento básico:

a) Climatização Concourse Hall no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral no montante de 140.207 mECV;
b) Sistema de Videovigilância para Aeroportos no montante de 12.307 mECV;
c) Sistema de Ar Condicionado no Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela, no montante de 6.440 mECV.

No final de 2015 e 2014 os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos em curso" referem-se a**:**

Activos em curso

		2015	2014
Activos em construção			
Climatização Concourse Hall no Sal (AIAC)	i)	-	138 151
UPGRADE SISTASAL	ii)	131 805	118 702
Impermeabilização Concourse Hall no Sal (AIAC)	iii)	-	49 707
Remodelação torre em S. Vicente (AICE)	iv)	-	10 581
Obra Ampliação/Remodelação do aeroporto da Praia (AINM)	v)	438 902	-
Obra Ampliação/Remodelação do aeroporto do Sal (AIAC)	vi)	141 119	-
Obra Ampliação/Remodelação do aeroporto da Boavista (AIAP)	vii)	115 280	-
Outros		4 605	5 165
		831 711	**322 306**
Adiantamentos por conta activos tangíveis			
Hotel Atlântico		36 605	-
		36 605	**-**
Total activos em curso		**868 316**	**322 306**

Do total dos "Ativos em curso" no final de 2015 destacam-se os seguintes investimentos:

i) Projeto de expansão e modernização do terminal do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela no montante de 438.902 mECV;

ii) Projeto de expansão e modernização do terminal do Aeroporto Internacional Amilcar Cabral no montante de 141.119 mECV;

iii) Projeto de expansão e modernização do terminal do Aeroporto Internacional Aristides Pereira no montante de 115.280 mECV;

iv) Upgrade do Sistema SISTASAL, iniciado em 2013 e em fase de finalização, no montante de 131.805 mECV

O adiantamento por conta de ativos fixos tangíveis diz respeito à aquisição do Hotel Atlântico que a ASA irá efetuar no exercício de 2016, tendo para isso realizado já um adiantamento por conta do investimento no montante de 36.605 mECV.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é como segue (ver Nota 19):

	2015	2014
Equipamentos transporte - Valor bruto	17.090	12.920
Depreciações acumuladas	(8.031)	(7.402)
	9.059	**5.518**

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

A imparidade em ativos, reconhecida em 2014 refere-se a regularização de diferenças resultantes do inventário geral de ativos não financeiros.

5 – Outros Ativos intangíveis

A rubrica de outros ativos intangíveis engloba, valores capitalizados com a aquisição de diversos tipos de software, bem como projetos, de suporte às atividades desenvolvidas pela ASA.

A evolução registada para os exercícios apresentados é como segue:

	Software	
	2015	**2014**
A 1 de Janeiro		
Custo de aquisição	109.876	108.238
Amortizações acumuladas	(104.132)	(99.190)
Valor líquido	**5.744**	**9.048**
Adições	6.023	1.638
Amortização - exercício	(4.904)	(4.942)
Movimentos do periodo	**1.119**	**(3.304)**
31 de Dezembro		
Custo de aquisição	115.899	109.876
Amortizações acumuladas	(109.036)	(104.132)
Valor líquido	**6.863**	**5.744**

Na rubrica de software estão incluídos:

i) Custos incorridos com o projeto de implementação do sistema integrado de gestão dos recursos humanos (ano 2006) e o sistema de gestão de tráfego desenvolvido em coordenação com a AENA e INDRA (ano 2006), que se encontram totalmente amortizados a 31 de Dezembro de 2015;

ii) Aquisição em 2010 de um software de gestão de ativos, cujo montante total ascendeu a 10.636 mECV;

iii) Aquisição em 2012 de um software de videovigilância inteligente para o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, cujo montante total ascendeu a 12.429 mECV;

iv) Renovação em 2012 das licenças antivírus, cujo montante total ascendeu a 1.443 mECV;

v) Licenciamento do Office em 2014, no montante de 1.497 mECV;

vi) Upgrade do PHC em 2015 no montante de 4.359 mECV;

vii) Licenciamento do Office em 2015, no montante de 1.664 mECV.

6 – Participações financeiras – Método de equivalência patrimonial

O detalhe das participações financeiras em empresas subsidiárias, suas sedes sociais, proporção de capital e suas atividades detidas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são as seguintes:

	Sede Social		Percentagem capital detido		Valor Contabilistico		Informação financeira da empresa associada (valores em mESC)			
Empresas	**Localidade**	**País**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**Ativo**	**Capital Próprio**	**Proveitos**	**Resultado do exercicio**
Cabo Verde Handling	Ilha do Sal	Cabo Verde	100%	100%	383.245	188.000	1.036.041	331.246	1.217.454	91.247

Resultante do processo da reestruturação dos TACV, foi criada a sociedade Cabo Verde Handling – Sociedade Unipessoal SA (CVHandling), conforme a publicação do decreto-Lei nº26/2014 de 08 de Maio.

Constitui objeto principal da CVHandling a prestação de serviços de assistência em escala do transporte aéreo nos aeroportos e aeródromos do país.

Para regularização de uma parte da dívida dos TACV para com a ASA foi transmitida a totalidade do capital desta sociedade para ASA no montante 3.198.260 mECV como resulta da Ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 19 de Agosto de 2014, tornando-se a ASA acionista único da CVHandling.

Dado que no fim do exercício de 2014 ainda não se encontrava apurado o resultado líquido do exercício final da empresa Cabo Verde Handling, a ASA não refletiu qualquer montante na rubrica de resultados relativos a participações financeiras da demonstração de resultados desse ano, tendo realizado o registo dos resultados de 2014 (103.999 mECV) e 2015 (91.247 mECV), na sua totalidade no presente exercício.

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em subsidiárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi o seguinte:

Empresas	Saldo Inicial	Adições	Ganhos/ Perdas	Ajustamentos	Dividendos	Transferências/regularizações	Alienações	Saldo Final
Cabo Verde Handling	188.000	-	195.245	-	-	-	-	383.245

O Goodwill positivo relativo a empresas subsidiárias, que se encontra incluído na rubrica de ativos intangíveis, apresenta o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Cabo Verde Handling	3.010.260	3.010.260

7 – Outros ativos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a:

	2015	2014
Ações	86.474	86.186
Obrigações	114.229	116.386
Depósito BEI	113.431	113.360
Total	**314.134**	**315.932**
Imparidade Activos Financeiros	(110.079)	(20.104)
	204.055	**295.828**

Ações

		Nº ações	2015	Nº acções	2014
Banco Comercial do Atlântico	i)	28.780	86.341	28.780	86.053
Sociedade Multipessoal Lda	ii)	3.000	133	3.000	133
Total			**86.474**		**86.186**

i) As ações encontram-se valorizadas ao justo valor de acordo com cotação na bolsa de valores de Cabo Verde, conforme boletim publicado com referência às datas do balanço apresentadas:

- Cotação a 31 de Dezembro de 2015: 3.000 ESC/ ação
- Cotação a 31 de Dezembro de 2014: 2.990 ESC/ ação

Os ganhos e reduções de justo valor são registados na rubrica "Aumentos/ reduções de justo valor" na demonstração dos resultados.

Em 21 de Dezembro de 2000 a ASA adquiriu um lote de 20.000 ações ao preço unitário de 2.328 Escudos e um lote de 1.725 ações ao preço unitário de 2.280 Escudos. Em 26 de Março de 2009 a ASA adquiriu um lote adicional de 7.055 ações pelo valor de 2.386 Escudos cada.

Estas ações encontram-se depositadas numa conta título na Agência do BCA no Sal.

No exercício de 2015 o BCA fez distribuição de dividendos, tendo a ASA recebido 1.615 mECV.

ii) Em 2012, conforme referido na ata da assembleia-geral realizada a 5 de Outubro de 2012 (ata nº 02/AG/ASA/2012), a ASA alienou a participação social que detinha na Sociedade Multipessoal, Lda. A participação resultou de uma parceria efetuada com a Multipessoal Portugal, empresa do Grupo BES, onde a ASA participava em 30% do capital social correspondente a 3.000 ações com valor nominal de 1.000$00 cada e assumia o controlo conjunto.

O fecho desta operação resultou uma valorização nula da participação. Desta forma, foi efetuado o ajustamento da participação no valor de 133 mECV.

Obrigações

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os ativos reconhecidos nesta rubrica correspondem a títulos de dívida adquiridos pela ASA, emitidos pelas seguintes entidades:

	2015		
Descrição	**Nº Obrigações**	**Condições**	**Valor**
Obrigações SOGEI	19.971	Euribor 6 meses + 2,75%, Reembolso em 2017	19.971
Obrigações Fast Ferry	89.990	i) 25.000 com taxa 7,5% e com reembolso em 2019; ii) 15.000 com taxa 8,25% (2012) a 10% (2016 a 2019), (7,5% em 2013 e 2014) e com reembolso em 2019; iii) 49.990 com taxa 7,5% com reembolso em 2019;	89.990
Obrigações BCA	4.284	Taxa crescente (5,75% a 6,25%); Juros semestrais postecipados Reembolso início em 2013	4.284
Total			**114.245**

Descrição	2014 Nº Obrigações	Condições	Valor
Obrigações SOGEI	19.971	Euribor 6 meses + 2,75%, Reembolso em 2017	19.971
Obrigações Fast Ferry	89.990	i) 25.000 com taxa 7,5% e com reembolso em 2019; ii) 15.000 com taxa 8,25% (2012) a 10% (2016 a 2019), (7,5% em 2013 e 2014) e com reembolso em 2019; iii) 49.990 com taxa 7,5% com reembolso em 2019;	89.990
Obrigações BCA	6.425	Taxa crescente (5,75% a 6,25%); Juros semestrais postecipados Reembolso início em 2013	6.425
Total			**116.386**

Por deliberação da assembleia-geral da Fast Ferry em Março de 2012, ocorreu uma alteração nas condições destas obrigações, nomeadamente alteração do prazo de reembolso para 2019 bem como da alteração da taxa anual nominal de 9% para 8,25% (2012); 7,5% (2013,2014); 8,75% (2015); 10% (2016,2017,2018,2019).

Adicionalmente a ASA adquiriu em Fevereiro de 2012, 15.000 obrigações da Fast Ferry ao valor nominal de 1 mECV.

A especialização dos juros das obrigações encontra-se registada na rubrica de juros e rendimentos similares – Juros obtidos (Ver Nota 28).

Em 2013, atendendo às dificuldades financeiras da SOGEI, em reembolsar as obrigações na data da sua maturidade, foi constituída uma provisão para fazer face ao risco de imparidade das referidas obrigações.

Em 2014 foi prorrogado o prazo de maturidade do empréstimo obrigacionista da SOGEI para mais três anos atingindo a maturidade em 18 de Fevereiro de 2017.

Em 2014 foram reembolsadas as obrigações da Tecnicil.

No presente exercício de 2015, face às dificuldades financeiras da Cabo Verde Fast Ferry, em efetuar os pagamentos de cupões das obrigações e face ao pedido de novo adiamento da data de maturidade, foi constituída uma provisão para fazer face ao risco de imparidade sobre estas obrigações.

Imparidades em investimentos financeiros

Em 2015 a variação no valor de imparidade para investimentos financeiros, foi como segue:

	2015	2014
A 1 de Janeiro	**20.104**	**20.104**
Aumentos	89.975	-
Reduções	-	-
Transferências	-	-
A 31 de Dezembro	**110.079**	**20.104**

Outros depósitos (Garantias)

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os ativos reconhecidos nesta rubrica correspondem ao depósito garantia constituído pela ASA, no âmbito do financiamento obtido do BEI. A ASA é obrigada a manter esta aplicação até 2019, a qual venceu juros, em 2015, à taxa de juro de 1% (2014: 1%).

	2015	2014
Garantia BEI	113.431	113.360
Total	**113.431**	**113.360**

Este depósito encontra-se denominado em euros, correspondendo o saldo acumulado a 31 de Dezembro de 2015 a 1.028.713 Euros (em 2014: 1.028.207 Euros).

8 – Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a ASA apresenta os seguintes saldos de impostos diferidos:

	Imposto diferido activo	Imposto diferido passivo
1 de Janeiro de 2014	**549.015**	**(355)**
Aumentos / (reduções) por resultados	93.844	(4.326)
Regularizações /transferências	-	-
31 de Dezembro de 2014	**642.859**	**(4.681)**
Aumentos / (reduções) por resultados	(125.759)	(72)
Regularizações /transferências	-	-
31 de Dezembro de 2015	**517.100**	**(4.753)**

O detalhe da natureza dos impostos diferidos ativos para os exercícios apresentados é como segue:

	Outras Provisões	Cobrança duvidosa	Inventários	Imparidade TACV	Imparidade Activos Financeiros	Total
A 1 de Janeiro de 2015	**52.027**	**355.494**	**3.950**	**226.362**	**5.026**	**642.859**
Constituição por resultados	8.872	1.028	-	70.265	22.494	102.659
Reversão por resultados	-	-	(2.056)	(226.362)	-	(228.418)
Movimento do exercício	**8.872**	**1.028**	**(2.056)**	**(156.097)**	**22.494**	**(125.759)**
A 31 de Dezembro de 2015	**60.899**	**356.522**	**1.894**	**70.265**	**27.520**	**517.100**

	Outras Provisões	Cobrança duvidosa	Inventários	Imparidade TACV	Imparidade Activos Financeiros	Total
A 1 de Janeiro de 2014	**43.395**	**264.957**	**294**	**235.376**	**4.993**	**549.015**
Constituição por resultados	8.632	90.537	3.656	-	33	102.858
Reversão por resultados	-		-	(9.014)	-	(9.014)
Movimento do exercício	**8.632**	**90.537**	**3.656**	**(9.014)**	**33**	**93.844**
A 31 de Dezembro de 2014	**52.027**	**355.494**	**3.950**	**226.362**	**5.026**	**642.859**

O detalhe da natureza dos impostos diferidos passivos para os períodos apresentados é como segue:

	Justo valor Acções	Activos detidos para venda	Ajustamento 1/5 Res. Transição	Total
A 1 de Janeiro de 2015	**(4.681)**	**-**	**-**	**(4.681)**
Constituição por resultados	(72)	-	-	(72)
Reversão por resultados	-	-	-	-
Movimentos do período	**(72)**	**-**	**-**	**(72)**
A 31 de Dezembro de 2015	**(4.753)**	**-**	**-**	**(4.753)**

	Justo valor Acções	Activos detidos para venda	Ajustamento 1/5 Res. Transição	Total
A 1 de Janeiro de 2014	**(7.197)**	**(885)**	**7.727**	**(355)**
Constituição por resultados	-	-	-	-
Reversão por resultados	2.516	885	(7.727)	(4.326)
Movimentos do período	**2.516**	**885**	**(7.727)**	**(4.326)**
A 31 de Dezembro de 2014	**(4.681)**	**-**	**-**	**(4.681)**

9 – Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a ASA tem classificado como ativos não correntes detidos para venda as seguintes classes de ativos:

	2015	2014
Activos fixos tangíveis		
Terrenos	739	739
Moradias	10.112	10.112
	10.851	**10.851**

Os terrenos e moradias classificados como detidos para venda referem-se a terrenos e moradias para os quais já foram assinados os contratos de promessa de compra e venda, estando a ASA a aguardar a realização das escrituras.

A manutenção da classificação destes ativos para além dos 12 meses deve-se ao facto das questões pendentes não estarem no controlo da ASA. O valor pelo qual se encontram mensurados é inferior ao valor de venda já negociado para a alienação.

10 – Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	2015	2014
Material auto	54.784	54.821
Materiais de telecomunicações	23.765	26.574
Material eléctrico	15.469	16.109
Material de construção	5.278	8.499
Outros materiais (< 5.000)	9.875	13.590
Total inventário em armazém	**109.171**	**119.593**
Inventários em trânsito	23.258	10.036
Ajustamentos a inventários	(8.584)	(15.800)
Total inventários	**123.845**	**113.829**

O custo dos inventários reconhecido em 2015, como gasto e incluído na rubrica ”Fornecimentos e serviços externos” ascendeu a 69.476 mECV (em 2014 72.934 mECV).

Os inventários em trânsito referem-se a gastos com processos de desalfandegamento.

Ajustamentos a inventários

Em 2015 a variação nos ajustamentos de inventários foi como segue:

	2015	2014
A 1 de Janeiro	**15.800**	**15.827**
Aumentos	-	-
Reduções	-	-
Utilizações	(7.216)	(27)
A 31 de Dezembro	**8.584**	**15.800**

11 – Clientes

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a decomposição da rubrica de clientes, é como segue:

	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes c/c	888.525	-	888.525	1.277.790	-	1.277.790
Clientes de cobrança duvidosa	1.773.192	-	1.773.192	2.303.892	-	2.303.892
	2.661.717	-	2.661.717	3.581.682	-	3.581.682
Perdas por imparidade	(1.773.192)	-	(1.773.192)	(2.303.892)	-	(2.303.892)
Total Clientes	**888.525**	**-**	**888.525**	**1.277.790**	**-**	**1.277.790**

Os saldos de clientes c/c resultam, maioritariamente, da faturação das taxas de rota às companhias aéreas pela utilização do espaço aéreo de Cabo Verde, sendo os saldos em aberto mais significativos referentes às companhias aéreas que não estão associadas à IATA – International Airport Association.

A redução do saldo de clientes (conta corrente) resulta essencialmente da regularização da dívida dos TACV em 2015 através de um encontro de contas setorial.

Em 2015 foi levado a cabo um encontro de contas setorial entre o Estado, a AAC, os TACV e a ASA, com o objetivo de se regularizar os montantes devidos pela ASA à AAC e ao Estado por contrapartida da dívida dos TACV à ASA até 30 de Junho de 2015, através das seguintes operações:

i) A ASA regularizou parte da sua dívida para com o Estado no montante de 599.084 mECV, correspondente à soma das faturas respeitantes às obras de empreitada nos aeroportos de São Vicente e Boa Vista, pagas pelo Estado aos empreiteiros MSF e Armando Cunha (ver nota 14) e um saldo a favor do Estado no valor de 31.490 mECV, referente ao remanescente dos dividendos atribuídos em 2011 e 2012 e pagos em 2015 (ver nota 14);

ii) A ASA regularizou dívida para com a AAC no montante de 913.239 mECV referente a saldos acumulados e não transferidos (ver nota 21);

iii) Os TACV regularizaram a dívida líquida para com a ASA no montante de 1.518.510 mECV, referente a faturas acumuladas correspondentes à prestação de serviços e a não transferência das taxas de passageiros e de segurança aeroportuária cobradas, deduzido o valor em dívida da requisição de bilhetes de passagem aos TACV no período de 2008 a Junho de 2015 (ver nota 20).

Resumo dos saldos de clientes, após o encontro de contas setorial acima referido, sem considerar o ajustamento para imparidade:

	2015	2014
Halcyonair Cabo Verde	341.145	341.145
TACV Cabo Verde Airlines	329.522	1.357.689
ARIK Air	282.643	242.512
TAP Air Portugal	141.690	117.979
Cabo Verde Handling	92.123	52.304
Ibéria - Linhas Aereas España	77.729	87.520
South African Airways	64.204	56.034
Group Air France	60.357	85.873
Air Comet	56.151	56.151
Ghana Airways Corporation	55.611	55.611
Southern Winds	52.433	52.433
Thomsonfly (Tui UK)	51.933	19.223
TAM - Linhas Aereas	48.558	63.372
Freitas Catering Services	39.435	36.794
British Airways	39.025	32.479
Deutsche Lufthansa	36.062	32.603
Tui Fly GmbH	35.526	20.751
TACV Assistência	0	44.056
Outros < 30.000 contos	857.570	827.153
	2.661.717	**3.581.682**

Perdas por imparidade

	2015	2014
A 1 de Janeiro	**2.303.892**	**2.241.082**
Aumentos	374.747	62.810
Reduções	(905.447)	-
Transferências	-	-
A 31 de Dezembro	**1.773.192**	**2.303.892**

A redução na rubrica de "Perdas por imparidade – clientes" refere-se, essencialmente à reversão da imparidade anteriormente registada da parte do saldo em dívida dos TACV, dado a regularização da mesma a Junho de 2015 através do encontro de contas setorial.

No entanto, dado o não cumprimento por parte dos TACV da dívida nova contraída após o encontro de contas setorial, a ASA registou, por prudência uma imparidade no valor total do saldo em dívida desta empresa.

Adicionalmente foi ainda registada imparidade sobre a dívida da ARIK Air, companhia aérea da Nigéria, com faturação de sobrevoos no espaço aéreo de Cabo Verde que nunca efetuou qualquer pagamento.

12 – Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a decomposição da rubrica de adiantamentos a fornecedores é como segue:

	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Armando Cunha, SA	4.580	-	4.580	10.829	-	10.829
ICAO	3.065	-	3.065	3.065	-	3.065
Instituto Nacional de Meteorologia	3.000	-	3.000	3.000	-	3.000
MGO Consulting	2.910	-	2.910	-	-	-
ELSEG	2.830	-	2.830	2.830	-	2.830
Outros	10.474	-	10.474	11.158	-	11.158
	26.859	-	26.859	30.882	-	30.882
Ajustamentos	(8.166)	-	(8.166)	(8.166)	-	(8.166)
Total	**18.693**	**-**	**18.693**	**22.716**	**-**	**22.716**

Os saldos apresentados acima compreendem os adiantamentos efetuados a fornecedores de acordo com os termos acordados para fornecimento ou prestação de serviços.

Ajustamentos e adiantamentos

	2015	2014
A 1 de Janeiro	**8.166**	**8.166**
Aumentos	-	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	**8.166**	**8.166**

O valor dos ajustamentos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 corresponde a adiantamentos efetuados aos seguintes fornecedores: ICAO, ELSEG, BOM FIM e EAF FISCAT cujos adiantamentos têm antiguidade significativa e para os quais, se considera existir risco de regularização.

13 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos ativos e passivos de "Estado e outros entes públicos" são como segue:

	2015		2014	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento	-	(338.115)	-	(160.386)
Retenções Imposto s/ rendimento	-	(17.796)	-	(22.664)
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	184.935	-	746.691	-
Contribuições p/ Previdência	-	(28.565)	-	(30.966)
Outros impostos	447	-	532	-
	185.382	**(384.476)**	**747.223**	**(214.016)**

Saldos devedores

Os saldos desta rubrica referem-se, maioritariamente, ao valor do IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado a receber, relativo aos exercícios de 2014 a 2015.

Em 2014 o valor de IVA a receber era substancialmente mais elevado devido ao acumulado de pedidos de reembolso dos anos 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 que se encontravam por regularizar.

Em 2015 deu-se a um encontro de contas entre a ASA e o Estado de forma a possibilitar a regularização dos dividendos em dívida ao acionista por contrapartida dos reembolsos de IVA que era devido por este (ver nota 14 e 18).

O valor do imposto de 2015 refere-se ao pagamento fracionado estabelecido no novo CIRPC.

Saldos credores

Relativamente aos saldos credores, o mais significativo refere-se ao saldo da estimativa de imposto a pagar de 2015 (ver nota 29).

O valor do imposto de 2014 encontra-se em processo de reclamação.

As rubricas "Retenções imposto s/ rendimento" e "Contribuições p/ previdência" referem-se às retenções efetuadas sobre as remunerações dos empregados e contribuições da ASA, a pagar até 15 de Janeiro do ano seguinte à data de balanço.

Detalhe dos saldos de IRPC a 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

		2015	2014
Imposto s/ rendimento - 2014		146 469	160 386
Imposto s/ rendimento (Pag. Fraccionado)- 2015		(78 351)	-
Imposto s/ rendimento - estimado 2015	i)	269 997	-
Total		**338 115**	**160 386**

i) Com a publicação da Lei nº82/VIII/2015, de 07 de Janeiro, foi aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC), segundo o qual o lucro tributável é determinado com base no somatório do resultado líquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período e não refletidas naquele resultado determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidos nos termos do CIRPC. Sobre este resultado é aplicada uma taxa de 25%, que foi fixada no artigo 84º do CIRPC. Para o efeito, o valor estimado do imposto a pagar é provisionado no ano a que diz respeito, sendo o saldo acima designado como a estimativa de imposto sobre os rendimentos de 2015, a liquidar junto das autoridades fiscais em 2016.

14 – Acionista

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a ASA tem registado os seguintes saldos em aberto com o seu acionista, o Estado de Cabo Verde:

		2015					
		Devedor			Credor		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acordo ASA/ Estado CV/ TACV	i)	390.000	-	390.000	-	-	-
Dividendos (2010 a 2012)	ii)	-	-	-	-	-	-
Dívida MSF e A. Cunha	iii)	-	-	-	-	-	-
Dívida Viaturas Combate Incêndio	iv)	-	-	-	(878.964)	-	(878.964)
Dívida Terminal VIP ADP	v)	-	-	-	(370.359)	-	(370.359)
Dívida Iluminação Fase I AIAC	vi)	-	-	-	(826.988)	-	(826.988)
Divida Obras de expansão AINM	vii)	-	-	-	(378.798)	-	(378.798)
		390.000	**-**	**390.000**	**(2.455.109)**	**-**	**(2.455.109)**

		2014					
		Devedor			Credor		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acordo ASA/ Estado CV/ TACV	i)	390.000	-	390.000	-	-	-
Dividendos (2010 a 2012)	ii)	-	-	-	(638.158)	-	(638.158)
Dívida MSF e A. Cunha	iii)	-	-	-	(567.594)	-	(567.594)
Dívida Viaturas Combate Incêndio	iv)	-	-	-	(878.964)	-	(878.964)
Dívida Terminal VIP ADP	v)	-	-	-	(370.359)	-	(370.359)
Dívida Iluminação Fase I AIAC	vi)	-	-	-	(826.988)	-	(826.988)
		390.000	**-**	**390.000**	**(3.282.063)**	**-**	**(3.282.063)**

i) Acordo ASA/Estado/ TACV

O detalhe dos valores a receber do acionista é como se segue:

Descrição	2015	2014
Protocolo 2001	390.000	390.000
	390.000	**390.000**

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo a receber do acionista resulta do protocolo assinado em 2001 para a regularização da dívida dos TACV através da cedência de ações desta empresa, no futuro processo de privatização, não tendo o mesmo sido incluído no encontro contas sectorial realizado em 2015.

ii) Dividendos (2010 a 2012)

Este saldo correspondia aos dividendos a pagar ao Estado de Cabo Verde relativo ao exercício de 2010, 2011 e 2012, conforme deliberado na assembleia-geral realizada a 21 de Novembro de 2011 (ata nº 01/AG/ASA/2011), na assembleia-geral realizada a 5 de Outubro de 2012 (ata nº 02/AG/ASA/2012), e na assembleia-geral realizada a 5 de Setembro de 2013 (ata nº 01/AG/ASA/2013), respetivamente.

Em 2015 deu-se a um encontro de contas entre a ASA e o Estado de forma a possibilitar a regularização dos dividendos em dívida ao acionista por contrapartida dos reembolsos de IVA que era devido por este (ver nota 13 e 18).

Dado o montante de reembolsos de IVA não ser suficiente para fazer face à totalidade de dividendos a pagar, o valor remanescente entrou no encontro de contas setorial realizado entre o Estado, a AAC, a TACV e a ASA (ver alínea iii)).

Na assembleia-geral realizada 14 de Janeiro de 2015 (Ata nº 01/AG/ASA-SA/2015) e na assembleia-geral realizada 11 de Março de 2016 (Ata nº 01/AG/ASA-SA/2016) decidiu-se pela não distribuição de dividendos relativo aos exercícios de 2013 e 2014.

iii) Dívida MSF e Armando Cunha

Este saldo referia-se a dívidas pagas pelo Estado de Cabo Verde por conta da ASA, no âmbito do financiamento obtido junto do Estado Português para a modernização das infraestruturas aeroportuárias de Cabo Verde. Os valores registados diziam respeito às empresas MSF e Armando Cunha, nos montantes de 333.026 mECV e 234.568 mECV, respetivamente, pelas empreitadas realizadas nos aeroportos da Boa Vista, São Vicente e São Filipe.

Em 2015 estes montantes foram regularizados através de um encontro de contas setorial, celebrado entre o Estado, a AAC, os TACV e a ASA, com o objetivo de se regularizar os montantes devidos pela ASA à AAC e ao Estado por contrapartida da dívida dos TACV à ASA até 30 de Junho de 2015, através das seguintes operações:

i) A ASA regularizou parte da sua dívida para com o Estado no montante de 599.084 mECV correspondente à soma das faturas respeitantes às obras de empreitada nos aeroportos de São Vicente e Boa Vista, pagas pelo Estado aos empreiteiros MSF e Armando Cunha (ver nota 14) e um saldo a favor do Estado no valor de 31.490 mECV, referente ao remanescente dos dividendos atribuídos em 2011 e 2012 e pagos em 2015;

ii) A ASA regularizou dívida para com a AAC no montante de 913.239 mECV referente a saldos acumulados e não transferidos (ver nota 21);

iii) Os TACV regularizaram dívida líquida para com a ASA no montante de 1.518.510 mECV, referente a faturas acumuladas correspondentes à prestação de serviços e a não transferência das taxas de passageiros e de segurança aeroportuária cobradas, deduzido o valor em dívida da requisição de bilhetes de passagem aos TACV no período de 2008 a Junho de 2015 (ver nota 20 e 11).

iv) Dívida Viaturas combate incêndio

Este saldo refere-se à aquisição de 24 viaturas de combate a incêndio com financiamento suportado pelo Governo de Cabo Verde mediante a celebração de um empréstimo com o Governo Espanhol. O investimento total ascendeu a 878.964 mECV, sendo que existe indicação que o financiamento será assumido pela ASA. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (ver Nota 4).

v) Dívida Terminal VIP do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela

Este saldo refere-se à construção do Terminal VIP do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela com financiamento suportado pelo Governo de Cabo Verde. O investimento total ascendeu a 370.359 mECV, sendo que existe indicação que o financiamento será assumido pela ASA através de contrato de retrocessão. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (ver Nota 4).

vi) Dívida Iluminação Fase I do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral

Este saldo refere-se à primeira fase da empreitada de reforço de iluminação no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral com financiamento suportado pelo Governo de Cabo Verde mediante a celebração de um contrato de empréstimo com o Governo Espanhol. O investimento total ascendeu a 826.988 mECV, sendo que existe indicação de que o financiamento será assumido pela ASA. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (ver Nota 4).

vii) Dívida Obras de expansão dos aeroportos Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela

Este saldo refere-se às obras de expansão do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela com financiamento suportado pelo Estado de Cabo Verde. O investimento total irá ascender no final do projeto a 2.314.567 mECV, sendo cerca de 14% deste montante assumido diretamente pela ASA e o remanescente, à semelhança de projetos anteriormente realizados nos mesmos moldes, será assumido pela ASA através de contrato de retrocessão. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (ver Nota 4).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, as dívidas a pagar ao Estado de Cabo Verde, por conta dos investimentos realizados foram sujeitos a desconto à taxa de juro de 8,6%, tendo em conta o prazo médio de pagamentos expectável.

A 31 de Dezembro de 2014, este desconto foi revertido, tendo em conta que as referidas dívidas assumem a natureza de curto prazo, o que originou um custo financeiro no valor de 209.370 mECV.

15 – Outras contas a receber

		2015			2014		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fundo social ASA	i)	26.725	56.432	83.157	28.643	36.970	65.613
Empréstimos ao pessoal	ii)	10.505	4.499	15.004	11.223	5.394	16.617
Cabo Verde Handling	iii)	30.416	-	30.416	60.280	-	60.280
AAC - Agência de Aviação Civil	iv)	7.923	158.437	166.360	-	-	-
Outros	v)	13.796	-	13.796	15.892	-	15.892
		89.365	219.368	308.733	116.038	42.364	158.402
Ajustamentos	vi)	(11.255)	-	(11.255)	(15.368)	-	(15.368)
Outros devedores		**78.110**	**219.368**	**297.478**	**100.670**	**42.364**	**143.034**
Devedores por acréscimos de rendimentos	vii)	-	-	-	5.997	-	5.997
Total		**78.110**	**219.368**	**297.478**	**106.667**	**42.364**	**149.031**

i) Fundo social ASA

Saldo referente aos apoios dados aos empregados na forma de empréstimos ou comparticipações para apoio: na educação, na doença, na aquisição de casa própria, na aquisição de equipamento informático e outros. Estes empréstimos vencem juro a taxas bonificadas.

ii) Empréstimos concedidos ao pessoal

O saldo desta rubrica compreende empréstimos para aquisição de viatura e outros benefícios. Os empréstimos destinados a aquisição de viaturas vencem juros a uma taxa de 2,1% e têm um período de reembolso superior a 12 meses.

iii) Cabo Verde Handling

Este saldo refere-se a gastos de início de atividade suportados pela ASA em 2014 por conta da subsidiária Cabo Verde Handling ainda em dívida.

iv) AAC – Agência de Aviação Civil

O saldo desta rubrica regista valores a serem deduzidos aos pagamentos mensais à AAC, referentes a serviço da dívida por crédito contraído pela ASA em nome da AAC para efeitos de um International Aviation Safety Assessment da ICAO, ao abrigo de acordo assinado a 30 de Julho de 2015.

v) Outros

Este saldo, entre outros, inclui um valor a receber 9.567 mECV (em 2014: 13.679 mECV) do fornecedor Semedo & Brito que resultou de parte de adiantamentos concedidos pela ASA, em 2000, com o objetivo de facilitar a conclusão no prazo previsto dos trabalhos no Concourse Hall, tendo sido regularizada parte da dívida no presente ano (4.113 mECV). Este montante encontra-se totalmente ajustado.

vi) Ajustamento para devedores de cobrança duvidosa

O ajustamento para devedores de cobrança duvidosa destina-se a fazer face aos riscos de cobrança dos saldos dos devedores identificados.

vii) Devedores por acréscimos de rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo desta rubrica refere-se à especialização dos juros a receber relativamente às obrigações detidas pela empresa. Dado o registo de imparidade destas obrigações em 2015 por se considerar existir risco de recuperabilidade destes montantes, não foi registado acréscimo de rendimentos de juros a receber. (ver Nota 7).

16 – Capital

Em 31 de Dezembro de 2015, o capital social da ASA, encontra-se totalmente subscrito e realizado. O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2015 é como segue:

	Número de ações	Valor nominal por ação (mECV)	Capital Social (mECV)
Capital Social	550.000	10	5.500.000

17 – Reservas e outras rubricas de capital próprio

As rubricas "Outras reservas" registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

	Reservas legais	Reserva investimento	Reservas gerais	Resultados transitados	Total
A 1 de Janeiro de 2014	**121.147**	**2.664.800**	**295.858**	**-**	**3.081.805**
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Reclassificação	-	-	-	-	-
Transferências	6.302	119.737	-	-	**126.039**
A 31 de Dezembro de 2014	**127.449**	**2.784.537**	**295.858**	**-**	**3.207.844**
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Reclassificação	-	-		-	-
Transferências	-	-	-	280.630	**280.630**
A 31 de Dezembro de 2015	**127.449**	**2.784.537**	**295.858**	**280.630**	**3.488.474**

O movimento registado nas reservas em 2014 resultou da deliberação da assembleia-geral do dia 14 de Janeiro de 2015 (ata nº 01/AG/ASA/2015) relativamente à aplicação dos Resultados de 2013:

- Reserva legal 5,0%..... 6.302mECV
- Reserva para investimentos 95,00%.....119.738mECV

Os resultados do exercício de 2014 transitaram na totalidade para Resultados transitados, dado que a 31 de dezembro de 2015 não se encontrava ainda deliberada a aplicação dos resultados do referido exercício, tendo em conta a Assembleia Geral realizada em 11 de março de 2016 (Ata nº 01/AG/ASA-SA/2016), em que foi deliberada a transferência de 14.032 contos para reservas legais, e o remanescente para reservas de investimentos.

18 – Provisões

A evolução das provisões para outros riscos e encargos nos exercícios de 2015 e 2014 é como segue:

	Processos Judiciais	Impostos	Outros Riscos	Total
A 1 de Janeiro de 2014	**-**	**179.004**	**153.604**	**332.608**
Constituição	-	-	19.014	19.014
Utilização	-	-	-	-
Redução	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2014	**-**	**179.004**	**172.618**	**351.622**
Constituição	-	13.269	19.014	32.283
Utilização	-	(46.985)	-	(46.985)
Redução	-	(80.085)	-	(80.085)
A 31 de Dezembro de 2015	**-**	**65.203**	**191.632**	**256.835**

Provisão para processos judiciais

Não foi criada qualquer provisão para processos judiciais em 2015.

Provisão para impostos

a) Imposto Único sobre o Património

Em 2013 a ASA foi notificada pela Câmara Municipal da Praia (CMP), através da nota refª 206/CMP/DAF/2013 de 30 de Setembro, na sequência da avaliação predial efetuada por esta às instalações do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela, a pagar o montante de 32.723 mECV. A ASA não concordando, contestou a liquidação tendo pago parte do valor. O remanescente (19.978 mECV.), por prudência, encontra-se provisionado.

b) Reembolso do IVA

A 31 de Dezembro de 2014 a empresa apresentava a um saldo de IVA a recuperar no montante de 653.653 mECV, para o qual tinha efetuado pedidos de reembolso em 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. A ASA, com base na experiência passada, entendeu provisionar eventuais correções que se viessem a registar no âmbito da inspeção das finanças.

Em 2015 deu-se a um encontro de contas entre a ASA e o Estado de forma a possibilitar a regularização dos dividendos em dívida ao acionista por contrapartida dos reembolsos de IVA que era devido por este (ver nota 13 e 14), pelo que, a provisão constituída para o efeito, foi utilizada/reduzida em 127.069 mECV.

c) Retenção de I.U.R sobre os valores pagos a entidades não residentes

A ASA não efetuou a retenção de Imposto Único sobre o Rendimento (IUR) sobre os valores pagos a entidades não residentes até 2012. De acordo com a legislação em vigor a percentagem a reter seria de 20% (norma geral) ou de 10% com as convenções existentes com Portugal (para esta redução seria necessário a empresa obter a documentação que prove a residência em Portugal da entidade a quem são pagos os montantes).

Em 2010 o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que os pagamentos referidos não estavam sujeitos a tributação em Cabo Verde, dado que, à data (2010), a legislação Cabo-verdiana não continha uma norma de incidência que abrangesse os rendimentos provenientes da prestação de serviços auferidos por entidades não residentes em Cabo Verde e sem estabelecimento estável, ainda que devidos por entidades aí residentes ou cujo pagamento fosse imputável a um estabelecimento estável situado nesse território.

Com a entrada em vigor do Orçamento de Estado de 2011, esta situação foi incorporada e legislada pelo Governo de Cabo Verde. Desta forma, a ASA provisionou o valor das retenções de IUR sobre os valores pagos a entidades não residentes em 2011 e 2012, uma vez que nos exercícios anteriores, apesar de possibilidade de revisão do IUR pelo período de 5 anos, o risco de eventuais contingências fiscais são reduzidos face à jurisprudência gerada pela decisão do STJ.

Provisão para outros riscos

O pagamento das obras contratualizadas e efetuadas pela MSF e Armando Cunha nos aeroportos da Boa Vista, São Vicente e São Filipe, respetivamente, foi assumido pelo Governo de Cabo Verde (ver Nota 14).

Contudo, foram realizados trabalhos adicionais no aeroporto e acessos pelas referidas construtoras face ao que se encontrava inicialmente acordado, que não estão reconhecidos nas contas da ASA, sendo a expectativa da Administração que estas obras venham a ser incorporadas no património da Empresa. Adicionalmente, encontram-se em dívida juros de mora à MSF respeitantes a atrasos nos pagamentos destas faturas, que também é expectável que venham a ser imputados à ASA. Desta forma, foi constituída uma provisão para fazer face: (i) ao custo a incorrer com os juros de mora; e (ii) à correção a efetuar à depreciação dos ativos tangíveis em questão que se encontram em utilização mas cujo custo de aquisição final está pendente da imputação dos custos adicionais suportados diretamente pelo Estado de Cabo Verde.

19 – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os saldos dos financiamentos obtidos são os seguintes:

		2015			2014		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Agence Française de Development	i)	37.517	93.791	**131.308**	37.517	131.308	**168.825**
BEI - Banco Europeu de Investimento	ii)	184.344	587.140	**771.484**	178.935	771.484	**950.419**
CGD - Obra Aeroporto S. Pedro	iii)	211.111	105.558	**316.669**	211.112	316.669	**527.781**
Extensão Plataforma do ABV	iv)	57.209	198.694	**255.903**	53.217	255.900	**309.117**
Sistema Iluminação AIAC- AGL	v)	52.714	117.099	**169.813**	48.952	169.910	**218.862**
CECV - Viaturas incêndio ITURRI	vi)	-	-	-	31.077	-	**31.077**
BICV (ex-BES) -Camada Desgaste AIPNM	vii)	39.259	137.407	**176.666**	39.259	176.667	**215.926**
CECV -Flexiterminal S. Nicolau	viii)	88.606	180.436	**269.042**	82.304	269.042	**351.346**
BAI - Programa de adequação e certificação do sistema de aviação civil de Cabo Verde da AAC	ix)	7.923	158.437	**166.360**	-	-	-
BCA - Expansão e modernização do AIPNM	x)	-	44.834	**44.834**	-	-	-
Projeto Oásis e Expansão do terminal AIAP (ICO)	xi)	-	231.123	**231.123**	-	-	-
Empréstimo Obrigacionista 2012	xii)	-	450.000	**450.000**	-	450.000	**450.000**
		678.683	**2.304.519**	**2.983.202**	**682.373**	**2.540.980**	**3.223.353**
Locações financeiras	xiii)	963	2.578	**3.541**	-	-	-
Juros a pagar - especialização	xiv)	21.760	0	**21.760**	30.791	-	**30.791**
Gastos antecipados - Seguro COSEC	xv)	(34.314)	(2.858)	**(37.172)**	(34.315)	(37.171)	**(71.486)**
BIA p/c Obrigações		-	-	-	(30)	-	**(30)**
		667.092	**2.304.239**	**2.971.331**	**678.819**	**2.503.809**	**3.182.628**

Em 2015 foram registados três novos contratos de financiamento, sendo dois deles destinados ao projeto em curso de expansão e modernização do terminais do AIAC, AIAP e AIPNM, e um terceiro para o programa de adequação e certificação do Sistema de aviação civil de Cabo Verde da AAC. Ainda no decorrer do presente ano, foi concluído o reembolso do empréstimo da Caixa Económica de Cabo Verde para a aquisição de viaturas de incêndio ITURRI.

i) Agence Française de Development

Financiamento obtido em 1999 para financiar as obras de expansão e renovação do Aeródromo de S. Pedro, na Ilha de S. Vicente (Empréstimo Nº C CV 1005 01 N).

Financiamento com valor nominal de 4.423.124 Euros (487.715.841 mECV) que vence juros a uma taxa anual fixa de 2,05%, com pagamentos semestrais. O plano da dívida prevê o reembolso em 26 prestações semestrais, com um período de carência de 8 anos a iniciar na data da primeira utilização.

ii) Banco Europeu de Investimento

Financiamento obtido em 2002 para o desenvolvimento do projeto de Controlo de Tráfego Aéreo em Cabo Verde (Empréstimo Nº 21681).

Financiamento com valor nominal de 20.000.000 Euros (2.205.300 mECV) que vence juros à taxa anual de 3%, com pagamento de juros semestrais. O plano da dívida prevê o reembolso do capital em 17 anos, com um período de carência de 4 anos.

iii) Caixa Geral de Depósitos

Financiamento obtido para financiar a expansão e renovação do aeroporto de São Pedro, na Ilha de São Vicente.

Financiamento com valor nominal de 19.145.846 Euros (2.111.117 mECV) que vence juros à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um spread de 1,25%. O plano da dívida prevê o reembolso em

10 anos (20 prestações semestrais), com início, após a última utilização do crédito (ocorrida em Julho de 2007).

iv) Banco Comercial do Atlântico

Financiamento obtido para a ampliação da plataforma do aeroporto da Boa Vista, com valor nominal de 419.747 mECV que vence juros à taxa BCAINDEX a seis meses, acrescida de um spread de 1,3%. O plano da dívida prevê o reembolso em 7 anos (28 prestações trimestrais), com início, após a última utilização do crédito (que ocorreu em Outubro de 2012).

v) Banco Comercial do Atlântico

Financiamento obtido para liquidação do crédito documentário n.º 6123902.60.44, referente ao fornecimento de equipamentos elétricos e obras de reabilitação da rede elétrica do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na ilha do Sal.

Financiamento com valor nominal de 347.332 mECV que vence juros à taxa BCAINDEX a seis meses, acrescida de um spread de 1,247%. O plano da dívida prevê o reembolso em 7 anos (28 prestações trimestrais), com início, após a última utilização do crédito (que ocorreu em Dezembro de 2011).

vi) Caixa Económica de Cabo Verde

Financiamento obtido para liquidação de um crédito documentário, referente à aquisição de viaturas de combate a incêndios para os aeroportos do Sal e São Vicente.

Financiamento com valor nominal de 220.000 mECV que vencia juros à taxa de 7,25% ao ano, ajustável durante a vigência do contrato. O plano da dívida previa o reembolso em 4 anos (48 prestações mensais), com início, 365 dias após a data de assinatura do contrato que ocorreu a 25 de Maio de 2011.

vii) Banco Espírito Santo

Empréstimo para financiamento da obra de reposição da camada de desgaste da pista do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela, emitido em 2013, no valor de 265.000 mECV, por um prazo de 7 anos com uma taxa de juro variável equivalente à EURIBOR a três meses, acrescida de um spread de 6,5%.

viii) Caixa Económica de Cabo Verde

Financiamento obtido em 2013 para investimentos no Flexiterminal do aeródromo de S. Nicolau, cobertura e impermeabilização do Concourse hall do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral.

Este contrato é celebrado pelo prazo de 5 anos. O capital emprestado vence juros à taxa base de 13%, ajustável durante a vigência do contrato. À taxa de juro contratual é deduzido um spread de 5,6%, pelo que a taxa de juro a aplicar no presente é de 7,4%. O presente empréstimo será reembolsado em 60 prestações mensais e consecutivas, tendo-se vencido a primeira em novembro de 2013.

ix) Banco Angolano de Investimentos

Financiamento obtido para financiar o programa de adequação e certificação do sistema de aviação civil de Cabo Verde da Agência de Aviação Civil.

Financiamento com valor nominal de 169.252 mECV que vence juros à taxa anual de 5%, com pagamentos mensais. O plano da dívida prevê o reembolso do capital em 15 anos, tendo-se iniciado a primeira em Agosto de 2015.

x) Banco Comercial do Atlântico – Linha de crédito

Financiamento obtido para financiar a expansão e modernização do terminal do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela. Este é financiado pelo Banco Comercial do Atlântico para 14% do valor do projeto, sendo o remanescente valor financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

Financiamento com valor nominal de 445.650 mECV que vence juros à taxa anual de 5%, com pagamentos mensais. O plano da dívida prevê o reembolso do capital em 7 anos, com um período de carência de 2 anos.

xi) Instituto de Crédito Oficial – Linha de crédito

Financiamento obtido para financiar a expansão e modernização dos terminais dos aeroportos internacionais AIAC na ilha do Sal e AIAP na ilha da Boa Vista.

Financiamento com valor nominal de 13.973.797 Euros (1.540.821 mECV) que vence juros à taxa anual de 0,3%, com pagamentos semestrais. O plano da dívida prevê o reembolso do capital em 13 anos, com um período de carência de 8 anos.

xii) Empréstimo obrigacionista 2012

Empréstimo obrigacionista emitido em 2012, no valor de 450.000 mECV (450.000 obrigações com valor nominal de 1 mESC), através de modalidade pública nos termos do artigo 184.º do Código de Mercado dos Valores Mobiliários, por um prazo de 5 anos com uma taxa de juro variável equivalente à Taxa de Cedência de Liquidez (TCV) do Banco de Cabo Verde, acrescida de um spread de 0,25%. Em 2014 a taxa aplicada foi de 7% e 6,75%. As obrigações deverão ser reembolsadas em Outubro de 2017.

xiii) Locações financeiras

Contrato de leasing celebrado em 2015 com a empresa Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A. para a aquisição de uma viatura no montante total de 3.610 mECV acrescido de IVA. Este contrato será reembolsado até 2019 em 49 prestações mensais constantes e vencendo juros à taxa BCAINDEX a seis meses, acrescida de um spread de 0,25%, sendo de 6,75% à data da última prestação de 2015 (a taxa mantém-se fixa durante cada período de 6 meses).

	2015	2014
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	963	-
Entre 1 e 5 anos	2.578	-
	3.541	**-**

xiv) Juros a pagar (especialização)

Este saldo refere-se à especialização dos juros a pagar, à data de 31 de Dezembro de 2015, considerando o período de juros decorrido e as taxas de juro negociadas, para cada empréstimo.

xv) Seguros de crédito (pago antecipadamente)

Estes montantes correspondem ao valor do prémio do seguro de crédito pago relativo aos empréstimos contraídos junto do Banco Espírito Santo e da Caixa Geral de Depósitos (cerca de 15% do montante

de cada financiamento solicitado, tendo o valor sido deduzido ao montante do empréstimo disponibilizado pelos respetivos Bancos). O valor do prémio pago constitui um custo incremental na obtenção do empréstimo, a ser reconhecido de acordo com a taxa de juro efetiva. Contudo, uma vez que o resultado do diferimento linear destes custos não é materialmente diferente do resultante da aplicação da taxa de juro efetiva a ASA manteve o diferimento linear destes custos.

A 31 de Dezembro de 2015 a maturidade dos financiamentos obtidos é a seguinte:

	Saldo em 31-12-2015	Pagamento nos exercícios				
		2016	2017	2018	2019	2020 e seguintes
Agence Française Development	**131.308**	37.517	37.517	37.517	18.757	-
Banco Europeu Investimento	**771.484**	184.344	189.916	195.656	201.568	-
CGD - Financiam. Obra S. Pedro	**316.669**	211.111	105.558	-	-	-
Extensão Plataforma do ABV	**255.903**	57.209	61.501	66.115	71.078	-
Sistema Iluminação AIAC- AGL	**169.813**	52.714	56.513	60.586	-	-
BICV (ex-BES)-Camada Desgaste AIPNM	**176.666**	39.259	39.259	39.259	39.259	19.630
CECV -Flexiterminal S. Nicolau	**269.042**	88.606	95.390	85.046	-	-
BAI - Programa de adequação e certificação do sistema de aviação civil de Cabo Verde da AAC	**166.360**	7.923	8.328	8.755	9.204	132.150
BCA - Expansão e modernização do AIPNM	**44.834**	-	22.210	22.624	-	-
Projeto Oásis e Expansão do terminal AIAP (ICO)	**231.123**	-	-	-	-	231.123
Empréstimo Obrigacionista 2012	**450.000**	-	450.000	-	-	-
Total Financiamentos obtidos	**2.983.202**	**678.683**	**1.066.192**	**515.558**	**339.866**	**382.903**

20 – Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

		2015	2014
Fornecedores - Terceiros			
Electra	ii)	17 387	26 642
Victor Manuel Fonseca de Pina	ii)	12 707	5 949
TACV - Cabo Verde Air Lines	i)	11 917	166 973
Enacol	ii)	6 295	4 801
Ariadna Consultores S.L.	ii)	5 989	5 720
Senasa	ii)	-	4 610
Outros < 4.000 mECV	ii)	63 572	43 072
Total saldo fornecedores - corrente		**117 867**	**257 767**

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os saldos de fornecedores mais significativos referem-se a:

i) TACV - Cabo Verde Airlines: saldo a pagar refere-se a passagens aéreas adquiridas desde junho a dezembro de 2015, tendo sido regularizado o valor em dívida anterior a essa data através de um encontro de contas setorial celebrado entre o Estado, a AAC, os TACV e a ASA, com o objetivo de se regularizar os montantes devidos pela ASA à AAC e ao Estado por contrapartida da dívida dos TACV à ASA até 30 de Junho de 2015.

No referido encontro de contas os TACV regularizaram a dívida líquida para com a ASA no montante de 1.518.510 mECV, referente a faturas acumuladas correspondentes à prestação de serviços e a não transferência das taxas de passageiros e de segurança aeroportuária cobradas,

deduzido o valor em dívida da requisição de bilhetes de passagem aos TACV no período de 2008 a Junho de 2015 (ver nota 11 e 14)

ii) Os restantes saldos referem-se prestação de serviços e fornecimentos diversos correntes a serem regularizados em Janeiro de 2016.

21 – Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a natureza dos saldos da rubrica de outras contas a pagar são as seguintes:

	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos	29.357	-	29.357	14.231	-	14.231
Outros credores	29.851	-	29.851	857.852	-	857.852
Credores por acréscimo de gastos						
Gastos c/ pessoal	166.171	-	166.171	176.780	-	176.780
Outros serviços	2.375	-	2.375	5.156	-	5.156
Taxas de regulação	3.398	-	3.398	134.241	-	134.241
Outras contas a pagar	**231.152**	**-**	**231.152**	**1.188.260**	**-**	**1.188.260**

Detalhe da rubrica de outros credores

		2015	2014
Agência Aeronáutica Civil	i)	-	856.998
Outros		29.851	854
		29.851	**857.852**

i) Agência de Aeronáutica Civil

Montante a pagar referente a participação da Agência nos rendimentos da FIR Oceânica do Sal e taxas de regulação e outros serviços decorrentes da atividade operacional da empresa. Em 2014 encontravam-se pendentes de regularização os valores referentes aos exercícios de 2009 a 2014, tendo estes sido regularizados em 2015 através do encontro de contas setorial, celebrado entre o Estado, a AAC, os TACV e a ASA, com o objetivo de se regularizar os montantes devidos pela ASA à AAC e ao Estado por contrapartida da dívida dos TACV à ASA até 30 de Junho de 2015. Desta forma a ASA regularizou dívida para com a AAC no montante de 913.239 mECV.

22 – Diferimentos

	2015	2014
Rendimentos a reconhecer		
Subsídio ao investimento - Subvenção AFD	16.148	18.455
Total	**16.148**	**18.455**

Subsídios ao investimento / subvenção AFD

Valor pago pela AFD para fiscalização das obras de extensão e modernização do aeroporto de São Pedro na Ilha de São Vicente. Dado que esta verba não será reembolsada, foi-lhe dado o tratamento contabilístico de um subsídio ao investimento, sendo amortizado, anualmente, à taxa dos bens a que está relacionado.

O valor da amortização anual ascende a 2.307 mECV, sendo reconhecida na rubrica de "Outros rendimentos" na demonstração dos resultados (Ver Nota 26).

23 – Serviços prestados

Os serviços prestados podem ser apresentados da seguinte forma:

	2015	2014
Prestação de serviços		
Taxas de rota	2.468.433	2.601.417
Rendimentos de exploração aeroportuária	1.765.264	1.665.369
Taxas TNC	102.567	101.341
Taxa de Segurança	193.651	180.993
Rendimento Comercial	192.138	148.441
Total de Prestação de serviços	**4.722.053**	**4.697.561**

A variação na prestação de serviço deve-se essencialmente a um aumento dos rendimentos com os serviços de passageiros devido a um maior movimento de passageiros nos aeroportos comparativamente com o ano anterior, aumento dos rendimentos com assistência a aeronaves e taxa de segurança. Por outro lado, verifica-se uma redução nos rendimentos provenientes da taxa de rota, explicada pela diminuição dos movimentos na FIR Oceânica do Sal.

24 – Fornecimentos e serviços externos

O detalhe de gastos suportados pela ASA com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2015	2014
Electricidade	i)	224.978	266.730
Taxa Regulação AAC	ii)	183.371	134.241
Prestação Serviço Meteo	iii)	132.000	132.000
Vigilancia e segurança		128.301	118.482
Conservação e reparação		101.906	111.010
Água		82.711	84.374
Limpeza, higiene e conforto		81.640	83.380
Deslocações e estadias		67.832	40.688
Seguros		25.873	39.244
Outros fornecimentos e serviços		26.994	34.064
Comissões		38.193	34.839
Honorários		33.811	64.348
Publicidade e propaganda		32.679	76.671
Comunicação		24.860	29.236
Outros (inferiores a 20.000 mESC)	iv)	80.088	82.408
Fornecimentos e serviços externos		**1.265.237**	**1.331.715**

i) Eletricidade – encargos suportados com consumo de energia elétrica nas instalações aeroportuárias da ASA durante o exercício. Em 2015 verificou-se uma redução nesta rubrica devido a um plano de eficiência energética implementado no início do ano;

ii) Taxa regulação AAC – Esta rubrica regista os gastos relacionados com a taxa de regulação, paga à Agência Aeronáutica Civil. De acordo com o D.L. 70/2014 (Art.º 62º e seguintes), os operadores do setor de aviação civil são legalmente obrigados a pagar: contribuições relativas a prestação de serviços de aterragem, assistência a passageiros, "handling" de bagagem em 0,75% do total das receitas, 5% das receitas efetivamente cobradas anual da FIR Oceânica do Sal referência ao ano anterior e 25% da taxa de segurança cobrada de acordo com o Regulamento nº 01/DRE/2015.

iii) Serviços meteorológicos – gastos relativos ao serviço de meteorologia contratado com o INMG conforme protocolo assinado entre a ASA e o INMG desde Janeiro de 2008, e que define um montante mensal a pagar de 11.000 mECV. A informação meteorológica é um requisito das entidades que fazem o controlo de rotas, devendo a mesma ser prestada às aeronaves;

iv) Outros (inferiores a 20.000 mECV) – nesta rubrica incluem-se outras naturezas de gastos incorridos sendo os mais significativos referentes a: estudos e pareceres, transporte de pessoal.

25 - Gastos com pessoal

Em 2015 e 2014 os gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Remunerações		
Pessoal Contrato Indeterminado	648.973	623.509
Pessoal Contrato a Prazo	51.208	58.803
Orgão Sociais	17.085	15.565
Sub-total	**717.266**	**697.877**
Encargos sobre remunerações	158.571	157.640
Subsídio de refeição	63.708	60.700
Prémio fim ano	61.608	59.232
Formação de pessoal	17.419	21.281
Horas extraordinárias	27.650	31.614
Prémio qualificação aeronáutica	36.852	31.509
Subsídio de turno	32.959	32.530
Subsidio de férias	56.069	60.190
Outros gastos com pessoal	59.610	82.040
Sub-total	**514.446**	**536.736**
Gastos com o pessoal	**1.231.712**	**1.234.613**

O número de empregados da ASA a 31 de Dezembro de 2015 era de 530 (2014: 531[16]).

Embora o gasto total com pessoal não tenha tido uma variação significativa, o valor com remunerações teve um ligeiro aumento devido aos aumentos salariais, fruto da avaliação de desempenho aprovado em 2015. No entanto, este aumento foi compensado com pequenas reduções nas diversas rubricas salariais.

26 – Outros rendimentos e ganhos

O detalhe desta rubrica é como segue:

	2015	2014
Outros rendimentos suplementares	50.177	52.703
Diferenças câmbio favoráveis	58.313	27.723
Imputação subsídios ao investimento (ver Nota 22)	2.307	2.307
Ganhos em inventários	2.161	75
Outros	83.643	500
Total	**196.601**	**83.308**

Os outros rendimentos e ganhos correspondem, essencialmente, a:

[16] O nº de colaboradores totais, constante do Relatório de Gestão e Contas de 2014 foi de 529 colaboradores, mas a empresa realmente fechou o ano de 2014 com um total de 531 trabalhadores.

- Diferenças de câmbio favoráveis - resultam da atualização dos saldos em moeda estrangeira no final do exercício e do diferencial ocorrido entre o valor faturado e o valor recebido dos clientes através da IATA no decurso do exercício; e

- Outros rendimentos suplementares – correspondem, essencialmente, à faturação de eletricidade fornecida a entidades terceiras que ocupam instalações da ASA nos aeroportos.

- Outros – inclui reversões resultante do encontro de contas setorial.

27 – Outros gastos e perdas

O detalhe desta rubrica é como segue:

	2015	2014
Impostos	71.755	44.307
Insuficiência da estimativa para imposto	15.465	27.028
Diferenças câmbio desfavoráveis	46	14.452
Perdas em inventários	130	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	4.790	804
Outros	12.168	41.218
Total	**104.354**	**127.809**

Os outros gastos e perdas correspondem, essencialmente, a:

- Impostos – resulta essencialmente de gastos com IUP, IVA e diversas taxas como, taxa de manutenção rodoviária, taxa de resíduos sólidos ou taxa de iluminação pública;
- Insuficiência da estimativa para imposto - inclui liquidação adicional de IUR de 2014 por correção da matéria coletável por parte das Finanças num montante 15.465 mECV;
- Diferenças de câmbio desfavoráveis – resultam da atualização dos saldos em moeda estrangeira no final do exercício e do diferencial ocorrido entre o valor faturado e o valor recebido dos clientes no decurso do exercício.

28 – Juros e rendimentos/gastos similares obtidos/ suportados

Esta rubrica é detalhada como segue:

		2015	2014
Juros e perdas financeiras			
Juros suportados	i)	(141.656)	(185.490)
Outros juros de financiamento	ii)	(44.037)	(55.159)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	iii)	-	(1.948)
Outras perdas financeiras	iv)	-	(209.370)
		(185.693)	**(451.967)**
Juros e ganhos financeiros			
Juros obtidos	v)	3.765	15.474
Diferenças de câmbio favoráveis	iii)	4.715	439
		8.480	**15.913**

i) Juros suportados – incluem os gastos financeiros suportados com os juros dos empréstimos contraídos para financiamento dos investimentos efetuados nas infraestruturas aeroportuárias;

ii) Outros juros de financiamento – relativo essencialmente, ao custo com o prémio de seguro COSEC pago como parte da negociação dos financiamentos, que está a ser diferido pela maturidade dos financiamentos no montante de 34.312 mECV e aos gastos suportados com a montagem e outras comissões no montante de 9.725 mECV;

iii) Diferenças de câmbio favoráveis e desfavoráveis – ganhos e perdas decorrentes do registo das diferenças de câmbio relacionadas com a atualização no final de cada exercício dos financiamentos obtidos em moeda estrangeira, com base nas taxas de câmbio em vigor à data de 31 de Dezembro de 2015;

iv) Outras perdas financeiras – incluem gastos essencialmente relacionados com a reversão em 2014, de parte do valor que em 2013 resultou do desconto dos saldos passivos junto do acionista no montante de 209.370 mECV (ver Nota 14);

v) Juros obtidos – incluem a remuneração de saldos de depósitos à ordem da empresa e a especialização dos juros a receber do investimento efetuado em obrigações e o depósito garantia do BEI.

29 – Imposto do Exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2015	2014
Imposto s/ rendimento corrente	(269.998)	(160.386)
Imposto s/ rendimento diferido	(125.831)	89.518
Imposto s/ rendimento	**(395.829)**	**(70.868)**

A taxa de imposto utilizada para calcular o imposto do exercício e a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foi de 25% (2014: 25%).

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2015	2014
Resultado antes de Imposto	1.772.995	351.498
Taxa de Imposto	25,0%	25,0%
	443.249	87.875
Gastos não dedutíveis	132.151	76.130
Rendimentos não tributáveis	(313.505)	(3.619)
Tributação autónoma	8.102	-
Outros	125.832	(89.518)
	(47.420)	**(17.007)**
Imposto s/ rendimento corrente	(269.998)	(160.386)
Imposto s/ rendimento diferido	(125.831)	89.518
Imposto s/ rendimento	(395.829)	(70.868)
Taxa efectiva de imposto	**22,3%**	**20,2%**

Detalhe dos gastos não aceites para efeitos fiscais:

		Valor Base	
		2015	2014
Imparidade de ativos não financeiros	i)	-	120.622
Imparidade dívidas de clientes	ii)	281.060	62.810
Imparidade de investimentos não depreciáveis	iii)	89.975	
Liquidação corretiva IUR	iv)	15.465	27.028
Juros de mora e encargos processo Fiscal		-	22.545
Provisões para além de limites Fiscais	v)	79.861	19.014
Amortizações/ reintegrações para além limite fiscal		-	13.861
Outros		62.243	38.640
		528.604	**304.520**
Efeito Fiscal (Taxa Imposto: 25%)		132.151	76.130

i) Imparidade em ativos, resultante da diferença apurada no inventário geral de ativos não financeiros, realizado em 2014;

ii) Imparidade de dívidas de clientes que excedem o limite aceite fiscalmente (ver nota 11);

iii) Imparidade em investimentos financeiros não aceite fiscalmente (ver nota 7);

iv) Referente a notificação de alteração de matéria coletável referente ao exercício de 2014, no âmbito do processo de inspeção às referidas demonstrações financeiras, feita pela Inspeção Geral das Finanças;

v) Corresponde ao valor da provisão para outros riscos (ver nota 18).

30 – Dividendos por ação

Conforme referido na Nota 17, o Resultado líquido do exercício de 2014, transitou na sua totalidade para Resultados transitados.

O montante dos dividendos atribuídos, relativos ao Resultado líquido apurado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012, 2011 e 2010 foi distribuído em 2015 através de encontro de contas realizado com o Estado (Nota 14).

31 – Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2015, a ASA é controlada pelo Estado da República de Cabo Verde, que detém 100% do capital social da empresa, sendo o seu último acionista

Em 2014, conforme referido na Nota 6, a ASA tornou-se acionista único da empresa Cabo Verde Handling.

31.1 Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da ASA foi considerado de acordo com a NRF 4 – Divulgação de partes relacionadas, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da ASA. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da ASA ascenderam a:

	2015	2014
Remunerações	17.085	15.565
	17.085	**15.565**

31.2 Transações entre Partes Relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionista ou por via acionista

- Estado da República de Cabo Verde

- TACV Airlines/ TACV Assistência

Subsidiárias

- Cabo Verde Handling

(b) Transações e saldos pendentes

Durante o exercício, a ASA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	2015	2014
Prestações de serviços		
TACV Airlines e TACV Assistência	656.575	744.258
CVHandling	152.391	112.584
	808.966	**856.842**
Compras de serviços		
TACV Airlines	26.293	32.366
	26.293	**32.366**

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2015, os saldos resultantes de transações efetuadas com o Acionista e as suas partes relacionadas, a valores nominais, são os seguintes:

	2015	2014
Saldos devedores		
Estado da República de Cabo Verde (ver Nota 14)	390.000	390.000
TACV Airlines e TACV Assistência (ver Nota 11)	329.522	1.401.745
CVHandling (Ver nota 11 e 15)	122.539	112.584
	842.061	**1.904.329**
Saldos credores		
Estado da República de Cabo Verde (ver Nota 14)	(2.455.109)	(3.282.063)
TACV Airlines (ver Nota 20)	(11.917)	(166.973)
	(2.467.026)	**(3.449.036)**

O saldo credor em dívida ao Estado da República de Cabo Verde, no montante de 2.455.109 mECV, deve-se a dívidas suportadas num momento inicial pelo Estado, assumidas posteriormente pela ASA.

Em 2015 foi levado a cabo um encontro de contas setorial entre o Estado, a AAC, os TACV e a ASA, com o objetivo de se regularizar os montantes devidos pela ASA à AAC e ao Estado por contrapartida da dívida dos TACV à ASA até 30 de Junho de 2015, através das seguintes operações:

i) A ASA regularizou parte da sua dívida para com o Estado no montante de 599.084 mECV correspondente à soma das faturas respeitantes às obras de empreitada nos aeroportos de São Vicente e Boa Vista, pagas pelo Estado aos empreiteiros MSF e Armando Cunha (ver nota 14) e um saldo a favor do Estado no valor de 31.490 mECV, referente ao remanescente dos dividendos atribuídos em 2011 e 2012 e pagos em 2015 (ver nota 14);

ii) A ASA regularizou dívida para com a AAC no montante de 913.239 mECV referente a saldos acumulados e não transferidos (ver nota 21);

iii) Os TACV regularizaram a dívida líquida para com a ASA no montante de 1.518.510 mECV, referente a faturas acumuladas correspondentes à prestação de serviços e a não transferência das taxas de passageiros e de segurança aeroportuária cobradas, deduzido o valor em dívida da requisição de bilhetes de passagem aos TACV no período de 2008 a Junho de 2015 (ver nota 20).

32 – Outras informações sobre a aplicação do regime do acréscimo

De acordo com a obrigação de divulgação específica, os impactos da aplicação do regime do acréscimo a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são os seguintes:

Descrição	Nota	2015	2014
Acréscimos de proveitos			
Devedores por acréscimos de rendimentos	15	-	5.997
		-	**5.997**
Diferimentos de gastos			
Gastos seguro COSEC	19	37.172	71.486
		37.172	**71.486**
Acréscimos de gastos			
Credores por acréscimos de gastos - Férias e S. Férias	21	166.171	176.780
Credores por acréscimos de gastos - Outros	21	2.375	5.156
Credores por acréscimos de gastos - taxas regulação	21	3.398	134.241
Credores por acréscimos de gastos - juros a pagar	19	21.760	30.791
		193.704	**346.968**
Diferimentos de rendimentos			
Subsídios ao investimento - AFD	22	16.148	18.455
		16.148	**18.455**

33 – Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Passivos contingentes:

Garantias

À data do balanço a ASA tem as seguintes garantias prestadas:

a) Garantias bancárias no valor de 206.085 mECV (1.869.000 euros) emitidas pelo "Banque et Caisse d'Epargne de L'État Luxembourg" para fazer face ao empréstimo concedido pelo European Investment Bank;

b) Crédito obtido junto do Banco Comercial do Atlântico, no montante de 419.747 mECV, garantido com aval do Estado de Cabo Verde para financiamento do Aeroporto Internacional Aristides Pereira da Boa Vista;

c) Garantia bancária junto da Caixa Económica de Cabo Verde no valor de 981.500 euros no âmbito de um crédito obtido junto desta entidade para liquidação de crédito documentário relativo à aquisição de viaturas de combate a incêndios. Este crédito foi também garantido através de uma livrança assinada em branco;

d) Garantia bancária junto do Banco Comercial do Atlântico, no valor de 347.332 mECV no âmbito de um crédito obtido junto desta entidade destinado à aquisição de material elétrico e obras de reabilitação de rede elétrica do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, e;

e) Garantia bancária junto do Banco Comercial do Atlântico, no valor de 445.650 mECV no âmbito de um crédito obtido junto desta entidade destinado à expansão e modernização do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela.

Processos judiciais

Em 31 de Dezembro de 2015 a ASA tem os seguintes processos judiciais em curso para os quais não foi constituída provisão por não ser provável o exfluxo de recursos da Empresa para pagar:

Tribunal Comarca da Praia: Dois processos ordinários no valor de 5.035 mECV, sendo um no valor de 4.500 mECV movido pela empresa Electroaris, relacionada com extravio de uma carga no terminal de carga do aeroporto da Praia, e outro, no valor de 535 mECV, relacionado com um pedido de anulação de concurso público;

Tribunal Comarca de S. Vicente: Processos intentados por trabalhadores no valor de 500 mECV, já julgado mas aguarda-se a sentença final;

Processo movido contra a ASA, SA pelos herdeiros do ex-colaborador Carlos Orteaga, no valor de 1.862 mECV relacionado com a conclusão da escritura de compra e venda de uma moradia.

34 – Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem divulgações exigidas por legislação específica.

35 – Eventos subsequentes

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.

Resolução nº 01/PCA/SB/16

Nos termos da alínea c) do artigo 15º dos Estatutos de Empresa, o Conselho de Administração em reunião ordinária do dia 02 de Junho de 2016, para o efeito convocado, apreciou positivamente o Documento de prestação de contas do Exercício Económico de 2015, tendo sido decidido submetê-lo à aprovação final pela Assembleia Geral.

Por ser verdade e para constar, lavrou-se a presente resolução abaixo assinada pelos seus membros presentes:

O Conselho de Administração

Sandro de Brito

Jorge Pedro. S. Fonseca

Américo Faria Medina

Ilha do Sal, 02 de Junho de 2016

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Empresa Nacional de Segurança Aérea - ASA

"Parecer ao Relatório e contas de 2015"

Exmos. Srs. Accionistas,

O Conselho Fiscal da Empresa Nacional de Segurança Áera, no uso de suas atribuições legais e estatuarias, procedeu ao exame do relatório de contas de 2015 a qual emite algumas considerações e parecer final.

Antes de emitir o parecer, importa friscar que o Conselho Fiscal procedeu à análise exaustiva da informação financeira produzida no exercício de 2015 através do Relatórios e Contas 2015

Mas se informa que numa missão ao SAL este orgão inteirou-se com o Conselho de Administração onde se discutiu vários assuntos relacionados com a empresa e funcionamento deste orgão. Mais se informa, que nesta mesma missão o CA da ASA apresentou o Resultado do controlo orçamental do primeiro semestre de 2015 e objetivos que pretendem materializar no âmbito do IGCP 2016.

Este orgão considera esta proatividade louvável e sugere ao acionista que seja extensível a todas as Participadas do Estado.

No que concerce ao parecer ao Relatório e contas de 2015, este orgão entendeu fazer um diagnóstico económico financeiro global de forma a se inteirar e dar a conhecer ao acionista e ao Conselho de Administração uma fotografia global e detalhada da empresa (vide o diganóstico em anexo).

Ao analisar as contas de 2015 no momento de aprovação, no entender deste orgão, considera-se que as contas apresentam um bom nível de detalhe e transparência. As contas vão ao encontro do objecto do plano de actividades, pese embora, a taxa de realização dos investimentos ser inferior ao previsto, à semelhança dos anos anteriores.

Nos exercicíos anteriores, o fato da ASA não ter estado a registar as imparidades das dívidas dos TACV constituiu motivo de reserva de auditoria nos vários anos sucessivos. No entanto, com a aquisição da CVHandling e o registo das imparidades das dívidas constantes no balanço no exercício de 2015, esta reserva deixou ser aplicavél.

No relatório de auditoria externa consta que os resultados líquidos se encontram sobreavaliados em 390 mil contos, derivado do facto da ASA ter registado no seu balanço um ativo corrente a receber do Estado no referido valor, resultante do protocolo assinado em 2001 para a regularização das dívidas da TACV através de cedência de acções desta empresa no quadro do processo de privatização. A auditoria externa considera que, devido às incertezas e à antiguidade, o valor deveria ter reconhecimento como perda por imparidade. Este orgão corrobora da mesma opinião.

Ainda no quadro do relatório de auditoria externa, este considera que o *Good Will* não foi alvo de teste de imparidade, pelo que, não se consegue pronunciar quanto à razoabilidade do valor. Pese embora, a auditoria externa não realça a realização de teste de imparidade, este orgão recomenda que se efetua teste de imparidades do *Good Will* com base no método de Justo de Valor, respeitando o princípio de consistência subjacentes aos pressupostos assumidos.

Assim, somos do parecer que:

1. Não se verificaram situações ou quaisquer atos que violassem os Estatutos.

2. O Relatório de Contas evidência de forma clara e explícita como estão relacionados os movimentos contabilísticos, e estes obedecem às normas contabilísticas em vigor, assim, considera-se que se aprove o relatório e contas do ano 2015 que vos são apresentados

3. A proposta de aplicação dos resultados proposta pelo Conselho de Administração é aceitavel tendo em consideração os projetos de investimentos em carteira que rondam os 3.180.007 contos dos quais 8% serão financiados com recursos próprios

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
RL	318 398	844 087	357 754	126 040	280 630	1 377 166
VND+PS	4 670 224	5 149 180	5 099 089	4.825.890	4.697 561	4.722.053
Activo	14 713 840	16 384 867	17 547 895	17 858 722	17 487 967	16 803 312
Cap Prop	8 018 124	8 703 012	8 683 766	8 707 845	8 988 475	10 365 640
R. Operacional	642 755	1 323 938	832 056	390 564	787 552	1 950 208
R. Correntes	642 755	1 323 938	832 056	390 564	787 552	1 950 208
RAI	421 882	1 139 801	568 183	169 618	351 498	1 772 995

Tendo o exposto, O Conselho Fiscal deixa as seguintes recomendações:

a) Esforço no cumprimento dos pareceres com reserva da auditoria externa;

b) Esforço na realização de Taxa Investimento de pelo menos em 50%;

c) Diligenciar no sentido de instalar o departamento comercial da empresa, bem como elaborar e implementar uma estratégia de marketing;

d) Avaliar o modelo de negócios da empresa com vista a sua upgrade;

e) Assinar o contrato de concessão com o Estado que formaliza o estatuto da ASA enquanto empresa concessionária geral de todos os aeroportos de Cabo Verde, com a missão de gerir a Região de Informação de Voo de Cabo Verde (FIR Oceânica do Sal), os aeroportos internacionais e nacionais e, eventualmente, de acordo com as recomendações dos estudos

de avaliação de áreas com potencial de atracão do investimento privado, subconcessionar ou licenciar atividades, gestão de infraestruturas, serviços ou terminais a operadores privados;

f) Mobilizar parcerias estratégicas, no âmbito do quadro legal e institucional vigente, com vista a promover o envolvimento do sector privado na atividade aeroportuária, sob a forma de licença ou de concessão;

g) Mobilizar parcerias estratégicas para a privatização do negócio handling, conforme tinha sido definido no diploma que criou a empresa CV Handling.

h) Priorizar os investimentos na rede aeroportuária que serve a integração da economia cabo-verdiana nos negócios internacionais, o desenvolvimento do turismo e das atividades com potencial de aumentar a exportação e contribuição para o PIB, sem prejuízo da atenção que merece toda a rede aeroportuária nacional, visando dotá-la de condições essenciais de segurança e conforto.

i) Em parceria com a AAC e CV Handling, avaliar o estado de implementação da Taxa de Segurança com vista a sua revisão e atualização, tendo em conta a sua finalidade de cobrir os custos resultantes dos investimentos nos aeroportos para prevenir atos de intervenção ilícita contra a segurança da aviação civil, tendo em consideração os últimos atentados terroristas verificados em alguns aeroportos do mundo, nos últimos tempos;

j) Mobilizar parcerias para a instalação em Cabo Verde de uma capacidade de formação permanente, modal e on-job training, tendo em vista não só as necessidades de Cabo Verde, como também capturar mercados da África Ocidental e dos países de língua portuguesa, rentabilizando assim a capacidade instalada e o know-how, aproveitando a boa localização geográfica, as condições climatéricas e a estabilidade social;

Praia, 29 de Julho 2016

Membros do Conselho Fiscal

José Carlos Freire Tavares – Presidente

Carla Cruz – Vogal

Anastácio Silva – Vogal

Ao Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e
Segurança Aérea, S.A.
Espargos – Ilha do Sal
República de Cabo Verde

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. (ASA), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, a Demonstração dos resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela Empresa a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efetuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Bases para a Opinião com Reservas

6 Conforme referido na nota 14 do anexo às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2015, encontra-se evidenciado no ativo corrente 390 milhares de contos referentes a um saldo a receber do acionista (Estado Cabo-Verdiano) resultante do protocolo assinado em 2001 para a regularização da dívida da TACV através da cedência de ações desta empresa, no eventual processo de privatização. Adicionalmente, em 2015 foi levado a cabo encontro de contas setorial entre o Estado, a Agência de Aviação Civil (AAC), a Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV) e a ASA, com o objetivo de regularizar os montantes devidos pela ASA ao Estado Cabo-Verdiano e à AAC bem como os montantes devidos pela TACV à ASA, não tendo sido o montante em dívida acima referido considerado no âmbito daquele acordo. Nas circunstâncias, tendo em consideração a antiguidade e as incertezas que existem sobre a regularização desta dívida, consideramos que a mesma deveria ser sujeita ao reconhecimento de perda por imparidade, pelo que o ativo em 31 de dezembro de 2015 e o resultado líquido do exercício então findo se encontram sobreavaliados em 390 mil contos.

7 Conforme referido na nota 6 do anexo às demonstrações financeiras, a Empresa adquiriu no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a totalidade do capital da Cabo Verde Handling, pelo montante de 3.198.260 contos cabo-verdianos, a qual deu origem ao reconhecimento de um goodwill no montante de 3.010.260 contos cabo-verdianos. No entanto, não foi preparado pelos Serviços da Empresa, teste de imparidade ao goodwill com referência a 31 de dezembro de 2014 nem a 31 de dezembro de 2015, nos termos da Norma de Relato Financeiro 17, pelo que, não nos é possível concluir quanto à razoabilidade do valor do goodwill apresentado em balanço e respetivas consequências no ativo, nos resultados transitados e no resultado do exercício.

Opinião com Reservas

8 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos referidos no parágrafo 6 acima e aos eventuais efeitos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafo 7 também acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. (ASA) em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

Ênfase

9 A Empresa tem gerado e, tendo por base o plano de tesouraria para o exercício de 2016, irá gerar, *cash-flow* suficiente para solver os seus compromissos para com terceiros. Contudo, numa perspetiva contabilística, a Empresa apresenta passivo corrente superior ao ativo corrente em cerca de 1.492 milhares de contos. No entanto as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, na medida em que parte significativa do passivo corrente (2.455 milhares de contos) corresponde a dívidas ao acionista, sendo firme convicção da Administração da Empresa, tendo em conta o serviço público prestado, de que este valor não será exigido de forma a poder colocar em causa o cumprimento das obrigações para com terceiros.

Outras matérias

10 O nosso Relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2014 inclui uma reserva por desacordo devido a se ter considerado que a imparidade para clientes, face às incertezas referentes à regularização da dívida dos TACV, estava subavaliada em cerca de 452 mil contos. Contudo, conforme referido na Nota 11 do anexo às demonstrações financeiras, foi efetuado em 2015 um encontro de contas setorial entre o Estado, a AAC, a TACV e a ASA o que permitiu regularizar as dívidas dos TACV, pelo que aquela reserva deixou de ser aplicável.

25 de julho de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:

César Abel Rodrigues Gonçalves, R.O.C.